



A CASA: DO ESPAÇO CONSTRUÍDO AO ESPAÇO VIVIDO

Pilar Cabral Cardoso da Costa
(Licenciada)

Dissertação de Natureza Científica para obtenção do
Grau de Mestre em Arquitectura

Orientação Científica:

Professora Doutora Teresa Sá

Professor Doutor Pedro Abreu

Júri:

Presidente: Professor Doutor Hugo Farias

Vogal: Professora Doutora Manuela Mendes

Vogal e Orientador: Professor Doutor Pedro Abreu

DOCUMENTO DEFINITIVO

Lisboa, FA ULISBOA, Julho 2017

RESUMO

O tema de investigação desta dissertação – a comparação entre o espaço construído e o espaço vivido – surge da sensação de um desajuste entre a concepção arquitectónica e a sua vivência pelos indivíduos.

Para o investigar, foi escolhido como objecto de estudo o espaço da casa, pela importância que este tem tanto para os arquitectos, como para os habitantes.

Na sociedade actual, a maior parte dos indivíduos vive em habitações que não foram desenhadas especialmente para si, mas para um *indivíduo-tipo*, que é criado quase sem ter em conta um conhecimento da realidade, ou seja, a maneira como os indivíduos habitam os espaços: as suas necessidades e desejos. Ao ser confrontado com esta realidade, o indivíduo apropria-se sempre do espaço, e, muitas vezes, tem necessidade de o transformar para que este responda às suas exigências.

Para se compreender melhor as dissonâncias entre quem projecta e quem habita o espaço, a presente dissertação elabora um estudo teórico sobre os temas da habitação no contexto da arquitectura, da sua concepção e apropriação; e inicia uma investigação empírica, em Lisboa, através da observação e de entrevistas aprofundadas, com o objectivo de conhecer as perspectivas do arquitecto e do utilizador em relação à casa.

Esta investigação inicia uma discussão à volta das propostas do arquitecto e da apropriação do espaço pelo habitante, defendendo a necessidade de um maior ajuste entre estas duas realidades.

PALAVRAS-CHAVE:

Casa | Habitação | Espaço Construído | Espaço Vivido

ABSTRACT

The research theme of this dissertation – the comparison between constructed space and lived space – arises from the sensation of a mismatch between the architectural conception and its experience by the individuals.

In order to investigate this, the space of the house was chosen as the object of study, because of its importance for architects as well as for inhabitants.

In today's society, most people live in dwellings that have not been designed especially for themselves, but for a typical inhabitant, which is created almost without regard to the reality of how individuals inhabit their spaces: their needs and desires. When confronted with this reality, the inhabitant always appropriates the space, and often needs to transform it so that it responds to its demands.

In order to better understand the dissonances between who designs and who inhabits the space, this dissertation elaborates a theoretical study on the themes of housing in the context of architecture, its conception and appropriation; and begins an empirical investigation in Lisbon, through observation and in-depth interviews, with the aim of knowing the perspectives of the architect and the user in relation to the home.

This research initiates a discussion around the architect's proposals and the appropriation of space by the inhabitant, defending the need for a better adjustment between these two realities.

KEY-WORDS:

Home | House | Constructed Space | Lived Space

AGRADECIMENTOS

À Professora Teresa Sá, pela paciência e apoio na procura do tema, e por toda a disponibilidade e interesse ao longo do percurso.

Ao Professor Pedro Abreu, pelas críticas e pela ajuda.

À minha família e amigos, por se fazerem presentes no silêncio e nas palavras.

Um agradecimento especial ao Arquitecto Rodrigo Rau e aos moradores entrevistados, que me permitiram a entrada nas suas casas e nas suas vidas e sem os quais este trabalho não teria sido possível.

ÍNDICE

Resumo.....	i
Abstract	iii
Agradecimentos.....	v
Índice	vii
Índice de Figuras.....	ix
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema.....	1
1.2 Objectivos	2
1.3 Metodologia	3
1.4 Estrutura	4
2. HABITAÇÃO E ARQUITECTURA.....	7
2.1 Entre Inovação E Tradição	7
2.1.1 A Casa Como Máquina De Habitar – A Visão de Le Corbusier	7
2.1.2 A Casa em Raul Lino.....	16
2.1.3 Entre Le Corbusier e Raul Lino.....	25
2.2 Habitação Burguesa em Lisboa Na Segunda Metade do Século XX	26
2.2.1 Enquadramento Histórico E Social: Portugal 1950-1999	26
2.2.2 Evolução da Habitação Burguesa em Lisboa.....	30
2.2.3 Síntese	38
3. A CASA: ENTRE ESPAÇO PROJECTADO E ESPAÇO VIVIDO.....	41
3.1 Da Habitação à Casa: Dimensão Simbólica	41
3.2 Do Espaço Projectado ao Espaço Vivido	51
3.2.1 Espaço Projectado: A Construção da Casa pelo Arquitecto	52
3.2.2 Espaço Vivido: A Apropriação da Casa pelo Habitante	57

3.3 Síntese.....	63
4. ESTUDOS DE REFERÊNCIA	65
4.1 Olivais Sul	66
4.2 A Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana.....	68
4.3 Apropriação da Habitação Mínima: Bairro Rainha D.Leonor.....	74
4.4 Síntese.....	78
5. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: ESPAÇOS CONSTRUÍDOS E ESPAÇOS VIVIDOS	81
5.1 Edifício 1.....	83
5.1.1 Memória Descritiva	84
5.1.2 Análise do Conteúdo das Entrevistas Aprofundadas.....	86
5.2 Edifício 2.....	105
5.2.1 Memória Descritiva	106
5.2.2 Análise do Conteúdo das Entrevistas Aprofundadas.....	109
5.3 Conclusões	115
6. CONCLUSÃO FINAL	119
BIBLIOGRAFIA	121
ANEXOS	125
Anexo I – Entrevistas	126
Anexo II – Elementos dos Projectos Originais	168

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1 - Fundadores do CIAM (La Sarraz, 1928) Fonte: http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/image.php/apresentacao-v1464-f904-original.jpg?width=800&height=800&image=/verbete_arquivo/imagens/apresentacao-v1464-f904-original.jpg	9
Figura 2 - Fim do CIAM e aparecimento do Team X (Otterlo, 1959) Fonte: http://transculturalmodernism.org/files/mvo/2010-10_31/team_10_otterlo.jpg	9
Figura 3 - Le Corbusier Fonte: http://img.aws.la-croix.com/2015/10/08/1366180/L-architecte-Charles-Edouard-Jeanneret-Le-Corbusier-1887-1965-devant-plan-urbanisme-Chandigarh-Inde_1_1400_483.jpg	11
Figura 4 - Capa do primeiro número da L'Esprit Nouveau Fonte: https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/564x/7f/5e/f1/7f5ef19209a5d6583e60cbbddcccbf88.jpg	11
Figura 5 - Sistema Dom-ino Fonte: http://www.fondationlecorbusier.fr/CorbuCache/900x720_2049_1513.jpg?r=0	13
Figura 6 - Casas Monol Fonte: http://www.fondationlecorbusier.fr/CorbuCache/900x720_2049_1556.jpg?r=0	13
Figura 7 - Casa Citrohan (1920) Fonte: https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/564x/aa/46/e0/aa46e037973ba9a7e66cc8bda2bcefbe.jpg	13
Figura 8 - Casa Citrohan (1927) Fonte: http://2.bp.blogspot.com/-rD0xP5Z2Cxo/Vkmz19CJU6I/AAAAAAAAA10/nAe9on4SI2M/s1600/Original%2BImage%2B2.jpg	13
Figura 9 - Unidade de Habitação de Marselha https://images.adsttc.com/media/images/5037/e7ed/28ba/0d59/9b00/03b6/large_jpg/stringio.jpg?1414218875	15
Figura 10 - Corte e Plantas da habitação-tipo da Unidade de Hab. de Marselha Fonte: http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/image.php/apresentacao-v1384-f504-original.jpg?width=800&height=800&image=/verbete_arquivo/imagens/apresentacao-v1384-f504-original.jpg	15

Figura 11 - Projecto de Raul Lino para a Exposição Universal de Paris de 1900	17
Fonte: http://fotos.sapo.pt/tionona/fotos/pormenor-pavilh-portugu-projecto/?uid=wKB1d0EkTHgJYGlodUY9&grande#foto	
Figura 12 - Projecto vencedor de Ventura Terra	17
Fonte: http://fotos.sapo.pt/tionona/fotos/pavilh-portugu/?uid=yeF0UVySwFuzBH9ulz7d&grande#foto	
Figura 13 - Estudo Geral para a Casa do Cipreste (1912)	19
Fonte: http://i94.photobucket.com/albums/l89/pedromac_2006/CasadoCiptreste.jpg	
Figura 14 – Cartaz de propaganda do Estado Novo (1938)	29
Fonte: http://casacomum.org/aebdocs/06/06278/06278.00001/d2/06278.00001_p0001_id001554265_D2.jpg	
Figura 15 - Plano de Urbanização de Alvalade	33
Fonte: http://oi6.photobucket.com/albums/y247/antoniobaptistacoelho/03-1.jpg	
Figura 16 - Bairro das Estacas	33
Fonte: http://bric.k-tank.org/wp-content/uploads/sites/8/2016/05/tumblr_o06z6f8PAU1rflI84o2_1280.jpg	
Figura 17 – Edifício de Habitação no Bairro Olivais Norte	36
Fonte: http://bric.k-tank.org/wp-content/uploads/sites/8/2016/05/tumblr_o06z6f8PAU1rflI84o2_1280.jpg	
Figura 18 – Edifício de Habitação no Bairro Olivais Norte	36
Fonte: http://bric.k-tank.org/wp-content/uploads/sites/8/2016/05/tumblr_o06z6f8PAU1rflI84o2_1280.jpg	
Figura 19 - Tipos e momentos de flexibilidade	56
Fonte: "Habitação Flexível", Alexandra Paiva (2002), pág.144	
Figura 20 - Alteração da organização interna de uma habitação T4 no edifício A	71
Fonte: "O Espaço da Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana Modos de Vida e Apropriação do Espaço", Isabel Flamínio (2006), pág. 264	
Figura 21 - Esquema de circulação numa habitação T3 do edifício A	72
Fonte: "O Espaço da Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana Modos de Vida e Apropriação do Espaço", Isabel Flamínio (2006), pág. 265	
Figura 22 - Planta original e exemplos de transformações da cozinha da habitação T3 do edifício A	72
Fonte: "O Espaço da Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana Modos de Vida e Apropriação do Espaço", Isabel Flamínio (2006), pág. 270	

Figura 23 - Planta da zona de serviço do edifício B	73
Fonte: "O Espaço da Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana Modos de Vida e Apropriação do Espaço", Isabel Flamínio (2006), pág. 270	
Figura 24 - Planta do fogo-tipo do edifício C	73
Fonte: "O Espaço da Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana Modos de Vida e Apropriação do Espaço", Isabel Flamínio (2006), pág. 268	
Figura 25 - Exemplos de alterações à cozinha do edifício C	73
Fonte: "O Espaço da Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana Modos de Vida e Apropriação do Espaço", Isabel Flamínio (2006), pág. 274	
Figura 26 - Planta dos fogos T2 (porta de entrada e divisão do espaço da sala)	77
Fonte: "Habitação mínima e apropriação do espaço: O Bairro Rainha D.Leonor, Ana Lima (2012), pág.127	
Figura 27 - Localização do Bairro de Telheiras em Lisboa	82
Fonte: Google Earth, tratada pela autora	
Figura 28 - Vista área do edifício 1	84
Fonte: LXi, tratada pela autora	
Figura 29 - Edifício 1	84
Fotografia da autora	
Figura 30 - Edifício 1	84
Fotografia da autora	
Figura 31 - Porta de correr da entrada (vista da sala)	91
Fotografia da autora	
Figura 32 - Armário fechado até ao tecto	91
Fotografia da autora	
Figura 33 - Cozinha actual	92
Fotografia da autora	
Figura 34 - Casas de banho	92
Fotografia da autora	
Figura 35 - Casas de banho	92
Fotografia da autora	
Figura 36 - Planta original	93
Elaborada pela autora a partir da planta da CML	
Figura 37 - Planta actual	93
Elaborada pela autora a partir da planta da CML	

Figura 38 - Planta original e actual	96
Elaborada pela autora a partir da planta da CML	
Figura 39 – Cozinha	97
Fotografia da autora	
Figura 40 - Sala	97
Fotografia da autora	
Figura 41 - Corte esquemático relação com o exterior	98
Elaborado pela autora	
Figura 42 - Elemento central	100
Fotografia da autora	
Figura 43 - Relação da sala com o escritório	100
Fotografia da autora	
Figura 44 - Planta original (2011)	102
Elaborada pela autora a partir da planta da CML	
Figura 45 – Planta actual	102
Elaborada pela autora a partir da planta da CML	
Figura 46 - Esquema de circulação quartos/ casas de banho	103
Elaborado pela autora	
Figura 47 - Entrada para o quarto 1 (quarto-corredor)	103
Fotografia da autora	
Figura 48 – Sala actual	103
Fotografia da autora	
Figura 49 – Sala actual	103
Fotografia da autora	
Figura 50 – Cozinha actual	104
Fotografia da autora	
Figura 51 - Sala actual (zona de refeições)	104
Fotografia da autora	
Figura 52 - Vista aérea do edifício 2	106
Fonte: LXi, tratada pela autora	
Figura 53 - Edifício 2	106
Fotografia da autora	
Figura 54 - Pormenor do canto do edifício	108

Fotografia da autora	
Figura 55 - Pormenor da planta original	112
Fonte: CML	
Figura 56 - Planta 2007	112
Elaborada pela autora a partir da planta da CML	
Figura 57 - Planta actual	112
Elaborada pela autora a partir da planta da CML	
Figura 58 - Cozinha actual	113
Fotografia da autora	
Figura 59 - Cozinha actual	113
Fotografia da autora	
Figura 60 – Sala actual	113
Fotografia da autora	
Figura 61 – Sala actual	113
Fotografia da autora	

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA

A escolha do tema para esta dissertação foi um processo difícil e bastante longo, no qual se testaram diferentes hipóteses, que acabaram sempre por se verificar demasiado utópicas e difíceis de concretizar. Esta procura constantemente teve como base uma preocupação relacionada com a finalidade da arquitectura e uma sensação de afastamento daquele que deveria ser o seu centro – as pessoas. Esta preocupação foi crescendo ao longo do percurso académico e, por isso, pareceu muito pertinente desenvolvê-la na dissertação final de mestrado.

Mas, apesar de saber qual a preocupação central que gostaria de investigar, não foi fácil perceber como é que poderia fazê-lo.

Acabámos por chegar ao tema central do trabalho: comparar o espaço construído, que tem subjacente as ideias e intenções do arquitecto, com o mesmo espaço vivido, numa tentativa de entender o ajuste (ou desajuste) entre a concepção arquitectónica e a realidade quotidiana dos indivíduos. Simultaneamente, escolhemos o espaço da casa como objecto da investigação. Esta escolha está relacionada com o carácter da casa: é o espaço mais básico e, ao mesmo tempo, mais complexo que o homem habita. Tendo, por isso, uma enorme importância tanto para os arquitectos como para os habitantes.

Na sociedade actual, a forma mais comum de habitação é o projecto de habitação colectiva concebido na ausência dos futuros habitantes. Neste caso, o arquitecto desenha o espaço para um indivíduo anónimo; o futuro habitante está muito limitado na sua escolha, sendo confrontado com o espaço já construído e pronto a habitar.

Ao conceber um espaço, neste caso, a habitação colectiva, o arquitecto fá-lo segundo algumas condicionantes (planos de urbanização, regulamentos e orçamentos, por exemplo), segundo o pouco conhecimento que tem do modo de vida dos futuros habitantes e segundo questões de ordem estética, querendo, muitas vezes, propôr um novo modo de habitar. É neste último ponto que muitos arquitectos manifestam a sua liberdade, querendo sempre deixar a sua marca, criando algo novo e diferente.

Quando o projecto é apenas centrado neste último aspecto, há um enorme risco de que a concepção do espaço passe a ser apenas uma afirmação do arquitecto e uma constante busca da novidade, deixando para segundo plano aqueles que vão usufruir do espaço, e que deveriam ser a preocupação central.

Por outro lado, o indivíduo ao ser confrontado com um espaço, vai habitá-lo. Este *habitar* pressupõe uma apropriação do espaço, que se verifica em diferentes níveis e com diferentes graus de intensidade. No caso da habitação, ao apropriar-se daquele espaço o indivíduo está a tornar-lo mais *seu* e mais à medida dos seus desejos e necessidades; ao fazê-lo está, por vezes, também a alterar o desenho original da casa e o modo de habitar que o arquitecto propôs. Apesar das alterações à configuração da habitação serem um processo comum decorrente da vivência do espaço pelos habitantes, poder-se-á perguntar em que medida não representam uma falha do trabalho dos arquitectos?

A dissertação centrar-se-á na análise destes temas, tendo em conta simultaneamente, uma abordagem teórica onde se pretende analisar as principais questões relacionadas com o nosso objecto de estudo, e um trabalho empírico em que se pretende conhecer, através de entrevistas aprofundadas, as perspectivas do arquitecto e do utilizador em relação à casa.

Apesar de não existirem muitos trabalhos sobre esta temática, parece-nos ser algo extremamente importante para a Arquitectura e para os arquitectos, na medida em que lhes concede novas formas de entender a concepção do espaço, centrando-se naqueles que dele vão usufruir e no seu modo de apropriação.

1.2 OBJECTIVOS

Esta dissertação tem como principal objectivo a comparação entre o espaço construído e o espaço vivido, no contexto da habitação.

Para tal, centrámo-nos, em primeiro lugar, numa reflexão sobre o processo de concepção da casa, no caso do projecto para um cliente anónimo: percebendo quais as preocupações e intenções do arquitecto; e, em segundo lugar, numa reflexão sobre o processo de apropriação da casa: percebendo como é que o indivíduo recebe um espaço que não foi pensado especialmente para si.

Pretendemos ainda, analisar sucintamente as diferentes formas como os arquitectos pensaram e conceberam a habitação durante o século XX e refletir sobre a dimensão simbólica deste conceito.

Neste sentido, são colocadas algumas questões de partida a que se procurará dar resposta através do desenvolvimento do trabalho:

De que forma a habitação responde às necessidades dos indivíduos que a vão habitar?

Em que medida as transformações realizadas pelos indivíduos nas suas habitações são significado de um desajuste entre o desenho do arquitecto e as suas necessidades?

Como é que os habitantes se apropriam do espaço da casa e o adaptam às suas necessidades?

1.3 METODOLOGIA

É possível distinguir diferentes momentos no decurso da investigação, sendo que estes foram complementares. São eles: i) Construção do objecto de estudo; ii) Realização de trabalho empírico; iii) Conclusão final.

i) O primeiro momento, bastante longo, consistiu na construção do objecto de estudo, a partir da reflexão e análise bibliográfica. Simultaneamente a esta análise, e como complemento importante para a construção do objecto de estudo, foram escolhidos e analisados os estudos de referência.

ii) Num segundo momento, já com o objecto de estudo definido, foi realizado o trabalho empírico. Para a realização deste trabalho foram escolhidas várias habitações na cidade de Lisboa, de modo a poder comparar o projecto e as intenções originais (através da análise das plantas e memória descritiva e da entrevista ao arquitecto) com o mesmo espaço vivido pelos habitantes (através da observação e de entrevistas aprofundadas aos habitantes).

Ainda durante este segundo momento, a partir das questões que surgiram da observação e das entrevistas realizadas, continuou-se a trabalhar na análise teórica.

iii) Por último, com base na análise teórica dos primeiros capítulos, dos estudos de referência e da investigação empírica realizada foram elaboradas as conclusões que, não podendo ser generalizadas, procuram responder a algumas questões formuladas no início do trabalho.

1.4 ESTRUTURA

A presente dissertação está organizada em seis capítulos, complementados pela bibliografia e anexos.

O primeiro capítulo – *Introdução* – aborda a escolha do tema e os objectivos do trabalho, assim com a metodologia e estrutura utilizadas.

No segundo capítulo – *Arquitectura e Habitação* – é abordado o tema da habitação no contexto da Arquitectura, através da análise do pensamento de duas personalidades importantes da primeira metade do século XX: Le Corbusier e Raul Lino. É também abordada a evolução da habitação burguesa em Lisboa, na segunda metade do século XX, relacionando-a com a evolução do país, nesse mesmo período.

O terceiro capítulo – *A Casa: Entre Espaço Projectado e Espaço Vivido* – centra-se, em primeiro lugar, na dimensão simbólica do espaço e na distinção entre os conceitos *habitação* e *casa*. Em segundo lugar, são apresentados os aspectos relacionados com a produção do espaço cujo principal actor é o arquitecto, e com a vivência desse espaço, ou seja, a forma como o habitante se apropria da sua casa.

O quarto capítulo – *Estudos de Referência* – é dedicado à análise de três trabalhos com questões semelhantes às levantadas nesta dissertação e que serviram de base para a realização da investigação empírica.

No quinto capítulo – *Investigação Empírica: Espaços Construídos e Espaços Vividos* – é apresentada a investigação realizada, no contexto de dois edifícios em Telheiras: a comparação entre a visão do arquitecto ao conceber a habitação e a experiência dos habitantes ao apropriarem-se dela, e muitas vezes a transformarem. A investigação teve como suporte a análise das memórias descritivas e plantas do projecto original, assim como entrevistas aprofundadas aos arquitectos e habitantes desses edifícios.

INTRODUÇÃO

O sexto e último capítulo – *Conclusão Final* – tem como objectivo “fechar” o trabalho, apresentando as conclusões retiradas depois do desenvolvimento dos capítulos anteriores.

Por fim, é apresentada a *Bibliografia* e de seguida os *Anexos*, que se encontram divididos em, *Anexo I* – guiões e transcrição das entrevistas realizadas; e *Anexo II* – elementos originais (desenhos e memórias descritivas) dos projectos analisados.

2. HABITAÇÃO E ARQUITECTURA

O capítulo que se segue aborda o tema da habitação no contexto da Arquitectura. Este é um tema central para todos os indivíduos, uma vez que a habitação corresponde ao primeiro espaço do homem. Apesar da sua função estar bem definida, a sua forma foi sendo questionada ao longo da história, não só por arquitectos, como também por sociólogos, antropólogos, filósofos, etc.

Iremos limitar a nossa investigação ao século XX, dividindo-o entre a primeira e a segunda metade. A primeira parte do capítulo, é dedicada à primeira metade do século, em que nos centraremos na análise do pensamento de duas personalidades importantes deste período – Le Corbusier e Raul Lino –, que representam duas maneiras opostas de pensar e conceber a habitação. A segunda parte, terá como objecto de estudo a evolução da habitação burguesa na segunda metade do século XX, sendo que, neste caso, a investigação será limitada ao contexto português, mais concretamente, a Lisboa.

2.1 ENTRE INOVAÇÃO E TRADIÇÃO

2.1.1 A casa como máquina de habitar – A visão de Le Corbusier

Não é possível contextualizar o aparecimento do Movimento Moderno num só tempo ou lugar, já que este envolve inúmeras contribuições individuais e colectivas, de origens muito diferentes. Mas é importante destacar alguns acontecimentos e personalidades que levaram à consolidação do Movimento Moderno.

Desde os finais do século XIX que se vivia, principalmente na Europa, uma cultura de vanguarda e um desejo de romper com as ideias do passado. Este sentimento vanguardista já vinha estando presente desde a Revolução Industrial, com uma vontade de chegar cada vez mais longe. É neste contexto que começaram a ser utilizados os termos *modernismo* e *sociedade moderna* (Mallgrave, 2005).

Um dos primeiros acontecimentos a registar é a publicação de um manifesto escrito por Otto Wagner¹, intitulado “Modern architecture: A guide for his students to this

¹ Arquitecto austríaco (1841-1918); o manifesto original foi publicado em 1896 e foi depois divulgado por toda a Europa.

field of art”. Outra iniciativa importante foi a criação da *Deustcher Werkbund*², uma herança do movimento *Arts and Crafts*, que foi fundada em Munique, em 1907, com o objectivo de valorizar o trabalho artesanal, associando-o à arte e à indústria. Entre 1907 e 1914 passaram por esta organização alguns dos principais arquitectos do Movimento Moderno, como Le Corbusier, Walter Gropius ou Mies van der Rohe. Ainda no contexto alemão é importante referir a Bauhaus: uma escola fundada por Gropius em 1919, que tinha também como principal linha de força o trabalho manual.

No contexto arquitectónico do Movimento Moderno, há uma iniciativa que se provou especialmente relevante: os CIAM – Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna. Estes encontros eram momentos de partilha e discussão sobre o que se estava a fazer no mundo da arquitectura e centraram-se principalmente nos temas da habitação e urbanismo. O primeiro encontro deste grupo aconteceu em La Sarraz, na Suíça, em 1928, do qual saiu a “Declaração de La Sarraz”, que afirmava a necessidade de divulgação da arquitectura moderna. Este documento foi assinado por 24 arquitectos, entre eles Le Corbusier, que se tornou uma figura central nos CIAM.

Entre 1928 e 1956, o grupo reuniu-se dez vezes, sendo que não existia uma periodicidade definida para as reuniões, e cada uma delas se centrava num tema específico. Segundo Frampton (1985), é possível distinguir três fases de desenvolvimento dos CIAM:

- Uma primeira, de 1928 a 1933, onde predomina a ideologia radical e socialista dominada pelos arquitectos alemães.
- Uma segunda, de 1933 a 1947, centrada na questão do planeamento urbano e dominada pela personagem de Le Corbusier.
- E uma terceira, de 1947 a 1956, dominada pelo aparecimento de uma nova geração de arquitectos – liderada por Alison e Peter Smithson e Aldo van Eyck –, que não estava na fundação do CIAM e que não concordava com muitas das premissas defendidas no início.

O papel dos CIAM foi perdendo importância, e o aparecimento desta nova geração no segundo pós-guerra marca o início do seu fim. Os ideais já eram muito distantes

²Segundo Leonardo Benevolo, esta é a mais importante organização cultural alemã de antes da guerra (1989, p. 374).

daqueles propostos em La Sarraz e naturalmente este grupo acabou por se dissolver, dando origem a um outro grupo: *Team X*³.



Figura 1 - Fundadores do CIAM (La Sarraz, 1928)

Figura 2 - Fim do CIAM e aparecimento do Team X (Otterlo, 1959)

Do CIAM IV, realizado em Atenas, em 1933, sobre o tema *A cidade funcional*, sai uma das contribuições mais significativas destes encontros – a *Carta de Atenas* – que, sem explicação aparente, só foi publicada uma década depois, numa versão redigida por Le Corbusier (1941). Esta Carta torna-se um dos documentos mais importantes do Movimento Moderno, servindo de base para todas as suas operações urbanísticas.

O documento propunha uma revolução do urbanismo, rejeitando tudo o que se tinha feito até então e defendendo a criação de uma *cidade* nova, que seria a solução para todos os problemas da sociedade. A principal premissa era considerar a cidade como um sistema funcional, no qual todas as necessidades do homem estariam totalmente resolvidas. Assim, define as quatro principais actividades do homem – habitação, trabalho, lazer e circulação – sendo que a circulação tem como única função estabelecer uma comunicação entre as outras três actividades. Estas actividades devem estar claramente separadas, segundo o princípio do zoneamento:

A operação feita sobre um plano de cidade com o objectivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo o seu justo lugar. Tem por base a discriminação necessária entre as diversas actividades humanas, cada uma das quais reclama o seu espaço particular: locais de habitação, centros

³ O grupo tem este nome porque os arquitectos que o fundaram estavam responsáveis por organizar o 10º encontro dos CIAM, em 1956; estes defendiam a criação de uma arquitectura relacionada com as necessidades físicas e psicológicas dos indivíduos (Montaner, 2001). A primeira reunião oficial aconteceu em 1960 e a última em 1981, sendo que os participantes variaram bastante ao longo do tempo.

industriais ou comerciais, salas ou terrenos destinados ao lazer (Corbusier, 1993, pt. 15).

Em relação à habitação, a Carta de Atenas defendia que esta era o ponto de partida do urbanismo: os fogos deveriam ser construídos em altura e afastados uns dos outros – libertando o solo para superfícies verdes – e não ao longo das vias de comunicação, como era tradicional. No final da publicação da Carta, Le Corbusier escreve duas frases que resumem muito bem o pensamento dos arquitectos do Movimento Moderno: *A arquitectura é responsável pelo bem-estar e pela beleza da cidade e a arquitectura é a chave de tudo* (Corbusier, 1993, pt. 92).

A partir desta breve perspectiva geral do que foi o Movimento Moderno na arquitectura, o que defendia e quais os seus principais acontecimentos, percebemos que há uma personalidade que se destaca: Le Corbusier. Iremos, então agora, dar a conhecer este arquitecto: o seu percurso e as suas principais ideias.

Charles-Edouard Jeanneret-Gris nasceu na Suíça a 6 de Outubro de 1887 e só mais tarde é que adoptou o pseudónimo de, Le Corbusier. Viveu as primeiras décadas na Suíça, educado numa família tradicional e segundo os valores calvinistas. Aos 13 anos entrou para uma escola de artes e, aos 18 anos, realizou o seu primeiro projecto de arquitectura – uma habitação. Em 1907, saiu de casa e fez uma viagem por Itália; no ano seguinte começou a trabalhar com Auguste Perret⁴ e com ele aprendeu o gosto pelo betão-armado. Em 1910, viajou até a Alemanha e conheceu algumas das iniciativas e arquitectos já referidos (*Deutscher Werkbund*, Bauhaus, Walter Gropius); no ano seguinte, fez outra viagem pela Europa Oriental. Em 1917, instalou-se definitivamente em Paris e adoptou o seu novo nome (Colquhoun, 2002).

Em 1920, funda a revista *L'Esprit Nouveau*⁵, que foi publicada até 1925. De acordo com o programa elaborado em 1920: *Há um espírito novo: é um espírito de construção e de síntese guiado por uma concepção clara* (Corbusier, 1981, p. 59); esta concepção está associada à máquina e à produção industrial. Um dos principais temas abordados nesta publicação era a relação problemática entre a arte e a indústria: a revista defendia a ideia de que o mundo moderno industrializado implicava uma mudança do individualismo para o colectivismo; e que arte e ciência não eram ideais opostos mas que, pelo contrário, a sua união resultaria numa nova estética (Colquhoun, 2002).

⁴ Arquitecto francês (1894-1954) que foi pioneiro na construção com betão armado.

⁵ Os artigos que Le Corbusier escreveu para esta revista foram depois publicados em quatro livros: o primeiro intitulado *Vers une architecture*, saiu em 1923.



Figura 3 - Le Corbusier, 1951

Figura 4 - Capa do primeiro número da revista L'Esprit Nouveau, 1921

O início do século XX, como já referimos, é marcado por uma vontade de criar algo novo, rompendo com as ideias do passado, e por um elogio da máquina, para o qual os ideais propostos pelo movimento futurista contribuíram bastante. Todo este contexto influenciou muito o pensamento de Le Corbusier, e é na revista *L'Esprit Nouveau* que, em 1921, o arquitecto apresenta pela primeira vez a metáfora da máquina aplicada à casa – *machine à habiter* – um organismo que pretende responder de forma eficiente, com a precisão de uma máquina, a todas as necessidades do homem.

O coração só será tocado se a razão estiver satisfeita e isto pode ocorrer quando as coisas são calculadas. Não se deve ter vergonha de morar numa casa sem telhado pontiagudo, de possuir paredes lisas como folhas de zinco, janelas semelhantes aos caixilhos das fábricas. Porém, o que pode nos deixar orgulhosos é ter uma casa prática como sua máquina de escrever. (Corbusier, 1981, p. 170)

Sobre esta definição, Rossi escreveu:

Não conheço uma definição mais exacta e culta da função da casa na arquitectura moderna do que aquela que ele ofereceu: a casa é uma "machine à habiter". Esta definição é tão precisa que ainda suscita o desprezo de muitos críticos; e ressalte-se que é muito mais do que um simples slogan. É a definição mais revolucionária da arquitectura moderna. (Rossi cit in Benevolo, 1989, p.430)

O pensamento de Le Corbusier é muito inspirado pela máquina, principalmente pelos meios de transporte – carro, avião e barco –, estes servem de sugestão para a casa, tanto pelo seu lado prático e funcional, como também pela beleza que proporcionam. No primeiro livro que publica, tem um capítulo dedicado aos aviões, que começa deste modo:

O avião é um produto de alta selecção. A lição do avião está na lógica que presidiu ao enunciado do problema e à sua realização. O problema da casa não está colocado. As coisas actuais da arquitectura não respondem mais às nossas necessidades. No entanto os padrões da habitação existem. A mecânica traz consigo o factor de economia que selecciona. A casa é uma máquina de morar. (Corbusier, 1981, p. 69)

Le Corbusier acredita que ao conceber a casa como uma máquina – um objecto fabricado industrialmente – está também a educar os moradores para habitarem de uma certa maneira. Esta casa pretende ser também a resposta de habitação para o homem moderno, que tem exigências e desejos diferentes e que, por isso, a habitação “de antes” já não lhe serve.

A ideia da máquina está intimamente associada à produção industrial em série e à standardização, e Le Corbusier quer estas ideias para as suas casas: quer criar uma *casa-tipo*. Estes ideais eram também os defendidos pela *Deutscher Werkbund* que, provavelmente, foi uma das fortes influências no percurso de Le Corbusier. A produção em série tem também um outro sentido para o arquitecto: o de permitir responder não só ao indivíduo, mas a toda a sociedade.

A grande indústria deve-se ocupar da construção e estabelecer em série os elementos da casa. É preciso criar o estado de espírito da série. O estado de espírito de construir casas em série. O estado de espírito de residir em casas em série. O estado de espírito de conceber casas em série. Se arrancarmos do coração e do espírito os conceitos imóveis da casa e se encararmos a questão, de um ponto de vista crítico e objectivo, chegaremos à casa-instrumento, casa em série (...). (ibid, p. 159)

A standardização tem subjacente a ideia de protótipo: algo que serve de modelo. Durante a sua vida, Le Corbusier experimentou três ideias neste sentido: a casa *Dom-ino*, a casa *Monol* e casa *Citrohan* (Silva, 2014).

O sistema *Dom-ino*, desenvolvido por Le Corbusier em 1914, consistia numa estrutura de betão composta por três lajes planas, sustentadas por seis pilares e com comunicação por escada. A ideia era que os elementos fossem pré-fabricados e

pudessem ser alinhados de inúmeras formas diferentes, sendo depois completados com paredes, janelas e os restantes componentes, permitindo uma construção barata e eficiente. Frampton (1985) diz que a sua forma se assemelha a uma peça de design de equipamento.

O projecto das casas *Monol* foi elaborado em 1919, também com base na produção em série e usando o betão armado. Apesar de quase não existirem referências sobre este projecto, podemos afirmar que foi principalmente trabalhada a relação casa-loteamento.

O protótipo da casa *Citrohan* foi desenvolvido entre 1920 e 1927, e durante esse período passou por várias versões, sendo por isso o projecto mais desenvolvido dos três apresentados. Entre as várias alterações que o modelo sofreu, destacam-se o desaparecimento da escada externa, na segunda versão (1920) e a elevação da casa em *pilotis*, na terceira versão (1922). O seu nome pretendia ser um trocadilho com a marca de automóveis *Citroen*, o que mostra logo à partida uma relação próxima com a máquina, neste caso, com o automóvel. Grande parte da inspiração para este projecto vem do edifício de um restaurante em Paris, que Le Corbusier costumava frequentar; mas é também fruto de todas as suas experiências até então. Em 1927, Le Corbusier é convidado para a Exposição da *Deutscher Werkbund*, em Estugarda e aproveita a oportunidade para a apresentar a quinta e última versão da *Casa Citrohan*.

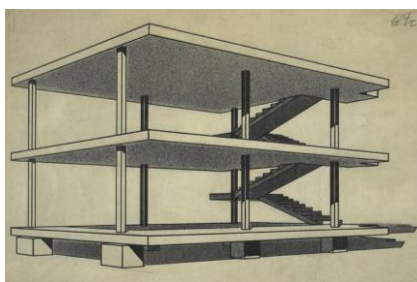


Figura 5 - Sistema Dom-ino (1914)

Figura 6 - Casas Monol (1919)

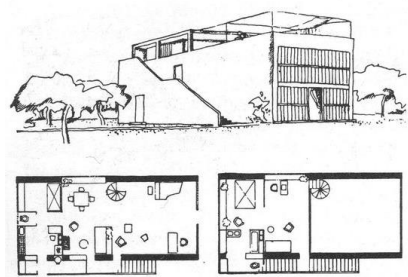


Figura 7 - Casa Citrohan (1920)

Figura 8 - Casa Citrohan (1927)

É no contexto desta exposição que Le Corbusier publica *Os Cinco Pontos para uma Nova Arquitectura*, aplicados pela primeira vez na casa Citrohan. São eles: a planta livre; a fachada livre; o uso de *pilotis*; o terraço-jardim; e a janela horizontal. No seu livro *História da Arquitectura Moderna*, Bruno Zevi explica-os assim:

Eliminam-se os locais escuros e geralmente húmidos, como os sótãos⁶; que a casa seja suspensa por estacas, que se erga no ar, e que o jardim passe por baixo. Que o jardim se estenda sobre a casa, abolindo os telhados de duas águas e apoiando-os por terraços floridos. As paredes, graças à técnica de cimento armado, já não têm função estrutural; os pisos sobrepostos já não estão ligados entre si por vínculos estáticos; portanto, liberdade completa, adesão absoluta às diversas necessidades de cada piso, o que significa economia. A janela era até então um orifício aberto numa parede de carga, e por conseguinte não podia ser rasgada à vontade; com o cimento armado, a parede torna-se superfície, as janelas podem substituí-la inteiramente, isto é, cortá-la dum ângulo ao outro do edifício. Os pilares recuados relativamente às fachadas – ou seja, o piso que se salienta da estrutura – dão ao invólucro mural um novo significado; as fachadas são simples membranas que podem ser interrompidas por aberturas onde e como se queira. Cinco pontos e inumeráveis aplicações. (Zevi, 1973, pp. 136, 137)

Ao mesmo tempo que Le Corbusier está a desenvolver este protótipo, realiza também o projecto da *Ville Contemporaine*, que apresentou em Paris, em 1922. O projecto consistia numa cidade para três milhões de habitantes, composta por enormes torres de escritórios na zona central e edifícios de habitação à volta destes; o resto do espaço seria um grande parque atravessado por uma grelha de autoestradas. Uma década depois, em 1933, apresenta um outro projecto para uma cidade – *Ville Radieuse* – que é uma evolução da primeira ideia. Neste caso, os edifícios estão sobre *pilotis*, permitindo a livre circulação e não se distinguem fachadas nem traseiras. Em ambos os projectos, Le Corbusier desenvolve o conceito de habitação mínima, pondo em prática muitas das ideias da *casa como máquina de habitar*.

Mais tarde, em 1942, mas ainda com muitas destas ideias presentes, Le Corbusier concebe um novo sistema de medidas baseado no corpo humano: o *Modulor*. A ideia

⁶ Os sótãos em português do Brasil correspondem às caves.

é aproximar a casa do homem: que esta seja feita à sua medida, literalmente, de forma a melhor responder às suas necessidades.

É no contexto do segundo pós-guerra que Le Corbusier vai desenvolver uma ideia que tinha tido em 1909 – as *Unité d'Habitation* – para responder às grandes necessidades de habitação existentes. Esta é também a primeira oportunidade para Le Corbusier experimentar o sistema *Modulor* em toda a sua plenitude. No total, desenvolve cinco destas unidades: quatro, em França e uma, na Alemanha, sendo a mais conhecida a de Marselha (1947-1952). O desenho é sempre muito semelhante e caracteriza-se por ser um grande bloco rectangular de betão à vista, colocado horizontalmente e apoiado em *pilotis*. O interior é composto por diferentes células, que se “encaixam” na estrutura do edifício, mostrando heranças do sistema *Domino* e da casa *Citrohan*. Estas células, como já foi referido, são desenhadas com as dimensões mínimas e segundo o sistema *Modulor*. Existe ainda um piso intermédio de serviços comuns, que é reconhecível pela fachada, por ter um pé-direito mais alto. Muitas das ideias, como o conceito de célula mínima, as zonas de serviços comuns e a circulação livre, já tinham sido desenvolvidas nos projectos da *Ville Contemporaine* e *Ville Radieuse*, sendo aqui apenas aperfeiçoadas. É indiscutível que com este conceito de edifício, Le Corbusier volta à sua ideia da *casa como máquina de habitar*: tudo é desenhado, tendo como princípios máximos a eficiência e a organização, de modo a tornar o espaço “fácil de habitar” para o homem.

Apesar de ser apologista da casa como um protótipo, inspirada na maneira de funcionar de uma máquina, Le Corbusier não esquece as preocupações sociais e as necessidades do homem. Assim, vive e trabalha constantemente numa tentativa de aproximar esta dualidade.

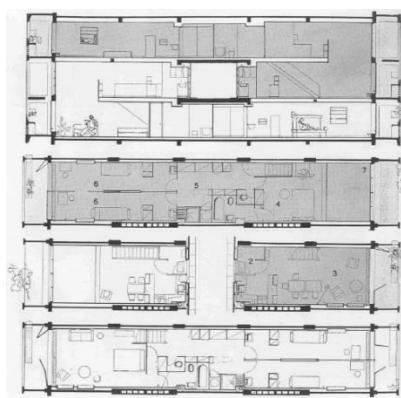


Figura 9 - Unidade de Habitação de Marselha (1952)

Figura 10 - Corte e Plantas da habitação-tipo da Unidade de Habitação de Marselha

Segundo Bruno Zevi, este novo modo de fazer arquitectura – *o estilo à Le Corbusier* – não foi bem recebido por todos. Em França muitos dos habitantes expressaram-se contra ele, afirmando:

É frio, programático, anónimo; quer que as nossas casas sejam como máquinas, mas nós estamos cansados das máquinas, com as quais devemos estar em contacto para trabalhar e por certo não queremos viver nelas durante as poucas horas de repouso; busca uma expressão aerodinâmica, mas em nós, em contínuo movimento como estamos durante todo o dia, queremos que a nossa casa tenha um aspecto estável, que não esteja suspensa no ar mas assente em terra, que propicie uma atmosfera de intimidade, uma sensação de amparo e que não nos ponha dentro de grandes envidraçados. (Zevi, 1973, pp. 205, 206)

Independentemente da opinião mais ou menos favorável que se possa ter sobre o trabalho de Le Corbusier, não podemos negar a enorme importância que teve e que continua a ter ainda hoje, passados mais de cinquenta anos, na cultura arquitectónica.

2.1.2 A casa em Raul Lino

Enquanto na maior parte dos países da Europa se vivia um espírito vanguardista, em Portugal, nas primeiras décadas do século XX, este ainda se encontrava “atrasado” e continuava-se a considerar a tradição, como um valor importante da sociedade. Os sectores mais conservadores da sociedade eram os principais defensores deste espírito tradicional e defendiam uma arquitectura que tivesse em conta estes valores. Este modo de pensar e fazer arquitectura ficou conhecido como o movimento da *Casa Portuguesa*. A sua principal personagem foi Raul Lino, que proclamava que *o internacionalismo da arquitectura devia ser proibido pelas autoridades, se não houvesse já razões de ordem técnica e material para ser condenado.* (Lino cit in Pereira, 1998, pp. 33, 34)

Raul Lino nasceu em Lisboa a 21 de Novembro de 1879. Aos 10 anos de idade, sai de Portugal e vai estudar para Inglaterra, onde conhece o movimento *Arts and Crafts*, cujos protagonistas foram William Morris e Philip Webb. Deste movimento herdou a preferência por materiais e técnicas de construção tradicionais e locais. Uns anos mais tarde, vai para a Alemanha, numa altura em que estes ideais também começam

a ser adoptados; aí conhece Albrecht Haupt⁷ e os seus ideais românticos. Acaba por trabalhar no seu atelier e este arquitecto torna-se uma das maiores influências no seu percurso arquitectónico. Regressa a Portugal em 1897 (Toussaint, 2009).

Um dos seus primeiros trabalhos públicos foi o projecto para o Pavilhão Português na Exposição Universal de Paris, em 1900. Apesar de não ter sido o projecto escolhido⁸, este teve uma grande importância pelo seu carácter inovador: o projecto misturava arquitectura de várias épocas e de vários locais portugueses, visitados pelo arquitecto.

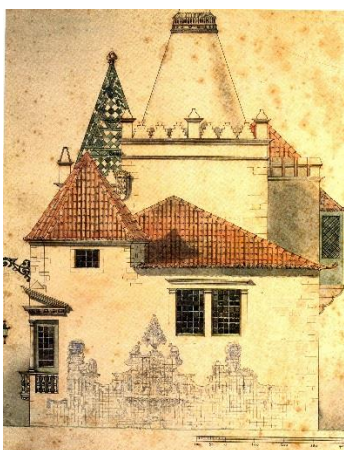


Figura 11 - Projecto de Raul Lino para a Exposição Universal de Paris de 1900

Figura 12 - Projecto vencedor de Ventura Terra

Raul Lino nunca foi um arquitecto convencional, no sentido de pertencer ao círculo restrito dos arquitectos, e também nunca teve discípulos: estas características podem ser justificadas pela sua personalidade independente. Durante toda a sua vida, sempre se interessou pelo mundo artístico e conviveu com diversos meios culturais: literatura, música e teatro, são alguns exemplos; era também um grande apreciador da natureza e da meditação (Toussaint, 2009).

No sentido da defesa da tradição e da aplicação dos valores nacionais na arquitectura, Lino interessou-se por conhecer os diferentes modos de construir associados às diferentes regiões, valorizando, principalmente, o Sul do país:

⁷ Arquitecto alemão (1952-1932) cuja tese de doutoramento tem o título *A Arquitectura da Renascença em Portugal*.

⁸ O projecto vencedor foi o do arquitecto Miguel Ventura Terra.

(...) integrando-o numa antiquíssima cultura mesclada dos dois lados do Mediterrâneo, onde a herança da villa romana se misturava com tradições implantadas durante a ocupação árabe-berbere, prolongada na vivência moçárabe. Arquitectura caída, organizada à volta de pátios interiores, habilíssima na criação de sombras e de espaços de transição, manejando figuras fraccionadas e aditivas, na composição dos telhados, na distribuição das escadas de acesso e na valorização dos alpendrados. (Silva, 1998, p. 17)

A mesma autora defende que o trabalho de Raul Lino é caracterizado por um conjunto de factores chave, que qualificam a sua arquitectura. São eles (Silva, 1998):

- O entendimento do solo: ou como Lino se referia romanticamente, o *espírito do lugar*; que valoriza a relação com a envolvente paisagística.
- O uso de materiais e técnicas tradicionais: *madeira, a terracota, a cal, o ferro forjado, o azulejo*, com objectivos simultaneamente funcionais e decorativos; herança do movimento *Arts and Crafts*.
- A elaboração do projecto a partir da planta: *interpretando as necessidades dos utilizadores com a preocupação culturalista de quem entende a casa como lugar de vivência simultaneamente individual e colectiva e quer manter nela uma espécie de circuito de progressiva revelação*.
- O desejo de projectar uma *obra de arte total*: desenhando também o mobiliário e os jardins.

Raul Lino trabalha principalmente o tema da habitação, sendo-lhe atribuída a criação de um *estilo português* na arquitectura. Pondo em evidência os seus valores tradicionais, o arquitecto defende a casa unifamiliar: *Lino fala da importância do problema da habitação, em especial a habitação própria, como salvaguarda e expressão da individualidade* (Toussaint, 1993, p. 17). O nome pelo qual ficou conhecido este movimento de arquitectura liderado por Raul Lino – *Casa Portuguesa* – tem a sua justificação na habitação unifamiliar. No entanto, o arquitecto explica que não é fácil definir esta casa, pois o seu valor não está apenas nos elementos construtivos que a compõem:

(...) não é, como muita gente supõe, qualquer edificação guarnecida de beirais de telha encanudada, que ostenta uma espécie de alpendre, painéis de azulejo e um lampião pendente de braço de ferro mais ou menos

floreado. É preciso saber-se que o que dá carácter a qualquer obra de arquitectura não são pormenores desta ordem. (Lino, 1945, p. 109)

A defesa da habitação unifamiliar não se discutia somente em Portugal. Um pouco por toda a Europa e nos EUA, esta questão ia surgindo como resposta ao aparecimento de uma média burguesia e às preocupações com a relação com a natureza: e assim aparece a moradia associada a pátios ou jardins (Toussaint, 1993).

O estilo defendido por Raul Lino era simples e barato e distinguia-se por ter, entre outras características, telhados com beirais, vãos com molduras, portadas e alpendres. Para a Casa do Cipreste (1912-14), uma das suas obras mais reconhecidas, Lino desenha e fabrica uma telha nova, com a expressão tradicional mas aperfeiçoada e pensada para a produção em série.

No entanto, a sua preocupação central não eram estes elementos, mas sim transmitir, às casas e aos homens que as vão construir e habitar, *os valores da hospitalidade, intimidade, modéstia, decoro, simplicidade.* (Ribeiro, 1994, p. 346)

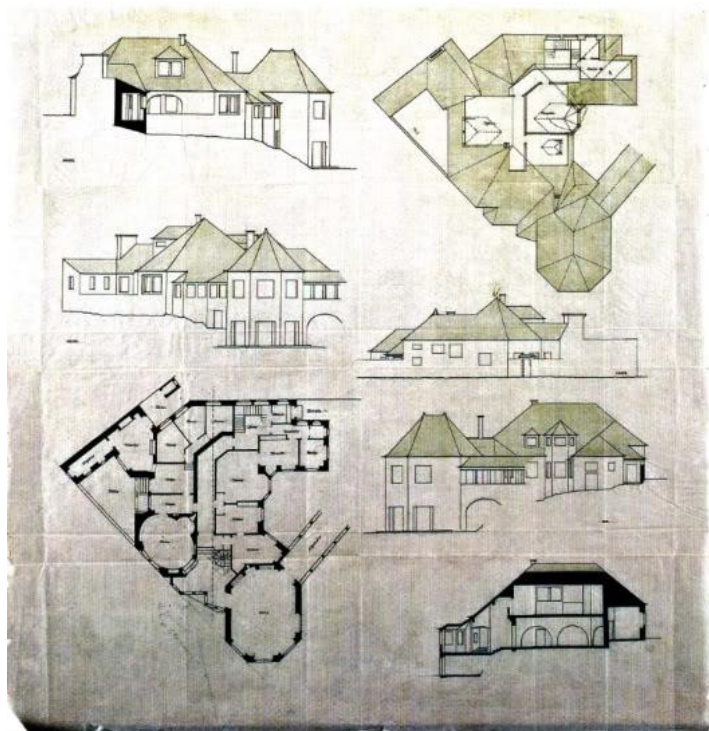


Figura 13 - Estudo Geral para a Casa do Cipreste (1912)

Neste sentido, reflecte sobre os valores do habitar e sobre a dimensão que ultrapassa o espaço construído – o carácter sentimental, poético e acolhedor do espaço –, o que o leva a conceber casas protectoras da intimidade individual. Assim, encara a casa como *o centro do mundo, enquadramento cósmico essencial, lugar sagrado de ligação com o absoluto, espaço ontologicamente securizante para o homem que, de outro modo, viveria perdido no mundo* (ibid., p. 342). Segundo Irene Ribeiro, o arquitecto organiza a casa a partir de duas preocupações: garantir uma funcionalidade racional e prática; e garantir também uma funcionalidade simbólica *na adequação ao espírito português* (ibid, 343).

Lino começa por apresentar as suas obras em revistas e, mais tarde, escreve três livros, sempre em torno da temática da arquitectura doméstica.

O seu primeiro livro, intitulado, *A Nossa Casa – Apontamentos sobre o Bom Gosto na Construção de Casas Simples* e publicado em 1918, é uma espécie de manual de arquitectura doméstica para arquitectos e não arquitectos. Este livro teve quatro edições e foi divulgado por muitas pessoas de diferentes meios sociais, *favorecendo a divulgação da habitação unifamiliar como morada ideal e um nacionalismo na Arquitectura* (Toussaint, 2009, p. 214).

A Casa Portuguesa (1929), o seu segundo livro, *é uma tentativa de apresentar uma história da habitação (casa) dirigida a um público internacional e nacional* (ibid, p. 242).

O seu terceiro livro, com o título: *Casas Portuguesas – alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples* (1933) é dedicado aos jovens arquitectos; Lino escreveu: *aos meus jovens colegas das escolas portuguesas de Belas Artes é dedicado este trabalho; não para lhes ensinar coisas que decerto já sabem, mas porque se destina a desbravar o campo em que os arquitectos de amanhã hão-de exercer a sua nobre profissão* (Lino, 1933, p. 7).

Consideramos que o último livro – *Casas Portuguesas* – é o mais completo e o que melhor caracteriza a obra e o pensamento de Raul Lino. Neste sentido, e no âmbito desta dissertação, iremos abordá-lo de forma mais detalhada.

Ele está dividido em três capítulos: “Economia”, “Entre a Economia e a Beleza” e “Beleza”. No primeiro capítulo, Lino começa por reforçar a importância da habitação unifamiliar, escrevendo:

Nem a americanização dos costumes, nem as tendências colectivistas de novas organizações conseguiram ainda debelar o anseio natural e

instintivo no Homem de possuir habitação própria e independente para si ou para a sua família. (...) Aqueles que são obrigados a viver em habitações conjugadas ou construídas em bloco têm todo o direito a reclamar melhoria nas condições de higiene, conforto, de conveniente isolamento e não menos de estética. (ibid., p. 9)

Condena a construção de habitações *por qualquer mestre-de-obras, sem a intervenção dos únicos profissionais que entendem da matéria e que podem conscientemente assumir a responsabilidade técnica e artística de tais empresas* (ibid., p. 11), defendendo o papel do arquitecto, como já o tinha feito em *A Nossa Casa*. Um pouco mais à frente explica o que entende por casa económica:

(...) não quer dizer casa que custe pouco dinheiro e que dispense um projecto cuidado, mas antes casa em que todas as suas disposições são muito bem aproveitadas e onde não existe desperdício nem de material nem de espaço utilizável. (ibid., p. 12)

Depois destes aspectos mais gerais, Lino centra-se no processo de projecto e começa por referir que as casas devem ser projectadas a partir do interior, ou seja, de dentro para fora. Enumera uma série de procedimentos que se deve ter em conta ao projectar uma casa, principalmente no desenho da planta, mas acaba por afirmar que *não se podem estabelecer regras fixas para a disposição interna das casas; é questão intimamente ligada a necessidades individuais e dependente das circunstâncias económicas e de local* (ibid., p. 12).

O arquitecto conclui este capítulo descrevendo a finalidade do seu livro: *descrição e pormenorização das diferentes fases duma obra destinada a dar-nos não apenas abrigo para o corpo, mas igualmente nos deve proporcionar melhor conforto ao nosso espírito de gente civilizada. (ibid., p. 20)*

No segundo capítulo, o autor começa por definir vários conceitos-chave: *Solidez* – diz que se edifica com solidez, (quando) *à estabilidade que o cálculo matemático garante, devemos nós generosamente acrescentar a margem de largueza que reforça a segurança e lhe dá propriedades de duração* (ibid., p. 38); *Isolamento* – entendido no sentido espacial e material; é o que separa a família do mundo exterior, e os membros da família entre si, permitindo um maior conforto e sensação de refúgio; *Ar* – refere a importância do controlo das correntes de ar e do arejamento; *Luz* – fala principalmente nos vãos e na forma como estes devem ser dimensionados, permitindo a melhor entrada de luz, consoante a localização da casa; e *Comodidade* – que Lino considera a virtude máxima de ordem material, mas

que não é um conceito uniforme, por isso, a casa deve ser concebida *consoante as ideias do respectivo dono*. (ibid., p. 38)

Depois desta exaustiva análise sobre uma boa construção da casa, o autor considera que ainda há qualquer coisa em falta, que define como *carácter*: qualidade que pode resultar de um feliz acaso ou que pode ser obtida através da habilidade do arquitecto:

Sem esta qualidade a que podemos chamar carácter, a construção só interessa pelos seus fins utilitários, materiais, e não há considerá-la obra de arquitectura. Se, porém, esta palavra houver que ter qualquer significação ligada às faculdades do espírito e ao enlevo da alma; se a casa não for apenas caixote, armazém, depósito ou arrecadação de famílias, será mister que nos ocupemos do seu carácter, afeiçoando-a consoante as qualidades que lhe quisermos ou soubermos imprimir, procurando dar-lhe a fisionomia que a nosso gosto pessoal mais grata for. (ibid., p. 47)

Quanto à qualidade espiritual da casa, Raul Lino aponta vários conceitos: Naturalidade – *inimiga de tudo o que for afectado ou rebuscado, tudo o que procura o efeito de surpresa que não seja motivada pela distinção do acerto* (ibid., p. 50); Verdade – baseada na honestidade do que se irá edificar; Harmonia – associada à beleza e à relação com o local e finalidade da obra, e também ao respeito pela tradição; Amor – que deve ser uma virtude do arquitecto e da casa; E por último, Conforto – diferente da *comodidade* e principalmente associado ao espírito: *não se pode regulamentar por meio de receitas ou tabelas; e é aqui um dos pontos onde melhor se revela a qualidade particular da obra do arquitecto* (ibid., p. 55).

O último capítulo é dedicado à *Beleza*, que no caso da moradia, Lino considera *que é principalmente uma questão de carácter* (ibid., p. 55). Esta não vem de regras absolutas, mas de uma resposta adequada a cada caso concreto:

O conceito de belo não está portanto preso a qualquer estilo de construções mas sim ao sentimento geral de harmonia entre os desejos do proprietário, por um lado e todas as condições materiais e espirituais que entram em jogo e é ao arquitecto que compete achar para cada cliente o seu género de habitação própria, não bastando que a cada indivíduo a sua casa alguma coisa de particular lhe diga, mas sendo também preciso que todas estas obras falem a mesma linguagem que é natural do país em que se vive e aquela que de todos é compreendida. Queremos dizer – e nisto insistimos – que cada casa tenha alguma coisa de especial a dizer ao seu dono, mas

que todas elas usem da mesma linguagem nacional própria da época corrente. Cabe ao arquitecto a aplicação desta linguagem nacional. (ibid., pp. 59, 60)

De seguida, aborda o conceito de Proporção, que o arquitecto vê como o centro da Arquitectura; em segundo lugar, refere-se à *Beleza* como a virtude mais importante de todas, mas que não tem uma definição clara, sendo apenas “permitido” aos indivíduos aproximações, depois de uma longa preparação na experimentação das outras virtudes. Critica as máscaras, principalmente a construção “à antiga portuguesa”.

Mais à frente, Raul Lino fala do *movimento actual, que hoje se chama modernista*: critica os seus arquitectos, porque *decretam que na época tensa, positivista, tecnicófila que atravessamos, deverá ser execrado todo o romantismo individual que possa turvar a pureza do estilo de abstinência completa, de jejum absoluto, que unicamente convém ao colectivismo presente e futuro*” e nomeia este estilo de *acéfalo* (ibid., p. 78). Mas também refere que *é questão de gosto, e gostos não se discutem...* e escreve em nota de rodapé, *que se têm construído nestes últimos anos edifícios muito notáveis, de fisionomia absolutamente adequada aos fins utilitários a que se destinam, num estilo que participa da lisura da máquina – talvez pela importância que na vida moderna os meios mecânicos têm assumido* (ibid., p. 79), o que mostra que Lino estaria a par do que se passava fora de Portugal, nomeadamente da crescente afirmação do Movimento Moderno e dos ideais proclamados por de Le Corbusier. O capítulo termina com uma referência aos jardins e à sua relação com a casa.

O texto vem acompanhado de uma série de ilustrações de projectos do arquitecto – plantas, alçados, cortes e perspectivas – sempre de habitações unifamiliares. Mas Raul Lino deixa claro que estas devem ser entendidas como exemplos e não como modelos a imitar.

O movimento da *Casa Portuguesa*, defendido por Lino, era principalmente apoiado pelo sector mais conservador da sociedade, que era também quem apoiava o regime de ditadura. Este estilo aproximava-se dos ideais tradicionais e afastava os ideais vanguardistas, que não eram bons para o regime ditatorial. Por essa razão, este estilo de arquitectura *à portuguesa* foi adoptado pelo Estado Novo nas suas políticas de habitação. Contemporaneamente ao que se passava em Portugal, vários países da Europa viviam também em regimes ditatoriais, como era o caso da Alemanha, de Itália e de Espanha. Era comum a todos a defesa dos valores nacionais e o combate

à arquitectura moderna. Numa perspectiva crítica, Nuno Teotónio Pereira afirma que estes valores defendidos, supostamente nacionais, não o eram assim tanto:

(...) o que não deixa de ser curioso é que o vocabulário imposto por esses regimes e as características que assumiram essas arquitecturas pretensamente nacionais eram de tal forma semelhantes que afinal constituíam um outro estilo internacional, mas involuntário e não assumido. Este facto serve de prova, «a contrário», de que se tratava afinal de clichés e que as formas exibidas eram meras contrafacções, nada tendo de genuinamente nacional. (Pereira, 1998, pp. 38, 39)

Em 1970 a Fundação Calouste Gulbenkian organiza uma exposição sobre a obra de Raul Lino. Este acontecimento gera uma enorme polémica na classe dos arquitectos, que publicaram dois textos de protesto no jornal *Diário de Lisboa* (um com setenta e outro com setenta e cinco assinaturas). A controvérsia aparece principalmente devido a um artigo da exposição intitulado “Raul Lino, arquitecto moderno”, e é, mais do que contra o arquitecto, uma forma de manifestação contra o regime político vigente. Mas, segundo José Manuel Fernandes, esta polémica não impediu a confirmação do interesse do trabalho de Raul Lino para a cultura arquitectónica nacional:

Ele soube, atravessando gerações, desde 1900 aos anos 60, como autor, doutrinador, político ou polemista, pôr questões de fundo que permanecem em aberto na arquitectura portuguesa – como a do valor, no sentido e dos limites de uma tradição nacional de construir (a Casa Portuguesa); como a da contradição permanente entre a necessidade de modernizar e a ligação aos valores tradicionais (o seu esforço por uma arte nova); como a do entendimento da arquitectura como uma arte entre as outras artes, aberta à música e ao espectáculo; como a do sentido decorativo, dos materiais concretos e dos pormenores, tão vital entre nós no enriquecimento do projecto; finalmente, como a do valor de habitar, na eterna dialéctica lusitana entre a influência nórdica (o culto da natureza) e os valores meridionais (o pátio, a clausura) ou o frontão versus a suástica, como escreveu o próprio Lino. (Fernandes, 1993, p. 25)

Durante toda a sua vida, Raul Lino foi muito coerente na crítica aos valores defendidos pelo Movimento Moderno e na defesa do trabalho artesanal, da tradição e dos valores nacionais.

2.1.3 Entre Le Corbusier e Raul Lino

Le Corbusier e Raul Lino tinham ideias muito diferentes sobre a forma de fazer habitação: enquanto o primeiro vivia fascinado pela inovação e pela máquina, desvalorizando tudo o que lhe era anterior; o segundo via aí, na história e na tradição, a chave para projectar. A máxima que dirigia Le Corbusier era o desejo de alcançar uma habitação que respondesse às necessidades de cada indivíduo de forma tão eficiente como uma máquina. Por outro lado, Raul Lino tinha uma visão mais tradicional da arquitectura, preocupando-se com a sua integração no lugar e adequação a cada indivíduo concreto: via na casa, para além de uma função racional, uma função simbólica. Ao nível da expressão arquitectónica dos edifícios, cada um dos arquitectos deixou as suas “regras” para a construção ideal:

Lino sistematizou o que considerou serem as constantes morfológicas da casa: linha de cobertura sanqueada e rematada com beiral à portuguesa; alpendre; vãos guarnecidos a cantaria; caiação a branco com faixas de cor; aplicação de azulejaria – na mesma década em que Le Corbusier definia outros cinco princípios bem diversos, para a arquitectura moderna.
(Fernandes, 1993, pp. 24, 25)

Outra das principais diferenças entre estes dois arquitectos era a forma de se relacionarem com os utilizadores das suas habitações: Le Corbusier, seguindo os ideais modernistas, concebia principalmente habitação colectiva para o homem abstracto, *o homem da sociedade mecanicista*, chegando a um protótipo que serviria a todos. Por outro lado, Lino condenava fortemente esta ideia e defendia a habitação unifamiliar, aproximando-se de cada indivíduo/família para quem construía.

Ambos deixaram heranças que consideramos muito importantes no contexto da arquitectura: de Le Corbusier fica a ideia de conceber a habitação como um organismo eficiente e funcional, capaz de responder às necessidades dos indivíduos mas, e olhando agora para Raul Lino, não deixando que esta seja anónima e indiferenciada: é importante relacionar a casa com o lugar e cultura em que está inserida e tentar adequar a relação entre a casa e o indivíduo da melhor maneira.

Estas duas perspectivas, sendo ambas bastante extremistas, mostram que a relação entre arquitectura e habitação – a maneira como os arquitectos pensam e concebem a habitação – nem sempre é linear, pelo contrário, pode assumir contornos muito distintos.

2.2 HABITAÇÃO BURGUESA EM LISBOA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

A opção temporal – segunda metade do século XX – deve-se a uma impossibilidade de retratar aqui toda a história da habitação, optando por um período em que se verificaram alterações significativas ao nível da arquitectura habitacional e também a nível económico e social. A opção espacial – Lisboa – tem a ver com o interesse e a pertinência de investigar um contexto que é conhecido da autora. Por último, a opção pela habitação burguesa deve-se ao facto desta ter sofrido o maior número de alterações durante o período em estudo. Todas estas opções têm também a função de enquadrar a investigação empírica desenvolvida no quinto capítulo.

Começamos por apresentar uma contextualização, de modo a percebermos, de uma forma breve, o que se passou em Portugal a nível político, económico e social, durante a segunda metade do século XX. Na segunda parte do capítulo, baseando-nos no enquadramento já feito, iremos abordar a evolução da habitação burguesa durante o mesmo período: a nível do edifício e da planta do fogo.

2.2.1 Enquadramento histórico e social: Portugal 1950-1999

No momento da queda do império de Hitler, em 1945, Portugal estava sob liderança do governo de Salazar – o chamado Estado Novo –, que estava no poder desde 1933. Com a vitória dos Aliados sobre o totalitarismo alemão, o regime que impunha uma ditadura vê-se pressionado pela população que desejava a liberdade, e responde com algumas atitudes democráticas: Encerra o campo de concentração de Cabo Verde, as eleições para o Parlamento são abertas a partidos da oposição, é iniciado um processo de industrialização para arrancar da miséria grande parte da população portuguesa e no campo cultural assiste-se a um desanuviamento. (Pereira, 1998, p. 37)

José Mattoso (1993) sintetiza as mudanças estruturais na sociedade portuguesa entre 1950 e 1974, em três grandes linhas:

- O êxodo rural – migração para as cidades e *adopção de novos padrões de comportamento e de consumo, de novos hábitos, de novas mentalidades*;
- A industrialização – centrada no eixo litoral Braga-Lisboa-Setúbal; é a segunda causa do êxodo rural;

- A abertura económica à Europa (a partir dos anos 60) – ao comércio e à importação de capitais.

O fenómeno de migração para as cidades veio consolidar o desenvolvimento urbano à custa de uma desagregação do meio rural, no qual a actividade agrícola perde importância. Outra consequência desta alteração demográfica é a perda dos comportamentos e vivências (cívicas e religiosas) que a primeira geração de migrantes trouxe para a cidade, numa tentativa de transportar a ruralidade para o meio urbano, pois a segunda geração, sendo já de origem urbana, adota os comportamentos que são próprios deste meio (Ferrão, 1996). Paralelamente a este fenómeno, há também um grande movimento de emigração com destino, principalmente à Alemanha e França. Numa primeira fase, em busca de melhores condições de vida, que em Portugal não lhes eram oferecidas; e mais tarde, como o início das guerras coloniais em África, vão também para fugir ao serviço militar obrigatório.

Nas primeiras três décadas da segunda metade do século XX, assiste-se a uma mudança global no país ao nível da economia e da sociedade: passa-se de um regime conservador e autossuficiente para um capitalismo assumido, da agricultura à indústria e aos serviços; diminui a taxa de analfabetismo e aumenta o número de mulheres no ensino secundário e superior e, mais importante, alteram-se radicalmente os modos de pensar e de agir (Mattoso, 1993). Segundo António Barreto (1996), a partir dos anos 60 o ritmo de mudança em Portugal acelera consideravelmente e começam a verificar-se mudanças sociais e económicas relevantes. Estas mudanças a caminho de uma *modernização* vão aproximar Portugal dos países mais desenvolvidos da Europa. O autor salienta o facto de esta evolução ter acontecido a um ritmo muito mais rápido no nosso país do que nos restantes: *Portugal terá feito em duas ou três décadas o que outros terão demorado quatro ou cinco* (Barreto, 1996, p. 39).

Depois de 48 anos de regime ditatorial, na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, este chega ao fim. O golpe que levou ao fim do regime foi da responsabilidade do Movimento das Forças Armadas, mas contou com o apoio da população, que estava cansada da repressão e censura. Os militares ocuparam vários edifícios importantes e o regime caiu quase sem ter quem o defendesse. Foi uma revolução pacífica, sem sangue, e ficou conhecida como a Revolução dos Cravos. O golpe levou à rendição de Marcello Caetano e, em Maio do mesmo ano, o General António de Spínola toma posse como Presidente da República.

Ainda nesse ano são retiradas as tropas portuguesas de África e as colónias são libertadas. Isto levou a que os cerca de meio milhão de portugueses residentes nesses países regressassem a Portugal – são os chamados Retornados. Este movimento aconteceu durante pouco mais de um ano (1974/75), aumentando significativamente, e de forma inesperada, a população portuguesa: facto que teve consequências económicas e sociais.

Seguiu-se um período de grande instabilidade política e social, conhecido como o PREC – Processo Revolucionário Em Curso – marcado por manifestações, confrontos, ocupações de terrenos e nacionalizações. A fase mais conturbada do PREC foi o Verão de 1975 – o Verão Quente – devido à quantidade de conflitos e violência. Este período de instabilidade termina com o 25 de Novembro de 1975 – uma tentativa de golpe militar, cujo fracasso permitiu que se instaurasse em Portugal uma democracia. Em 1976 é aprovada a actual Constituição da República Portuguesa, que entra em vigor a 25 de Abril desse ano, marcando a consolidação da democracia e o início de um período de estabilidade política em Portugal. Em Setembro de 1976, Portugal passa a participar no Conselho da Europa e um ano mais tarde apresenta a sua candidatura para entrar na CEE – Comunidade Económica Europeia⁹.

Até finais do século XX o panorama político e económico em Portugal mantém-se relativamente estável. É de destacar a realização da Exposição Internacional de Lisboa – EXPO'98 – para celebrar os 500 anos dos Descobrimentos Portugueses.

Este período ficou também marcado, como já referimos, por mudanças ao nível da sociedade e da família.

A família é um grupo social irredutível aos outros grupos: a sua formação, a sua estrutura, as suas dimensões, as suas condições de vida e as suas necessidades, as relações entre os seus membros e os seus vínculos com o conjunto do corpo social, as suas funções, tudo isto varia no tempo e no espaço em ligação com os sistemas da sociedade e as formas de civilização. (Dicionário de Sociologia, 1982, p. 302)

⁹ Que apesar de ter sido aprovada no ano seguinte, só se torna oficial com a assinatura do tratado em Junho de 1985.

O regime de Salazar, cuja ideologia proclamava o lema *Deus, Pátria, Família*, defendia a família tradicional – tendo proibido o divórcio dos casamentos católicos (que representavam a maioria dos casamentos) –, e um papel submisso da mulher (esposa, mãe e dona de casa). Ainda antes da queda do regime, este ideal começa a perder-se e a *família alargada tradicional* dá lugar à *família nuclear moderna*, composta pelo casal e dois filhos (Ferrão, 1996, p. 169).



Figura 14 – Cartaz de propaganda do Estado Novo (1938)

Sobre as famílias portuguesas, Barreto (1996) refere que, entre 1960 e 1995, a sua dimensão diminuiu significativamente: tendo passado de uma média de quatro pessoas para três pessoas. Verificou-se uma redução no número de famílias com cinco ou mais pessoas e um aumento considerável nos agregados com apenas uma ou duas pessoas. O número de famílias entre estes dois limites, ou seja, de três a cinco pessoas, tem um ligeiro crescimento.

Esta redução da família está, em parte, relacionada com a considerável diminuição do índice de fecundidade¹⁰, que passa de 3,15 (1960) para 1,5 (1990). Simultaneamente, verifica-se que as mulheres têm filhos cada vez mais tarde, mas quase nunca depois dos 40 anos (Barreto, 1996). Ana Cristina Ferreira (2005) justifica esta diminuição com base em dois factores: por um lado, a difusão dos meios de controlo da natalidade e, por outro, uma maior vontade dos casais em

¹⁰ Número médio de crianças nascidas por mulher em idade fértil.

investir, quer afectivamente, quer economicamente, na educação dos filhos, o que os leva a optar por reduzir o número de filhos.

Com a diminuição da taxa de natalidade, justificada pelas razões já referidas, e o aumento da esperança média de vida, explicado pelo avanço da ciência e da medicina, a par de uma melhoria das condições de higiene e de vida, a população portuguesa sofre um grande envelhecimento – o número de pessoas com mais de 65 anos passou de 8% (1960) para 14% (1995) (Barreto, 1996).

Também, durante este período, se dá um grande aumento da taxa de divórcio, principalmente depois de 1974, quando este foi permitido para os casamentos católicos; um aumento dos filhos fora do casamento “tradicional”, já que este passa a ser muitas vezes substituído por uniões de facto; e um aumento das famílias de uma só pessoa (Barreto, 1996).

A partir dos anos 80, pelas razões já referidas, principalmente pela permissão do divórcio, começa-se a verificar uma maior diversidade dos modelos de família – famílias monoparentais ou só de uma pessoa, segundos casamentos, etc – e com eles aparecem novas formas de convivência na habitação. Sobre estes novos modos de vida familiar, Ferreira (2005) salienta o facto destes se relacionarem com uma alteração do ciclo de vida dos jovens adultos: os filhos saem cada vez mais tarde de casa dos pais, o que exige, segundo a autora, que a habitação tenha capacidade de garantir a autonomia dos mesmos, algo que não era necessário enquanto os filhos eram pequenos.

2.2.2 Evolução da habitação burguesa em Lisboa

Em Portugal, as ideias desenvolvidas no âmbito do Movimento Moderno (apresentadas no primeiro ponto deste capítulo) só começam a ter espaço com o fim da Segunda Guerra Mundial. Depois de um longo período de isolamento, o fim da Guerra abala o regime e permite alguma abertura a ideias exteriores, um momento que muitos esperavam que levasse ao fim da ditadura em Portugal, mas tal não aconteceu.

Em 1948, o Sindicato dos Arquitectos Portugueses, apoiado pelo Governo, organiza o Primeiro Congresso Nacional de Arquitectura para celebrar os *15 Anos de Obras Públicas*. Nesse encontro, contra o que era habitual, os arquitectos juntaram-se numa crítica às imposições do regime e em defesa dos ideais modernos proclamados na Carta de Atenas. Exigiam participar *na resolução do problema da habitação sem*

constrangimentos nem obrigatoriedades de estilo (Tostões, 1998, p. 42). Este acontecimento só foi possível, entre outras razões, porque as comunicações apresentadas no Congresso não foram alvo de censura (ibid.) e também porque se vivia, nesse momento na Europa, um clima de pós-guerra *em que se verificava sem contestação o triunfo da arquitectura moderna sobre as tendências académicas e tradicionalista que tinham prevalecido antes da grande hecatombe* (Pereira, 1998, p. 38).

Este Congresso tem uma enorme importância porque marca um momento de charneira na arquitectura portuguesa, a partir do qual se pode *considerar definido um segundo período da arquitectura moderna em Portugal* (Tostões, 1998, p. 42): depois de um longo período a servir os ideais do regime, começa a haver alguma abertura às ideias modernas, já aplicadas no resto da Europa. Ainda assim, esta abertura é, de algum modo, limitada, pois as premissas modernas são aplicadas valorizando sempre *as questões do contexto, o significado do sítio, a importância dos materiais naturais e dos métodos artesanais* (ibid., p. 42).

Em 1951, é introduzido em Portugal o RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas – com o objectivo de regular a construção de habitação. Até então a construção respondia apenas ao bom senso dos arquitectos, construtores e proprietários, mas a partir daqui vão ser aplicadas regras para garantir os princípios funcionais e higienistas. O regulamento vai estabelecer áreas mínimas para os diferentes espaços da casa, o que faz com que exista uma clara diferenciação entre quartos (espaços mais pequenos) e sala (espaço maior). Na sequência da aplicação do RGEU, surgem um conjunto de alterações na organização da habitação: o quarto de empregada, quase sempre presente nas habitações anteriores, começa a desaparecer. Dá-se também uma inversão entre quartos e cozinha – os quartos passam a ocupar a zona mais privada do fogo, assumindo um papel mais individualista e a cozinha aproxima-se da entrada e da sala. Esta lógica de organização do fogo, onde a cozinha está próxima da sala, e os quartos próximos das instalações sanitárias vai manter-se constante ao longo do tempo (Silva, 2016).

O regulamento vai também definir a “regra dos 45” para as fachadas dos edifícios, o que contribuiu para tornar a *morfologia do «rabo de bacalhau»*¹¹ *cada vez menos viável* (Pereira, 2012, p. 75).

¹¹ Nome dado à tipologia arquitectónica de grande parte dos edifícios de habitação construídos entre 1930-50, por terem uma planta com uma forma semelhante à de um bacalhau.

O aparecimento do RGEU coincide com o começo da aplicação dos valores modernos nas habitações portuguesas. O que não será apenas uma coincidência, já que ambos partem de uma lógica inteiramente racional para a configuração da habitação. Romana Silva, na sua tese de mestrado, apresenta as principais consequências do RGEU em duas fases:

(...) uma primeira fase que obrigou a uma mudança significativa através de uma inversão entre quartos/sala e a uma distinção concreta entre sala/quartos; e uma segunda fase onde a normalização se tornou num obstáculo à criatividade resultando em ideais cristalizados (Silva, 2016, p. 92)

Assiste-se nesta década a uma mudança de paradigma no que diz respeito à configuração da habitação, tanto ao nível da sua planta como da sua relação com a cidade: *o quarteirão tradicional dá lugar à composição livre com torres e blocos, criando assim um novo paradigma (ibid., p. 55).*

A proposta de habitação do Movimento Moderno verifica-se em plantas simples, mínimas e altamente racionais, que seguem uma lógica de tripartição do espaço doméstico segundo as suas funções (zona social, zona de serviços e zona mais íntima). Existe uma preocupação grande em separar o público do privado, o que leva a colocar a zona mais íntima (quartos) no extremo oposto ao da entrada da casa. É também neste contexto que surgem as tipologias duplex, como expoente máximo desta separação, aludindo simultaneamente à moradia unifamiliar, o que se verificou muito atractivo para os habitantes, pelo estatuto social normalmente associado a esta tipologia. Como resposta às necessidades dos seus habitantes: a sala comum torna-se o centro da casa, por ser o espaço que recebe as actividades colectivas da família; os quartos apresentam um desenho mais simples e semelhante entre si; e a zona de serviços é simplificada, aproximando a cozinha da zona mais social da casa (sala), *apontando para um esbatimento da divisão sexual dos espaços e por conseguinte da divisão dos papéis conjugais (Pereira, 2012, p. 70).*

Foi em grande medida com a massificação da casa moderna que, sobretudo, as classes populares iriam assistir a uma melhoria habitacional sem precedentes, independentemente da vocação efectivamente homogeneizadora do modelo que lhes foi oferecido (ibid., p. 71).

O Bairro de Alvalade, em Lisboa, – construído no final da década de 40, por iniciativa da Câmara com um plano do arquitecto Faria da Costa – é o primeiro exemplo da aplicação dos princípios modernos: *Pela primeira vez, eram propostos edifícios*

colectivos destinados a habitação social, apoiados numa série de equipamentos sociais (Tostões, 1998, p. 45). Até então, os bairros sociais promovidos pelo regime tinham seguido sempre o mesmo desenho¹² – habitações unifamiliares com um pequeno jardim – por isso, a opção por edifícios de habitação colectiva, mesmo que com apenas quatro pisos, foi uma inovação total. Apesar do desenho ser ainda bastante tradicional, começaram a ser aplicados alguns princípios racionalistas da Carta de Atenas, ainda que de forma subtil. Nuno Portas escreveu que *o bairro de Alvalade foi não só um estaleiro de inovações técnicas como um exemplo de mix social e de actividades e espaços livres generosos, na sua maioria privados, sem procurar a ruptura com os conceitos de avenida, rua e edificação contínua, de média altura* (Portas, 1998, p. 119).

A intervenção mais moderna deste conjunto foi o Bairro das Estacas (1949-1955), projectado por Formosinho Sanchez e Ruy Jervis d’Athouguia (jovens arquitectos na altura) – *com uma série de blocos que por obrigação legal não ultrapassavam os quatro pisos, dispostos perpendicularmente ao eixo viário, em substituição dos tradicionais quarteirões previstos no plano, criando uma extensa plataforma de jardim prolongada em transparência sob os edifícios* (Tostões, 1998, p. 45) – é inspirada na unidade de habitação de Marselha, do “mestre” Le Corbusier.



Figura 15 - Plano de Urbanização de Alvalade (1945)

Figura 16 - Bairro das Estacas (1955)

Construída quase em simultâneo, a intervenção da Avenida dos Estados Unidos da América (1950-51) é a primeira proposta *funcional e formalmente racionalista* (ibid., p. 45). São construídos blocos em altura (oito pisos, no mínimo) *com sistema distributivo dos fogos em galeria alternada ligada a uma coluna de acessos única,*

¹² Tema desenvolvido no ponto 2.1.2 deste capítulo.

articulando as habitações em duplex, organizadas como células de uma pureza e racionalidade corbusianas, que propunham o inédito pé-direito mínimo de 2,40 metros, mas também o duplo em mezzanine sobre a sala. (ibid., p. 45) Estes são dispostos perpendicularmente à via de circulação para facilitar as *condições ideais de exposição solar e de modo a proteger os habitantes da poluição provocada pelos veículos* (Pereira, 2012, p. 72).

Uma outra intervenção de referência, também de iniciativa municipal, mas já não do plano de Faria de Costa, é o conjunto da Avenida Infante Santo (1955). Ana Tostões diz que é na relação com a cidade tradicional que a intervenção moderna *atinge um dos seus momentos mais significativos* (Tostões, 1998, p. 46).

A aplicação dos ideais modernos não se restringiu às iniciativas estatais, aos poucos foi passando também para o mercado privado, *modernizando o programa do prédio de rendimento*. O Bloco das Águas Livres (1955), dos arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral, constitui um dos primeiros exemplos neste sentido: a planta do fogo mantém um carácter racional, sendo muito semelhante às dos edifícios de iniciativa pública.

Em 1955, foi iniciada a realização do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa¹³ por iniciativa do arquitecto Keil do Amaral¹⁴. Este acontecimento contou com a participação de duas centenas de arquitectos de diferentes gerações e ideologias. Foi realizado com o apoio do Estado *no sentido de contribuir para o apertuguesamento da arquitectura, evidenciaria que ao contrário de um estilo genuinamente português havia afinal tantas tradições quanto regiões* (ibid., p. 49). A sua realização contribuiu muito para a reflexão de uma arquitectura entre as premissas modernas e o compromisso com a realidade. Estas ideias estavam em linha com o que se passava no “centro” do Movimento Moderno, com o questionamento da Carta da Atenas e o fim dos CIAM.

Depois de uma primeira adopção parcial dos princípios modernos, apresentada acima, inicia-se, no final dos anos 50, um *segundo período*, caracterizado *por uma adesão integral ao paradigma moderno nas suas várias dimensões, habitacional e urbanística* (Pereira, 2012, p. 79).

¹³ Publicado em 1961 com o título *Arquitectura Popular em Portugal*.

¹⁴ Eleito presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos em 1948, mas afastado do cargo pelo regime.

Sandra Marques Pereira apresenta o edifício moderno com três características principais, que embora sejam associadas à estética, representam princípios ideológicos. São elas (ibid., p. 72):

- *O desaparecimento da distinção estatutária e funcional entre a fachada e as traseiras numa tentativa de anulação da distinção burguesa entre o ser e o parecer;*
- *A simplicidade e a uniformidade/serialidade da linguagem arquitectónica como instrumento de dissolução das diferenças sociais;*
- *A ostentação da autenticidade construtiva (materiais) enquanto contributo para a revelação e pedagogia da “verdade”, essa “verdade” universal ancorada num conceito monista de racionalidade.*

Neste segundo período, são aplicadas, na totalidade, as ideologias do Movimento Moderno, como descritas na *Carta de Atenas*. A principal alteração relativamente ao primeiro período assenta na com a ruptura com a cidade tradicional: é completamente eliminada a lógica do quarteirão tradicional.

Se o bairro de Alvalade fora concebido como resposta para o crescimento da cidade para norte, fá-lo ainda assim numa lógica de contiguidade relativamente ao tecido urbano pré-existente e com alguns traços morfológicos da cidade tradicional. Distintamente, estas novas zonas têm já implícita a ideia de um corte espacial relativamente à cidade antiga, constituindo-se como zonas residenciais quase autónomas. (ibid., p. 79)

Em relação à planta do fogo, registam-se menos alterações. Estas continuam a ter uma matriz racional e moderna, mas vão procurar novas formas que possibilitem uma maior rentabilidade do espaço e experimentam a utilização de paredes técnicas (resultante da aglomeração das zonas técnicas) (Silva, 2016).

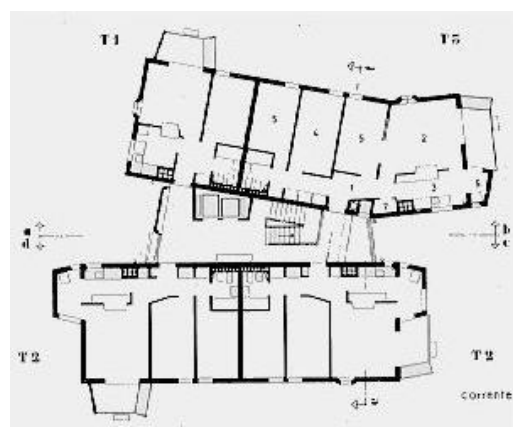
Em 1959, já neste contexto plenamente moderno, é criado o Gabinete Técnico de Habitação (GTH) da Câmara Municipal de Lisboa para responder aos problemas habitacionais de uma grande parte da população. Coelho (2010) escreveu que o GTH foi *uma das poucas escolas do habitar que tivemos em Portugal e que marcou uma obra quantitativa e qualitativamente muito positiva*. Nesse mesmo ano, o Plano Director de Urbanização de Lisboa previa a criação de habitação social dentro da

cidade, e foi isso que o GTH foi desenvolver, nomeadamente, nos Olivais (Norte e Sul) e em Chelas.

As atribuições do GTH, explicitamente assumidas, eram: proporcionar habitação aos agregados familiares de menores recursos; substituir gradualmente os bairros de lata por «habitações adequadas e de renda módica»; realojar os agregados familiares atingidos por obras de urbanização ou vivendo em «partes de casa» e quartos arrendados ou «outras formas de habitação, social e normalmente inconvenientes. (Silva, 1994, p. 161)

O Bairro dos Olivais, destinado, principalmente, a habitação social, está dividido em: Olivais Norte e Olivais Sul. O primeiro plano – Olivais Norte (40 hectares para 8500 habitantes) – é de 1959 e representa uma total inovação face ao que se havia construído até então. Aqui são aplicados na totalidade os princípios da Carta de Atenas: *ao contrário do que aconteceu com Alvalade, os Olivais foram concebidos sem concessões ao urbanismo tradicional e sem qualquer intenção de continuidade com o tecido urbano existente. Este primeiro plano serviu como uma espécie de laboratório para os Olivais Sul (Tostões, 2006, p. 27).*

O segundo plano – Olivais Sul (186 hectares para 40 000 habitantes) – é de 1960 e aparece como *resposta* à primeira intervenção, posicionando-se criticamente face às *propostas dogmáticas e mais ortodoxas do Movimento Moderno. De facto, a sua concepção deve menos à Carta de Atenas e muito mais ao espírito das new towns inglesas (ibid., p. 27).*



Figuras 17 e 18 – Edifício de Habitação no Bairro Olivais Norte dos Arquitectos Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e António Pinto de Freitas (1959 | Prémio Valmor 1968)

Simultaneamente à construção destes “novos bairros”, aparecem outras intervenções que seguem os mesmos princípios modernos, como: a urbanização Nova Oeiras (1955-60), com base no Plano de Urbanização da Unidade Residencial de Nova Oeiras; a urbanização da Reboleira, parte do Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora, do arquitecto João Aguiar Branco; e um empreendimento urbanístico em Santo António dos Cavaleiros, semelhante ao dos Olivais.

A maior alteração neste período moderno não tem tanto a ver com a estrutura física dos modelos habitacionais, mas mais com os *modos de habitar que passam a ser definidos por uma lógica metropolitana: O distanciamento do espaço residencial relativamente aos outros espaços (trabalho, lazer) e a sua crescente autonomização num processo de atomismo funcional são os dois aspectos que melhor caracterizam esta metropolização dos modos de habitar a partir de 60.* (Pereira, 2012, p. 79)

Ainda que continuando sobre alçada de um regime ditatorial, a arquitectura encontrava-se já liberta dos limites impostos nas primeiras décadas do regime.

Depois das grandes intervenções dos Olivais e Chelas, a cidade de Lisboa estava bastante consolidada no que diz respeito à habitação para as classes média e alta. Mas os grupos mais desfavorecidos da sociedade viviam ainda com condições muito precárias. Assim, para responder a este problema, após a revolução de 74, é criado o Processo SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local – que está activo entre 1974 e 1976. Segundo o primeiro documento oficial do SAAL, redigido por Nuno Teotónio Pereira em Julho de 1974, a sua missão era erradicar os bairros de lata, tendo como princípio essencial a participação activa e organizada da população na solução dos seus problemas habitacionais: o desafio era não só *construir casas para o povo* mas também *construir com o povo*. Formaram-se Brigadas Técnicas, compostas por arquitectos, engenheiros e assistentes sociais, que mantinham um contacto directo com as associações de moradores. Foram realizadas 150 operações, um pouco por todo o país mas em especial nas áreas metropolitana de Lisboa e do Porto, onde de localizavam os principais centros de habitação degradada. Apesar de ter durado pouco tempo e de não ter inteiramente cumprido a sua função, é uma iniciativa que se mantém como referência quando se refere a participação em arquitectura (Bandeirinha, 2007).

É também na década de 70 que a CML decide criar uma empresa de promoção imobiliária – a EPUL (Empresa Pública de Urbanismo de Lisboa) – aproximando-se do sector privado. Numa primeira fase, a EPUL fica responsável pelos empreendimentos de Telheiras, Restelo e Martim Moniz. O empreendimento do Restelo (1972), dos arquitectos Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Viana

Botelho, representa, a nível urbanístico, uma tentativa de recusa da cidade moderna e regresso aos princípios tradicionais. Mas ao nível do fogo, mantém-se a herança moderna, salientando neste caso a utilização de tipologias duplex.

O tempo de seguir cegamente os mestres do Movimento Moderno já havia terminado. Daqui para a frente, as propostas habitacionais seguem a maior parte dos princípios modernos, mas já não o são na sua plenitude. Podemos apontar como exemplos: as Torres de Alfragide (1968-73), do arquitecto Francisco Conceição Silva; o Complexo Habitacional Olaias (1982), do Arquitecto Tomás Taveira; ou as Torres das Amoreiras (1980-87), do mesmo arquitecto.

É certo que a seguir ao moderno não foi identificado, de forma clara, um outro tipo de edifício, mas terá sido sobretudo a partir da década de 80 que o seu definhamento, enquadrado na crítica de todo o Movimento Moderno que já vinha de trás, se terá tornado mais evidente. Uma crítica que, porém, não terá tido o mesmo impacto do ponto de vista da planta do fogo.
(Pereira, 2012, p. 100)

Sandra Marques Pereira afirma com isto que, apesar de muitos dos princípios modernos terem sido refutados, a sua lógica de concepção da habitação não terá sido, pelo menos não do mesmo modo. Verifica-se, ainda hoje em dia, mais de cinquenta anos depois, a permanência de um pensamento racional que tem a sua raiz no Movimento Moderno.

A partir dos anos 80, a grande frente ribeirinha lisboeta passou a estar no centro das preocupações dos urbanistas e arquitectos. A realização da Exposição Mundial, em 1998, contribuiu muito para isto: *apostou em repor o natural desenvolvimento ribeirinho, em reconciliar a cidade com o seu rio. Pretexto e instrumento de regeneração urbana, a operação traduziu-se na oportunidade de introduzir uma profunda reconversão numa das zonas mais degradadas e desqualificadas de Lisboa, a zona industrial e portuária oriental.* (Tostões, 2006, p. 28)

2.2.3 Síntese

O fim da Segunda Guerra Mundial tem um grande impacto em Portugal, sendo um momento de charneira a nível económico, social e também da arquitectura. O país, que vivera fechado em si mesmo durante as últimas décadas, começa a abrir-se às ideias do resto da Europa: uma cultura industrial e de consumo. Dá-se um imenso movimento de migração para as cidades e, com isso, surge uma grande necessidade

de habitação. A família nuclear moderna, composta pelo casal e filhos, ganha importância face à família alargada tradicional, mas verifica-se um decréscimo no número médio de filhos por casal. Também se altera bastante o papel da mulher na sociedade, nomeadamente, no que diz respeito à sua entrada no mercado de trabalho; a sua emancipação tem também consequências ao nível da habitação, assistindo-se, a partir da década de 60, a uma tentativa de igualização de género a partir da organização do fogo, através da aproximação e abertura da cozinha aos restantes espaços da casa.

Na arquitectura, a abertura às ideias modernas, em paralelo com o aparecimento do RGEU (década de 1950), marcam uma mudança radical na forma de conceber a habitação: esta passa obedecer a um critério puramente racional de optimização do espaço. Ao nível da planta do fogo, esta racionalização materializou-se numa simplificação da sua forma, que passa a ser quase sempre quadrada ou rectangular, havendo uma maior homogeneização entre as diferentes tipologias de habitação.

Antes do RGEU, as habitações tinham mais divisões e não existia uma diferenciação clara entre os quartos e as salas. A aplicação deste regulamento, ao estabelecer áreas mínimas, vai também criar uma hierarquia entre sala (espaço maior) e quartos (espaços mais pequenos). O quarto de empregada, muito comum nas habitações anteriores ao RGEU, existe em algumas intervenções até aos anos 1970 (Alvalade e Infante Santo, por exemplo), e a partir daí, desaparece quase por completo.

Verifica-se uma maior preocupação em separar o domínio público do privado, levando a uma divisão do espaço em três zonas distintas: a social, a de serviços e a de intimidade. Esta divisão significou uma inversão dos quartos e da cozinha: os quartos assumem um carácter mais individualista, enquanto a cozinha se aproxima do centro da casa.

É, também, a partir deste momento que se afirma a centralidade da sala, que muitas vezes também acumula uma função distributiva. Este espaço tem quase sempre uma dupla função – zona de estar e de refeições – algo que, anteriormente, não acontecia.

Depois desta mudança radical na forma de conceber a habitação e até ao final do século XX, as principais alterações são na forma do edifício e na sua relação com a cidade, pois a lógica racional da planta do fogo – que pressupõe a divisão entre público (cozinha e sala) e privado (quartos e instalações sanitárias) – mantém-se constante até aos dias de hoje.

3. A CASA: ENTRE ESPAÇO PROJECTADO E ESPAÇO VIVIDO

No capítulo anterior deste trabalho, quando abordámos a habitação, referimo-nos apenas ao espaço construído, mas existe uma outra dimensão deste conceito – a dimensão simbólica, geralmente mais associada à palavra *casa*. Assim, na primeira parte deste capítulo ir-nos-emos centrar na dimensão simbólica do espaço e na distinção entre os conceitos *habitação* e *casa*.

3.1 DA HABITAÇÃO À CASA: DIMENSÃO SIMBÓLICA

"A casa pode ser um quarto ou uma habitação completa...e também pode ser um estado de espírito. Sentir-se em casa é sentir-se confortável, à-vontade, relaxado, rodeado, talvez, por aqueles que realmente nos percebem e se preocupam connosco... Para o homem-santo errante, estar em casa pode ser estar em qualquer parte do mundo, em quaisquer condições. Mas para a maioria de todos nós, seres humanos menos evoluídos, a existência de uma habitação permanente, onde nos possamos enraizar é, tanto uma componente necessária de segurança física, como uma expressão psicológica muito significativa de quem nós somos". (Cooper-Marcus in Coelho, 2011)

Nesta afirmação de Claire Cooper-Marcus, é possível distinguir duas palavras que, apesar de serem geralmente usadas com o mesmo sentido, representam conceitos distintos: *habitação* e *casa*. Ana Salvado afirma que foi a perspectiva do espaço habitacional, a partir do âmbito fenomenológico que contribuiu para o aparecimento destes dois conceitos: *house* – espaço onde se *garantem necessidades comuns a todos os indivíduos*; e *home* – *lugar de "ordem" e de reconhecimento na medida em que passa a ser um elemento mediador de cognição*. (Salvado, 2004, p. 11)

Kim Dovey (1985) também aborda esta distinção entre *house* e *home*¹⁵: enquanto a *habitação* é um espaço físico, a *casa* é uma experiência, é a relação que se estabelece entre o espaço e os seus habitantes.

¹⁵ Designaremos, daqui para a frente, estes conceitos como habitação (*house*) e casa (*home*).

*The house is a tool for the achievement of the experience of home.*¹⁶ (Dovey, 1985, p. 48)

O mesmo autor dá o exemplo de uma afirmação que pode ter um duplo significado – *I don't have a home* (ibid., p. 33) – tanto pode querer dizer que esse indivíduo não tem sítio físico onde viver (habitação), como que esse sítio não lhe transmite o significado e a experiência de casa.

Mas o que é, então, esse significado e experiência de casa? É a esta questão que Dovey se propõe responder no artigo “Home and Homelessness” (1985).

Começa por definir uma série de propriedades da casa, mas deixa claro que estas nunca serão necessárias ou suficientes para que se tenha a experiência de casa, são apenas uma ajuda na definição de um conceito complexo; clarifica, ainda, que não existe um momento preciso em que a habitação passa a ser casa, trata-se sempre de um processo.

*Being at home is a mode of being whereby we are oriented within a spatial, temporal, and sociocultural order that we understand.*¹⁷ (ibid., p. 34)

A primeira destas propriedades é a ordem – espacial, temporal e sociocultural – que orienta o nosso modo de ser em casa. A ordem espacial tem a ver com a relação que o nosso corpo estabelece com o mundo e que faz com que a casa seja o seu centro. Mas este centro que habitamos é também alvo de outros tipos de ordens que o distinguem do exterior: a casa é um território física e simbolicamente limitado.

*To be at home is to know where you are; it means to inhabit a secure center and to be oriented in space. (...) Home is a kind of origin, we go "back" home even when our arrival is in the future.*¹⁸ (ibid., p. 35)

A casa é, também, orientada por uma ordem temporal. O ambiente da casa está relacionado com as experiências do passado, principalmente com as da infância: quando andamos às escuras na nossa casa não precisamos de acender a luz para saber onde estão os móveis, já conhecemos o espaço de experiências passadas,

¹⁶ Tradução livre da autora: A habitação é uma ferramenta para a realização da experiência de casa.

¹⁷ Tradução livre da autora: Estar em casa é um modo de ser através do qual somos orientados segundo uma ordem espacial, temporal e sociocultural que compreendemos.

¹⁸ Tradução livre da autora: Estar em casa é saber onde se está; significa habitar um centro seguro e estar orientado no espaço. (...) Casa é um tipo de origem, vamos "voltar" para casa mesmo quando a nossa chegada é no futuro.

podemos relaxar; pelo contrário, se estivermos fora de casa, num território desconhecido, temos de estar mais alerta. Sobre esta ordem, Dovey refere ainda a dicotomia *insideness versus outsideness: home is an experience of complete insideness that can only develop over time*. (ibid., p. 36)

O autor afirma que a casa apenas definida por estas duas primeiras ordens – espacial e temporal – permite uma infinidade de possibilidades e de formas, atribuindo às práticas sociais e culturais a responsabilidade da “escolha” entre elas. Consideremos, por exemplo, a actividade de comer: apesar de esta ser comum a todos os indivíduos, difere nas suas manifestações espaciais e temporais de acordo com a cultura.

Dovey refere que o conceito de casa como ordem social é simultaneamente conservador e flexível: é conservador, na medida em que os padrões estão de tal modo enraizados, que raramente é questionado o contexto espacial em que estes acontecem; e flexível, na medida em que o conceito não está incorporado num espaço físico (habitação), mas numa padronização das experiências e comportamentos, através dos quais o ambiente da casa pode ser transposto de um lugar para outro, sem que se percam os seus significados. Neste sentido, o sentimento de casa pode não estar directamente associado a uma habitação, mas a uma acção: por exemplo, alguém que gosta tanto do trabalho que faz que o espaço de trabalho passa a ser como uma casa.

*Thus home may be the relationship between an intellectual and a set of ideas, a pianist and a piano, a cook and a kitchen, a gardener and a garden, a sports person and a playing field. (...) Yet the phenomenon of home is more than the experience of being oriented within a familiar order; it also means to be identified with the place in which we dwell.*¹⁹ (ibid., p. 37)

A segunda propriedade da casa é a sua identidade. A casa como identidade é, principalmente, afectiva e emocional: *home is where the heart is*; a identidade implica uma certa ligação entre a pessoa e o lugar, de tal modo que o lugar retire a sua identidade do habitante e vice-versa. Dovey distingue ainda esta identidade entre espacial – na sua visão, a casa é, simultaneamente, uma “afirmação” e um

¹⁹ Tradução livre da autora: Assim, a casa pode ser a relação entre um intelectual e um conjunto de ideias, um pianista e um piano, um cozinheiro e uma cozinha, um jardineiro e um jardim, um desportista e um campo de jogo. (...) No entanto, o fenómeno de casa é mais do que a experiência de estar orientado por uma ordem familiar; significa também estar identificado com o lugar que habitamos.

“espelho”, reflectindo tanto as ideologias colectivas, como as experiências pessoais; e temporal – é uma forma de estabelecer quem somos, a partir do sítio de onde viemos; a casa como identidade temporal não está apenas limitada às memórias do passado, mas estende-se também ao futuro, e é nesta interacção – entre as experiências e os sonhos – que cresce o sentimento de identidade.

*Home is a schema of relationships that brings order, integrity, and meaning to experience in place.*²⁰ (ibid., p. 40)

A terceira e última propriedade a ser abordada é a casa como conexão entre o indivíduo e o mundo; esta conexão acontece em diferentes dimensões:

- Com as pessoas – através dos padrões de ordem sociocultural e do papel da casa como símbolo de identidade;
- Com o lugar – pela forma como o orienta;
- Com o passado – através das memórias e familiaridade associadas à casa;
- Com o futuro – pelo poder e autonomia que a casa permite.

*Without community there is no identity; without a public realm there is no privacy. And in a sense, without homelessness, we would not be concerned with what home means.*²¹ (ibid., p. 43)

Dovey refere que, para compreender o conceito de casa, é necessário compreender os seus processos dialécticos; e que o problema começa quando consideramos este conceito como estático ou quando só consideramos um dos lados da dialéctica: a habitação é estática, mas a casa é dinâmica. A dialéctica da casa é, em primeiro lugar, espacial: quando falamos da oposição entre casa e viagem; ou da relação interior/exterior. É nesta dualidade que se experimenta o significado de casa: o contraste entre *interior e exterior* acentua o significado de estar dentro. Por exemplo, a sensação de casa é reforçada quando está a chover e nós estamos quentinhos na nossa cama: é a sensação de frio no exterior que faz com que o calor tenha sentido.

²⁰ Tradução livre da autora: Casa é um esquema de relacionamentos que traz ordem, integridade e significado para experimentar no lugar.

²¹ Tradução livre da autora: Sem comunidade não há identidade; sem um domínio público, não há privacidade. E, de certa maneira, sem a falta de habitação, não nos preocuparíamos com o que a casa significa.

Home can be a room inside a house, a house within a neighborhood, a neighborhood within a city, and a city within a nation. At each level the meaning of home gains in intensity and depth from the dialectical interaction between the two poles of experience—the place and its context at a larger scale. (...) Home is a place of security within an insecure world, a place of certainty with doubt, a familiar place in a strange world, a sacred place in a profane world. It is a place of autonomy and power in an increasingly heteronomous world where others make the rules. (...) The unfamiliar and insecure world may threaten, but it is at the interface between it and the ordered center that we find all new experience, and hence the excitement and adventure of life. To live fully one must both journey out and return. ²²
(ibid., p. 42)

Numa perspectiva semelhante, Perla Serfaty-Garzon (1985)²³ define as principais características da casa como:

- Criação de um interior/exterior.
- Visibilidade: o olhar a que o habitante está exposto, tanto dos outros como de si mesmo.
- Apropriação²⁴: entende-se que o uso da casa tem consequências na experiência de habitar.

A autora faz uma distinção entre *espaço* e *lugar*²⁵, referindo que a habitação é um *lugar* porque gera ordem nos indivíduos que a habitam. Esta ordem é um aspecto muito pessoal que depende da relação entre a casa e o indivíduo, sendo, por isso,

²² Tradução livre da autora: A casa pode ser uma sala dentro de uma habitação, uma habitação dentro de um bairro, um bairro dentro de uma cidade e uma cidade dentro de uma nação. Em cada nível, o significado de casa ganha intensidade e profundidade a partir da interação dialética entre os dois polos de experiência – o local e o seu contexto numa escala maior. (...) A casa é um lugar seguro dentro de um mundo inseguro, um lugar de certeza nas dúvidas, um lugar familiar num mundo estranho, um lugar sagrado num mundo profano. É um lugar de autonomia e poder num mundo cada vez mais heterogéneo onde outros fazem as regras. (...) O mundo desconhecido e inseguro pode ser ameaçador, mas é na interface entre ele e o centro ordenado que encontramos uma nova experiência e, conseqüentemente, a emoção e a aventura da vida. Para viver plenamente, é preciso, simultaneamente, sair e regressar.

²³ A primeira edição deste texto foi publicada com o nome Perla Korosec-Serfaty.

²⁴ O conceito de apropriação será desenvolvido mais à frente neste capítulo.

²⁵ Esta dualidade entre *espaço* e *lugar* é muito semelhante à apresentada acima, e defendida por Dovey, ao distinguir *house* e *home*.

muitas vezes percebida como “desordem” para quem está de fora. A questão do interior/exterior só aparece porque existem limites do espaço que definem esta oposição; mas existem dois elementos que quebram, de alguma forma, estes limites: a porta e a janela: a porta permite o acesso à intimidade do outro ou ao mundo exterior e a janela assegura a relação entre o interior e o exterior, sendo desenhada principalmente para permitir a visibilidade de dentro para fora.

*The question of the hidden and the visible in the dwelling, therefore, is the question of the relationship between secrecy and the relationships with others.*²⁶ (Korosec-Serfaty, 1985, p. 75)

A casa permite ao indivíduo, simultaneamente, o oculto e o visível, ou seja, que este se esconda e se mostre: o oculto, na medida em que se fecha sobre si mesma, escondendo-se do mundo exterior e guardando os segredos de quem a habita; e o visível, na medida em que permite a hospitalidade e a partilha com os outros.

Korosec-Serfaty compara esta oposição àquela feita por Goffman (1973), entre *stage* e *backstage*: a casa assume esta dualidade, sendo ao mesmo tempo, uma cara e uma máscara.

A casa também pode assumir, na forma como é vivida, «espaços visíveis e espaços máscara», isto é, a casa pode ser uma «apresentação» ou «representação», em termos de performance por parte daqueles que a habitam. (Salvado, 2004, pp. 11, 12).

Ao abordarmos a casa na sua dimensão simbólica, não podíamos deixar de referir a posição de Gaston Bachelard, apresentada no livro “A Poética do Espaço”. Para este autor, a casa é o nosso primeiro espaço, é aquele que nos acolhe e nos protege, nos momentos bons e maus; sem este espaço, este centro, o homem seria um ser perdido no mundo. A casa transmite os valores de segurança, privacidade e isolamento; é um refúgio, um abrigo. É a casa que defende a intimidade do homem e que permite que este retorne a si, que viva a sua solidão: a casa permite que o “eu” seja “eu”, como defende também Pedro Abreu (2007).

A vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa. (Bachelard, 1989, pp. 26)

²⁶ Tradução livre da autora: A questão do oculto e do visível na habitação é, portanto, a questão da relação entre o segredo e as relações com os outros.

Bachelard afirma que quando pensamos na casa e nas lembranças a ela associadas, não somos historiadores na medida em que acrescentamos sempre um pouco de sonho e poesia; e que se nos perguntassem qual é a maior virtude da casa, responderíamos: *a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz.* (ibid., p. 26)

O autor defende que muitas das nossas lembranças se devem à casa, e associa-as aos diferentes espaços da casa – o sótão, a cave, os cantos ou os corredores – todos com diferentes significados.

Bachelard apresenta a casa com um corpo vertical, acentuado pela polaridade entre o sótão e a cave. O sótão está associado ao sonho, é o espaço que mais nos aproxima do universo; e a cave está associada ao medo, ao desconhecido. Fala depois das escadas, são elas que “ligam” esta verticalidade, mas são todas diferentes: a escada para a cave, *«descemo-la» sempre. É a descida que fixamos em nossas lembranças, é a descida que caracteriza o seu onirismo. A escada que sobre até ao quarto, nós a subimos e descemos. É um caminho mais banal. É familiar. Finalmente, a escada do sótão, mais abrupta, mais gasta, nós a subimos sempre. Ela traz o signo da ascensão para a mais tranquila solidão. Quando volto a sonhar nos sótãos de antanho, não desço jamais* (ibid., p. 43). Neste contexto, o autor critica as casas modernas, nomeadamente as de Paris: diz que estas não são verdadeiramente casas, mas apenas *caixas sobrepostas*, porque não transmitem os valores íntimos da verticalidade, não têm cave, sótão ou escadas (substituídas pelos elevadores); com as casas agregadas umas às outras o sonhador está mais longe do universo e tem menos medo.

Para este autor, à semelhança do ponto de vista de Dovey que vê a casa como uma relação mais do que como um espaço, qualquer espaço habitado pelo homem comporta o espírito essencial da casa:

Todos os abrigos, todos os refúgios, todos os aposentos têm valores oníricos consoantes. Todo um passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova. Assim, a casa não vive somente no dia-a-dia. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Reconfortamo-nos ao reviver lembranças de protecção. Algo fechado deve guardar as lembranças, conservando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca hão de ter a mesma tonalidade das lembranças da casa. (ibid., p. 25)

A nossa primeira casa tem assim uma enorme importância, ela está fisicamente inserida em nós: se um dia voltássemos a ela, mesmo passados vinte anos, estaríamos “em casa”: *Empurraríamos com o mesmo gesto a porta que range, iríamos sem luz até ao sótão distante* (ibid., p. 33). Tudo começa aqui, é nesta primeira casa que “aprendemos” a habitar; e todas as casas que habitamos depois são variações desta primeira experiência. Para além das lembranças associadas à primeira casa, o autor refere que esta está relacionada com os sonhos: todos os sonhos e devaneios da criança permanecem mesmo quando a casa deixa de existir.

Em oposição a esta casa natal, está, segundo o autor, a casa do futuro, que revela os nossos desejos mais íntimos.

Bachelard compara a casa ao corpo humano – ela curva-se e endireita-se quando é preciso contra as adversidades do mundo. Esta ligação entre o homem e casa ultrapassa, segundo o autor, as formas físicas do espaço: *o espaço habitado transcende o espaço geométrico*. (ibid., p. 62)

Numa perspectiva semelhante, Herman Hertzberger vê a casa como um *ninho seguro*: um espaço conhecido e familiar, onde nos sentimos protegidos e onde não somos perturbados pelas “coisas do mundo”.

*There can be no adventure without a home-base to return to: everyone needs some kind of nest to fall back on.*²⁷ (Hertzberger, 1991, p. 28)

A habitação tem um papel de tal forma significativo na sociedade actual, que o facto de alguém não ter um sítio físico onde morar – ser sem-abrigo – constitui um motivo de exclusão: esse indivíduo passa a ser visto como um marginal.

Os sem-abrigo dão corpo a representações sociais que retratam e refractam a realidade, ao mesmo tempo que a putrefactam, tornando-a corriqueira, banal, inevitável. Na representação social dominante, os sem-abrigo pagam o justo preço pelo seu desajustamento ao mundo, por essa razão são olhados como “imundos”. (Pais, 2006, p. 33)

²⁷ Tradução livre da autora: Não pode haver nenhuma aventura sem uma casa-base para regressar: todos precisam de algum tipo de ninho para o qual retornar.

José Machado Pais descreve a sua experiência de interação – através do seu *olhar intrometido e comprometido* (ibid., p. 34) – com esta realidade marginal à sociedade. Através desse contacto, Pais percebeu que, mais do que problemas no mundo do trabalho, foram as quebras nas relações afectivas que levaram a maior parte dos indivíduos a ir viver para a rua; e que, em alguns destes casos, essa decisão foi uma conquista de liberdade. Refere o primeiro sem-abrigo que tentou entrevistar, recordando-se do que sentiu quando se aproximou dele:

Não pude deixar de me sentir um intruso quando me aproximei do seu aposento, demarcado por sacos e caixas de papelão (...) pela simples intrusão que significa o acto de entrar em casa de alguém sem ser convidado.
(ibid., pp. 36, 37)

Apesar do sem-abrigo estar a ocupar um espaço público, o sociólogo não deixou de sentir que estava a invadir a sua privacidade, a sua “casa”. E, numa tentativa de aproximar esse espaço a uma habitação, descreve-o deste modo:

Os cartões de papelão espalhados pelo chão, em forma de campa de caixão, deviam ser o seu leito. O topo do muro, onde repousavam sacos de plástico amarrotados junto de uma garrafa verde-escura e de um pacote de leite, devia ser a banca da sua cozinha. O degrau de acesso a um portão fechado, onde o vira sentado, seria o seu sofá de repouso. A vassoura, roída de uso, retornara ao encosto da parede que poderia ser identificada como zona de arrumos. No umbral da porta imaginária, mais precisamente já com um pé no hall de entrada, que em boa verdade também deveria ser designado de saída, lembro-me de ter murmurado praguejos contra esta mania etnocêntrica que temos de classificar os outros e as coisas que os rodeiam, de acordo com tipologias de classificação que fazem sentido apenas porque nos são familiares. (ibid., p. 37)

Num outro momento, um sem-abrigo disse-lhe: “A minha casa é um mundo” (ibid., p. 39), demonstrando que o que está em causa é o espaço simbólico e não só o espaço físico. Apesar desta afirmação, através da sua experiência, o autor notou que existia alguma familiaridade: quer nos espaços da cidade que escolhem ocupar, quer nos trajectos que percorrem. No entanto, esta familiaridade não se estende às relações humanas: mantêm-se sempre bastante isolados, apesar de, entre eles, se tratarem de forma “familiar” não se reconhecem como fazendo parte de uma família (ibid., p. 65).

Este isolamento é elevado ao máximo, quando se fala das relações com o mundo “normal”: os sem-abrigo são postos à margem da sociedade por serem considerados falhados.

Mais à frente no texto, o autor conta uma outra experiência que teve resultados muito interessantes: um dia resolveu oferecer uma máquina fotográfica descartável a um dos sem-abrigo, para que ele lhe retratasse o seu quotidiano. Mota (o sem-abrigo escolhido) começou por fotografar o sítio onde habitualmente dormia – um pátio nas traseiras de um conjunto de edifícios – e, ao ver esta fotografia já revelada, exclamou: *“É a minha casa!”* (ibid., p. 59). De seguida, o autor descreve esta “casa”: *há um colchão com cobertores, uma cadeira, uma mesa, onde por vezes toma refeições, e junto de uma árvore uma velha carpete. Os ramos de uma frondosa árvore servem de cabides onde pendura os seus haveres: uma sacola que o acompanha nas suas caminhadas e algumas peças de vestuário. A “caminha”, como afectuosamente se lhe refere, é o centro da sua “casa”.* (ibid., p. 59)

Este sem-abrigo, à semelhança do primeiro indivíduo entrevistado por Pais, habita o seu bocadinho de rua como se fosse uma verdadeira casa. Neste sentido, Pais refere a perspectiva de Bachelard, já abordada neste capítulo, quando este afirma que todo espaço habitado pelo homem contém a noção de “casa”:

Bachelard mostra-nos precisamente que todos os refúgios, todos os albergues, todos os cantos e recantos das habitações têm um especial encanto dado por onirismo marcante. Esta dimensão onírica encontra-se presente na forma como o sem-abrigo se refere à sua “casa”, ao seu “acampamento”, à sua “caminha”, à sua “sala de refeições” ou aos seus “haveres”. (ibid., p. 60)

Depois desta reflexão, podemos afirmar que, de certo modo, é possível ter a experiência de *casa* sem o espaço físico que normalmente lhe está associado, porque a definição de casa, ainda que não seja totalmente clara, transcende a definição de habitação: a habitação é o espaço que permite a casa, como refere Dovey. É importante ressaltar que, quando falamos em “habitação”, estamos-nos a referir ao espaço arquitectónico, distinguindo-o da simples construção.

O espaço construído pelos arquitectos já comporta em si, ou deveria comportar, características que o aproximam da *casa*: tem uma identidade que a construção não

tem. Mas esta não basta, só é verdadeiramente *casa* a partir da relação que o indivíduo estabelece com o espaço.

Neste sentido, muitas das qualidades apontadas à casa são dissociáveis do seu espaço físico, pelo que podem ser experienciadas na ausência deste, como aconteceu com vários dos sem-abrigo entrevistados por José Machado Pais: sentiam-se em casa, vivendo na rua – mas não em qualquer parte desta, apenas se sentiam em casa no espaço da rua que eles tinham transformado. Isto não quer dizer que desconsideramos o espaço físico da habitação: na nossa opinião, a experiência da casa só pode ser alcançada na sua totalidade quando existe uma habitação a suportá-la.

Mas o inverso não é necessariamente verdade, ou seja, não é por ter uma habitação que tenho uma casa. Quando um indivíduo não se sente em casa na sua habitação, algo não está bem. Esse indivíduo não está “completo”, porque não tem um espaço que lhe permita ser ele próprio (Abreu, 2007); nunca “está em casa”, está sempre como se estivesse no mundo. Esta oposição entre “mundo” e “casa” é equiparável àquela entre exterior e interior: são duas realidades diferentes que representam para o homem dois modos de ser e estar no mundo diferentes (Proença, 2011). Neste sentido, o homem precisa de um centro, de um espaço ao qual pertença e ao qual possa regressar depois de estar no mundo – a casa é esse espaço:

Habitar, quer dizer estar em casa, num lugar determinado, estar enraizado nele e pertencer a ele. (Bollnow in Proença, 2011, p. 34)

A palavra *casa* pode também ter significados diferentes para diferentes pessoas: por exemplo, quem vive longe do lugar onde nasceu e cresceu, muitas vezes refere-se a esse lugar – país – como *casa*; os jovens quando saem de casa dos pais muitas vezes hesitam entre pensar na casa como o lugar onde agora vivem ou o lugar onde nasceram; ou as pessoas que vêm de aldeias ou vilas viver para a cidade, continuam a referir-se ao seu lugar de origem como a sua *casa* (Cooper-Marcus, 1995). Esta ideia reforça a tese aqui apresentada de que o conceito de *casa* é maior que o espaço físico que o contém: é um sentimento, uma relação emocional.

3.2 DO ESPAÇO PROJECTADO AO ESPAÇO VIVIDO

Neste ponto da dissertação, continuaremos a analisar o espaço da casa tendo como centro, quer os aspectos relacionados com a produção do espaço cujo principal actor é o arquitecto, quer a vivência desse espaço, ou seja, de que forma o habitante se apropria da sua casa.

3.2.1 Espaço projectado: a construção da casa pelo arquitecto

O trabalho do arquitecto – neste caso, a construção da habitação – nasce sempre de um pedido, que pode ter várias origens: um cliente particular, uma empresa, o Estado, etc. Cada um destes pedidos tem diferentes exigências e permite ao arquitecto um maior ou menor grau de liberdade. Neste sentido, cada pedido também requer do arquitecto uma abordagem e método de trabalho adequado. Por exemplo, se for um cliente particular, é muito fácil este transmitir ao arquitecto as suas necessidades, desejos, preferências, etc.: Mas como é que o arquitecto lida com isto? Como é que equilibra o seu saber com a vontade do cliente? Por outro lado, se o cliente for o Estado, o pedido é apresentado com um certo número de requisitos a cumprir, mas o arquitecto nunca chega a conhecer os habitantes – que são os verdadeiros utilizadores do seu trabalho –; cliente e habitante passam a significar coisas diferentes: Então, como responder a este pedido?

No âmbito desta dissertação, ir-nos-emos centrar no último caso: na concepção de habitação em resposta a um pedido do Estado. Na sociedade actual, o projecto de habitação colectiva concebido na ausência do futuro habitante é a forma mais comum de habitação (Cruz, 2006). Neste caso, o arquitecto concebe o espaço sem saber quem o vai utilizar, apenas conhece (em teoria) o meio económico-social a que pertencem os futuros habitantes. Assim, é a partir dessa informação, dos requisitos impostos pelo cliente (que estão maioritariamente relacionados com limitações financeiras) e dos regulamentos legais (como o RGEU) que o arquitecto concebe o espaço.

É através do projecto que o arquitecto se exprime, inscrevendo no espaço um sentido. No caso do projecto de habitação, muitos arquitectos querem, de algum modo, “inventar” novas formas de habitar o espaço; não querem que as suas habitações sejam apenas “mais uma”. Assim, a concepção do espaço baseia-se, muitas vezes, mais em aspirações do que em rotinas. Neste sentido, Marta Cruz (2006) conclui que, para a maioria dos arquitectos, o modo como os habitantes vivem e se apropriam do espaço doméstico é algo circunstancial, ou seja, relacionado apenas com o lugar e o momento específicos; encaram-no mais como

uma adaptação do que como um dado concreto. Assim, o interesse que demonstram pelo quotidiano dos habitantes, nomeadamente, os seus desejos e necessidades, é relativamente limitado, estando muitas vezes mais preocupados com o sentido estético e de novidade da sua obra:

Para o arquitecto, a forma como o habitante utiliza e se apropria do espaço doméstico relaciona-se com a habitação de que dispõe, constituindo-se como uma adaptação, como um facto circunstancial. Do seu ponto de vista o modo como vivem as pessoas é o resultado de um certo espaço e não um dado estável ou permanente. O cliente vive de determinada maneira no presente, mas no futuro e em função de uma nova habitação o seu modo de vida será alterado. (Cruz, 2006, p. 240)

Por outro lado, neste tipo de concepção de habitação, os habitantes também não têm qualquer intervenção ou possibilidade de escolha, sendo apenas confrontados com o espaço já construído e pronto a habitar. Perante esta situação, os habitantes procuram muitas vezes soluções para que o espaço da casa se adeque mais ao seu modo de vida, nomeadamente, através da adaptação e da transformação do espaço existente²⁸. Sendo este um dado conhecido pelos arquitectos, de que forma é que se reflete no desenho da casa? Sabendo que nunca irão projectar a “a casa ideal” de cada indivíduo, de que forma aceitam as novas adaptações e transformações dos futuros moradores?

Housing is still designed according to what local government bodies, investors, sociologists and architects think people want. And what they think cannot be other than stereotyped: such solutions may well be roughly adequate, but they can never be wholly satisfactory. Because we can never learn what each person really wants for himself, no one will ever be capable of inventing for others the perfect dwelling.²⁹ (Hertzberger, 1991, p. 158)

A arquitectura, através dos arquitectos, tem o poder (e o dever) de promover uma apropriação do espaço, nomeadamente, da habitação, bem-sucedida. Neste sentido, Coelho (2011) explica que se pode desenhar tanto para tornar o espaço

²⁸ Tema desenvolvido no ponto 3.2.2.

²⁹ Tradução livre da autora: A habitação ainda é projetada de acordo com o que os órgãos governamentais, investidores, sociólogos e arquitectos pensam que as pessoas querem. E o que eles pensam não pode ser senão estereotipado: tais soluções podem ser bastante adequadas mas nunca podem ser totalmente satisfatórias. Porque nunca podemos aprender o que cada pessoa realmente quer para si mesmo, ninguém será jamais capaz de inventar a habitação perfeita para os outros.

residencial *mais apropriável*, como desenhar-se para que este espaço seja hostil a qualquer tipo de apropriação, mantendo-se impessoal. O mesmo autor acrescenta ainda que é essencial que o espaço da casa ofereça as melhores condições de adaptabilidade – um conceito que se assemelha ao de flexibilidade – de forma a receber, da melhor maneira, os desejos, emoções e identidades dos seus habitantes. Sobre este tema, Alexandra Paiva

defende uma ideia semelhante ao afirmar que:

O objectivo é incrementar as possibilidades de escolha e controle por parte do habitante, no sentido da habitação ser um processo contínuo de alteração e modificação, mais que um produto estático de uma linha de produção altamente controlada. Para além da necessidade de uma habitação anónima se adequar facilmente a uma ocupação concreta, existem também necessidades de apropriação nas alterações periódicas do ritmo de vida, que poderão encontrar resposta na flexibilidade da habitação. (Paiva, 2002, p. 141)

Henri Raymond defende que o papel do arquitecto não deve ser de resposta a necessidades pré-definidas, mas antes de interpretação das práticas possíveis e, desde modo, fornecer aos habitantes espaços que estes possam apropriar segundo os seus modelos culturais. Neste sentido, Bernard Huet acrescenta que os arquitectos não devem desenhar casas que materializem os modelos culturais, mas antes casas que sejam capazes de receber estes modelos (in Stanek, 2013). O que este autor defende é que o espaço doméstico deve ser neutro: um espaço que não demonstre preferência por um modo de vida (modelo cultural) específico.

Hertzberger (1991) defende que os arquitectos devem indicar todas as possibilidades inerentes ao desenho do espaço para que estas possam ser alcançadas por todos os indivíduos; e acrescenta que há muito a aprender na maneira como habitantes respondem a estas possibilidades.

Todas estas ideias que apresentámos têm subjacente o conceito de flexibilidade: que aplicado ao espaço significa a capacidade que este tem de se transformar e adaptar aos diferentes usos praticados pelos habitantes. Apesar de este não ser um conceito novo, está cada vez mais na ordem do dia da Arquitectura, numa tentativa de acompanhar uma sociedade caracterizada pela rapidez e pela mudança.

*An architect must be quite clear about how far he should go and where he should not impose: he must make space and leave space, in the proper proportions and in the proper balance.*³⁰ (Hertzberger, 1991, p. 169)

Hertzberger tem uma posição muito forte sobre a ideia de flexibilidade em arquitectura: afirma, em primeiro lugar, que há um enorme perigo em associar a flexibilidade a uma forma neutra – contrariando a ideia defendida por Huet –, porque não só isso lhe retira a identidade, como o que aparenta ser liberdade total (a possibilidade de escolha entre infinitas possibilidades) cria uma enorme dificuldade na escolha, deixando os indivíduos menos livres. Por esta razão, defende a concepção de uma forma que cria estímulos e imagens para que os habitantes a possam transformar naquela mais adequada a cada momento. No seu entender, o plano flexível parte do princípio que a solução certa não existe, porque, segundo o arquitecto, o problema para o qual é necessária solução está em permanente estado de mudança. Hertzberger afirma, assim, que a única resposta possível para uma situação que está em constante mudança é uma forma que parta dessa mudança como o único factor certo: uma forma polivalente que retira a sua identidade do uso. O que nos parece contraditório: por um lado, critica a concepção de formas neutras, por estas não terem identidade, mas, por outro, admite formas cuja identidade depende do uso, ou seja, formas que também não têm uma identidade própria.

O objectivo é, então, segundo Hertzberger – e com o qual estamos totalmente de acordo – o de se chegar a uma arquitectura que mantém a sua identidade, mesmo quando os habitantes alteram os usos originais dos espaços:

*A form that can be put to different uses without having to undergo changes itself, so that a minimal flexibility can still produce an optimal solution.*³¹
(ibid., p. 147)

Numa visão semelhante, Rem Koolhaas (1997) afirma que, uma vez que a maior parte das mudanças são imprevisíveis, a flexibilidade não deve ser a antecipação

³⁰ Tradução livre da autora: Um arquitecto deve ser bastante claro sobre até onde deve ir e onde não se deve impor: deve projectar espaço e deixar espaço, nas proporções adequadas e no equilíbrio adequado.

³¹ Tradução livre da autora: Uma forma que pode ser usada para diferentes usos sem ter que sofrer alterações, de modo que a mínima flexibilidade possa ainda produzir uma solução óptima.

exaustiva de todas elas, mas antes, a criação de uma capacidade que permita interpretações e usos diferentes do mesmo espaço.

Baptista Coelho afirma que a *liberdade de expressão das famílias nos seus fogos é tanto maior quando mais espaços elas possuem sem utilização estritamente determinada* (Coelho, 1998, p. 145).

Neste sentido, Paiva (2002) defende que existe uma relação directa entre a área da habitação e a flexibilidade possível: quanto maior for a habitação, mais flexível é, pois permite um maior número de usos.

Depois de uma breve análise do conceito de flexibilidade aplicado à arquitectura, percebemos que este não tem uma definição consensual. No entanto, há alguns aspectos comuns a todas as definições, como a distinção entre dois tipos de flexibilidade: a inicial e a permanente. A flexibilidade inicial corresponde à fase de projecto e construção, na qual o habitante pode participar de modo a adequar a proposta arquitectónica ao seu modo de vida e modos de usar o espaço. A flexibilidade permanente é posterior, corresponde à fase de uso do espaço e pressupõe mecanismos para a transformação do espaço ao longo do tempo. A arquitecta Alexandra Paiva (2002) resume esta distinção no seguinte quadro:

TIPO		MOMENTO
Flexibilidade inicial *		
	Concepção a partir de estratégias de flexibilidade	Concepção
	Participação do utente no proc. de proj.	Concepção
	Participação por auto - construção	Construção
	Oferta diversificada	Escolha
Flexibilidade permanente **		
Uso múltiplo do/s espaço/s	Neutralidade	Uso***
	Mutabilidade	
Alteração das caract. físicas	Dentro do perímetro da habitação	
	Modificando o limite da habitação	

* Possibilidade de se oferecer uma escolha anterior à ocupação da habitação.
 ** Possibilidade da habitação sofrer alterações ao longo do tempo.
 *** Os ciclos de uso podem ser diário/semanal, mensais/sazonais ou plurianuais.

Figura 19 - Tipos e momentos de flexibilidade

Dentro da flexibilidade permanente existe ainda uma segunda divisão entre activa e passiva: a flexibilidade activa diz respeito à alteração física do espaço, atribuindo-lhe características diferentes; por outro lado, a flexibilidade passiva permite diferentes apropriações do mesmo espaço (polivalência funcional) sem modificar a sua estrutura.

O jornal “Público” publicou, entre 2016 e 2017, uma colecção de livros intitulada “A Casa de Quem faz as Casas”: são 13 volumes, cada um dedicado a um arquitecto diferente, onde é apresentada uma entrevista e alguns projectos habitacionais desse arquitecto. Apesar do objecto da colecção ser a casa pessoal do arquitecto e a concepção de habitação para um cliente particular, o que não é o tema desta dissertação, parece-nos pertinente referir alguns aspectos das entrevistas, no sentido de obter uma perspectiva mais aprofundada do pensamento dos arquitectos sobre o tema da habitação.

Souto de Moura refere que muitas das casas mais conhecidas da história da arquitectura (como a *Casa Malaparte*, a *Casa Farnsworth* ou a *Villa Muller*) nunca foram verdadeiramente habitadas, porque foram de tal modo inovadoras que se tornaram manifestos. Esta inovação vem de uma ruptura com os hábitos e padrões estabelecidos, na procura de os transformar através da arquitectura.

Sobre a casa ideal, Souto de Moura afirma que esta existe, mas que é inalcançável; sendo que é a constante certeza da existência de uma casa melhor, o que faz com que os arquitectos continuem a desenhar casas. Sobre o mesmo tema, Siza Vieira afirma que não existe *a* casa ideal, mas sim *uma* casa ideal para cada pessoa. Manuel Aires Mateus associa a casa ideal a uma casa que desperte continuamente o desejo de apropriação: no seu entender, esta é conseguida quando se tem na casa espaços “inacabados” que permitem usos distintos, e associa-a ao conceito de liberdade. Numa perspectiva semelhante, José Carvalho Araújo afirma que todos os projectos deveriam ser deixados em aberto, no sentido de permitir uma intervenção posterior por parte do habitante:

Quando eu digo a um cliente que a casa não está definitivamente acabada, não quer dizer que não esteja pronta a ser usada, mas pressupõe essa continuidade de intervenção que coincide com a apropriação por parte do utilizador e que deve ser rica e gerar prazer a quem a habita. (Araújo in A Casa que Nós Somos, 2016, p.30)

3.2.2 Espaço vivido: a apropriação da casa pelo habitante

No decurso da experimentação e da vivência, a habitação transforma-se em casa, deformando-se, quer física quer simbolicamente pela apropriação dos habitantes. Na casa, os habitantes vão iterativa e interactivamente adequando as formas e as áreas, apreendendo-as, preenchendo-as e

manipulando-as segundas as lógicas de acção distintas e compostas.

(Nunes, 2003, p. 114)

A passagem de habitação a casa³², a criação do sentimento de *casa*, acontece através da apropriação do espaço. A casa é um refúgio (Bachelard, 1989) quanto mais o Homem se identificar com ela, e essa identificação acontece através da apropriação do espaço: o espaço deixa de ser anónimo, indiferenciado, e passa a relacionar-se directamente com o indivíduo que o habita. Tomemos como exemplo os hotéis: um quarto de hotel, apesar de poder ser muito bonito e confortável, é totalmente impessoal – foi desenhado para agradar a todas as pessoas e a nenhuma em específico; não pode ser transformado, apropriado pelos “utilizadores”; não há nada naquele espaço com que o indivíduo se identifique – por isso é bom para estar uns dias, mas nunca poderia substituir a casa.

Para explicar o processo através do qual um espaço adquire as propriedades da casa, Dovey cita uma passagem do livro *Cannery Row*, de Steinbeck: a história fala de um grupo de sem-abrigo que se apropria de um armazém velho; os sem-abrigo começam por ver o espaço apenas como uma guarida que os iria proteger do frio e da chuva. Nesse primeiro momento, têm uma “habitação”, mas não uma casa. A partir daí começam a definir regras e a organizar o espaço – a apropriarem-se dele:

“But Mack knew that some kind of organization was necessary particularly among such a group of ravening individualists... with a piece of chalk [he] drew five oblongs on the floor, each seven feet long and four feet wide, and in each square he wrote a name. These were the simulated beds. Each man had property rights inviolable in his space. He could legally fight a man who encroached on his square. The rest of the room was property common to all. That was in the first days when Mack and the boys sat on the floor, played cards hunkered down, and slept on the hard boards.”³³ (Steinbeck in Dovey, 1985, p.44)

³² Que abordamos no primeiro ponto deste capítulo.

³³ Tradução livre da autora: Mas Mack sabia que era necessário algum tipo de organização, particularmente entre um grupo de indiscriminados individualistas... com um pedaço de giz [ele] desenhou cinco retângulos no chão, cada um com sete pés de comprimento e quatro pés de largura, e em cada um escreveu um nome. Estas eram as camas simuladas. Cada homem tinha direitos de propriedade invioláveis no seu espaço. Podia lutar legalmente contra um homem que invadissem o seu rectângulo. O resto da sala era propriedade comum a todos. Isso foi nos primeiros dias quando Mack e os rapazes se sentaram no chão, jogaram cartas e dormiram nas tábuas rígidas.

A história continua e as personagens vão aos poucos transformando o espaço – trazem mobília, primeiro com uma preocupação funcional e só depois, estética; decoram o exterior com plantas, etc – tudo isto faz com que o sentimento de *casa* em relação ao armazém vá crescendo.

*It gained meaning through time and activity, through familiarity and through their joint efforts. (...) There was a sense of identity both of each man to his territory but of the group to the whole place. There was a transition from the individual to the communal, from house to home, from a very functional and rational attitude to one of love, care, and concern.*³⁴ (Dovey, 1985, p. 45)

O processo que acontece aos sem-abrigo em relação ao armazém é o processo modo de apropriação do espaço. Este conceito significa, segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, a *acção de se apoderar de alguma coisa, de se tornar possuidor dela; o acto ou resultado de apropriar ou apropriar-se; a acção de adaptar alguma coisa, de a tornar adequada a um determinado fim ou uso.* (2001, p. 309); e tem a sua origem no pensamento de Karl Marx, que utiliza esta expressão para explicar o facto de o homem incorporar a natureza com a qual contacta em si mesmo. Este conceito começa a ser usado pela psicologia e, só mais tarde, é que é aplicado ao espaço. (Korosec-Serfaty, 1985)

António Cabrita define este conceito como um *processo que relaciona o sujeito com o espaço ou os objectos e pressupõe, no sentido positivo, uma empatia, um desejo, um domínio ainda que parcial ou apenas psicológico.* (Cabrita, 1995, p. 55). Refere também que existem diferentes graus de intensidade que variam em função *da importância da afectividade posta no processo* (ibid., p. 55). Heidegger (in Dovey, 1985) tem uma posição semelhante, defendendo que a apropriação é um processo activo, através do qual o homem retira aspectos do mundo para si – para construir a sua identidade – enquanto o mundo retira aspectos do homem.

Claire e Michel Duplay definem o conceito de apropriação, como o *fenómeno consciente ou inconsciente, de correspondência, real ou perceptida, entre um ambiente construído e as necessidades ou desejos dos seus habitantes.* (Duplay & Duplay, 1982, p. 26) Dividem-no, depois, em passivo: a adaptação num clima de

³⁴ Tradução livre da autora: Ganhou significado através do tempo e da actividade, através da familiaridade e através dos esforços conjuntos. (...) Havia uma sensação de identidade tanto de cada homem em relação ao seu território, como do grupo em relação ao conjunto do lugar. Houve uma transição do individual para o comum, de habitação para casa, de uma atitude muito funcional e racional para uma de amor, cuidado e preocupação.

conformismo; e activo: a apropriação de um ambiente para que este se adeque à maneira de habitar. E é a partir deste segundo sentido que baseiam o seu trabalho.

Coelho (1998) também faz a mesma distinção, definindo a apropriação activa, como aquela que incentiva e aceita as intervenções dos habitantes no espaço, desde que já estudadas e enquadradas; e a apropriação passiva, como aquela que oferece aos habitantes condições favoráveis para a apropriação.

Neste sentido, o casal Duplay (1982) identifica três tipos de apropriação:

- Apropriação jurídica: ser proprietário do ambiente construído; está relacionada com a durabilidade do bem imóvel.
- Apropriação sentimental: ocupar quotidianamente um espaço e carregá-lo de emoções e sentimento de “espaço vivido”; está relacionada com a personalização da arquitectura.
- Apropriação criadora: agir sobre o ambiente construído, modificando-o, de modo a exprimir nele os seus desejos e a sua personalidade; está relacionada com as propriedades do sistema construtivo.

Os mesmos autores afirmam que a *existência de uma base arquitectónica forte permite a apropriação criadora mais facilmente do que uma base neutra* (ibid., p. 32) – contrariando a posição de Huet e Herzberger³⁵, que defendem concepções sem uma identidade própria, ou seja, dependentes do uso –; e que quando esta é acompanhada de uma apropriação jurídica, a liberdade dos habitantes aumenta significativamente.

Reflectindo sobre esta divisão do conceito de apropriação, Coelho (2011) afirma que a apropriação criadora pode ter consequências bastante negativas, quando é conduzida de forma errada: refere as “marquises” como o principal exemplo desta má condução. Acrescenta, ainda, que nem sempre é fácil controlar a apropriação criadora dentro da habitação, *pois quando se permitem e incentivam determinados tipos de acções a tendência é sempre ultrapassar os limites*.

No âmbito desta dissertação, através do trabalho empírico desenvolvido³⁶, iremos reflectir sobre estes três tipos de apropriação, com maior enfoque na apropriação criadora.

³⁵ Apresentadas no ponto anterior deste capítulo.

³⁶ Apresentado no capítulo 5.

Isabel Guerra (1997) refere que existem diferentes dimensões de apropriação: de uso, de significação e imaginária; e também diferentes níveis de apropriação do espaço, que vão desde o espaço público até à habitação.

No âmbito desta dissertação, iremos focar a apropriação do espaço da casa, que segundo Paiva (2002) é o mais importante lugar de apropriação:

Apropriar-se do espaço construído consiste em projectar todos os aspectos afectivos e cognitivos, todos os desejos e representações na modificação do espaço em função de todo um imaginário. O espaço assim projectado, adquire para o sujeito, uma familiaridade cognitiva e afectiva. A apropriação enquanto processo psicológico e social de relação com o espaço vivido só pode ser compreendida nos diversos aspectos da vida quotidiana. Neste sentido, o alojamento é o primeiro e principal lugar e espaço de apropriação. (Paiva, 2002, p. 128)

Dovey (1985) também aborda o conceito de apropriação da casa, afirmando que este implica uma relação com o espaço baseada nas experiências do dia-a-dia. Korosec-Serfaty (1985) refere que esta apropriação não acontece apenas quando se modificam coisas, mas está presente em todos os processos de identificação: nos gestos, através dos quais a casa passa de *espaço* a *lugar* e no efeito que esses gestos têm na experiência da habitação. Afirma que, em relação à casa, primeiro existe uma apropriação do seu significado (da sua identidade) e só depois é que aparecem outras formas de apropriação:

*In this context, what is appropriated is not space or the home but their meaning and the modes of the relationships one establishes with them (Graumann, 1978). The dwelling is arranged, maintained, and modified only when the person has appropriated the significance of the shelter.*³⁷ (Korosec-Serfaty, 1985, p. 78)

Neste sentido, um dos momentos mais importante no processo de apropriação da casa é a identificação: este está presente na forma como o habitante organiza a sua casa, utilizando referências da sua cultura e da sua história pessoal. Um segundo momento, também muito importante, é a personalização, evidenciada pela forma

³⁷ Tradução livre da autora: Neste contexto, o que é apropriado não é o espaço nem a habitação, mas o seu significado e os modos das relações que casa um estabelece com eles (Graumann, 1978). A habitação é organizada, mantida e modificada apenas quando a pessoa já se apropriou do significado de abrigo.

como os habitantes decoram a casa (os objectos que utilizam e como os utilizam, etc). Depois deste segundo momento acontecer, a casa passa a ser representativa dos indivíduos que nela habitam. (Gonçalves, 2014) Estes dois momentos – identificação e personalização –, assim como todo o processo de apropriação do espaço, nunca podem ser analisados em abstracto: dependem sempre do contexto em que a habitação e o indivíduo estão inseridos. É a cultura e a sociedade em que vivemos que determinam as nossas práticas do dia-a-dia e, conseqüentemente, as nossas formas de apropriação da casa.

A apropriação da habitação pode ser dividida em dois tipos: uma *apropriação em bloco do fogo pelo agregado humano que aí coabita* e uma *apropriação individual e íntima dos diversos espaços e recantos da casa*. (Coelho, 1998, p. 141)

Neste sentido, o fogo pode ser um só espaço de apropriação pessoal, quando é habitado por um grupo familiar reduzido e com gostos e modos de viver parecidos entre si; ou pode contemplar vários sub-espacos, quando é habitado por uma família grande, com diversidade de modos de vida. (Coelho & Pedro, 1998)

Para clarificar o que significa a apropriação do espaço no contexto doméstico, referimos o livro de Michelle Perrot³⁸ (2009), no qual são apresentados diferentes apropriações do quarto ao longo da história. Apesar do espaço físico ser igual – quatro paredes, tecto, chão, uma porta e uma janela –, variando apenas nas suas dimensões, cada quarto tem um significado e uma história diferentes. Isto acontece porque a apropriação desse mesmo espaço é feita de maneira distinta, consoante o indivíduo que o habita. A apropriação do quarto para além de ser física (criadora) é também sentimental. Perrot explora mais a vertente sentimental dos quartos: a sua capacidade de guardar memórias e ser refúgio; expondo uma interpretação poética semelhante à de Bachelard (1989). Apresenta oito dimensões diferentes do quarto, mas no âmbito desta dissertação e a título exemplificativo, apenas iremos explorar o capítulo d' *O Quarto da Criança*: a autora afirma que para as crianças o quarto representa o seu mundo, o seu território; e existe uma necessidade de marcar esse território:

As crianças apropriam-se do seu quarto, que se tornou o seu domínio, o local do seu segredo. Têm pressa de ir para lá depois de terem acabado refeições em que o ritual pesado e a conversa dos adultos as reduzem ao silêncio.
(Perrot, 2009, p. 140)

³⁸ Historiadora francesa.

Apropriam-se fisicamente do espaço através dos múltiplos usos que lhe conferem (espaço de brincadeira, de trabalho, de retiro, de sociabilização, etc) e na balbúrdia e confusão, próprias da idade. E apropriam-se sentimentalmente, ao permitirem-se sonhar e viver as suas aventuras naquele espaço: é a partir daí que constroem o seu mundo.

3.3 SÍNTESE

A habitação tem uma primeira dimensão funcional, o proporcionar ao homem uma resposta às suas necessidades básicas, de se recolher, proteger, etc. Mas há uma segunda dimensão – a dimensão humana – que faz com que a habitação deixe de ser apenas um abrigo e passe a ser uma casa. Como referem os autores apresentados, a casa permite que o homem seja ele próprio sem as máscaras que põe no mundo, é o *retorno a si* de que Bachelard fala. A casa é, por isso, um refúgio, um lugar sagrado para a maior parte dos indivíduos. A casa está também associada à família, na medida em que é o espaço de encontro e partilha com aqueles que nos são mais próximos. Percebemos assim, que a casa é essencial para o homem e que sua privação, mais do que a falta de um abrigo físico, significa uma ausência de todos os aspectos que a casa proporciona e que analisámos no primeiro ponto deste capítulo.

Para que o espaço da habitação passe a ser *casa* é necessário que os indivíduos se apropriem dele: se relacionem com o espaço e o adaptem às suas necessidades. Este processo é essencial, principalmente quando falamos de habitação colectiva, concebida na ausência do futuro habitante; e quando não acontece, por opção do próprio ou por constrangimentos exteriores, há um enorme risco: cai-se no anonimato, no desinteresse e, em alguns casos, isto leva ao abandono e ao vandalismo (Coelho, 1998).

A apropriação do espaço da casa pressupõe sempre a procura de algo melhor: a tentativa de construção da “casa ideal”. Isto verifica-se, quer a apropriação seja ao nível da personalização (decoração do espaço), quer seja ao nível da modificação do espaço. Assim, principalmente no segundo caso, a apropriação depende não só da relação que o indivíduo estabelece com o espaço da casa, mas também do grau de liberdade que este espaço permite.

A liberdade de apropriação do espaço não se trata necessariamente das liberdades permitidas pela organização espacial das habitações, nem pelos espaços “flexíveis” que muitas vezes são projectados para se transformam noutros de acordo com a vontade dos habitantes. As liberdades de apropriação do espaço são limitadas, acima de tudo, pelos seus habitantes e não pela conformação do espaço. São eles, quem no final, tomam a decisão sobre como apropriar e adaptar a sua habitação. Sendo que as referências que encontram são as formas canónicas que conhecem, os limites da apropriação estão demarcados pelos seus conhecimentos. Por mais que seja colocada a opção de escolher o que fazer com cada divisão, o habitante rege-se sempre pelo que já conhece e que lhe é familiar. A transformação ocorre quando ele tem de procurar soluções precisas para um problema concreto. A liberdade de apropriação trata-se de conceder um espaço que admite uma escolha na organização. Quando as habitações não admitem que os moradores optem sobre como usar o espaço, a liberdade de apropriação encontrar-se-á condicionada. (Lima, 2012, p. 95)

Seguido a linha de pensamento de Ana Lima, podemos atribuir dois responsáveis para que a apropriação do espaço da casa aconteça. Em primeiro lugar, os arquitectos que concebem o espaço: podendo optar por desenhar este espaço de forma a promover, ou não, a liberdade de apropriação por parte dos indivíduos que o vão habitar. Promover a liberdade não significa oferecer infinitas possibilidades, mas sim criar espaços que correspondam aos desejos dos indivíduos, pois a maior liberdade é experimentada quando existe uma correspondência entre o desejado e obtido. Mas a maior responsabilidade está do lado dos habitantes: são eles que tomam todas as decisões, sendo que estas estão sempre limitadas pelo que é do seu conhecimento e pelo meio social e cultural no qual estão inseridos.

4. ESTUDOS DE REFERÊNCIA

Para a realização do quinto capítulo desta dissertação, dedicado ao trabalho empírico, era importante ter conhecimento de investigações já realizadas sobre o tema desta dissertação – confrontar o espaço projectado com o espaço vivido, no contexto da arquitectura doméstica –, tendo em conta, para lá dos aspectos teóricos, as questões relacionadas com as técnicas de investigação. Assim, realizou-se uma pesquisa neste sentido, centrando-nos no tema analisado e as técnicas de investigação utilizadas. Foram escolhidos três estudos, cujo tema se centra no confronto entre as intenções do arquitecto ao projectar a habitação e a forma como os moradores habitam os espaços, apropriando-se deles e muitas vezes alterando-os; e cujas técnicas de investigação utilizadas são a observação e a entrevista aprofundada, as quais também iremos utilizar neste trabalho.

O primeiro estudo é um trabalho desenvolvido pelo sociólogo João Pedro Silva Nunes e apresentado num capítulo do livro *Etnografias Urbanas* (2003), intitulado “Estratégias Arquitectónicas, Táticas Habitacionais” (pp.103-117); e no livro *À escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul* (2007). Nestes trabalhos são analisados a reacção dos habitantes às suas novas habitações no bairro Olivais Sul.

O segundo estudo é uma investigação da autoria da arquitecta Isabel Flaminio, publicada na revista *Sociologia* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Vol. XVI/2006), num artigo com o título “O Espaço da Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana – Modos de Vida e Apropriação do Espaço”, sobre a importância do espaço da cozinha na habitação moderna e a forma dos habitantes se relacionarem com este espaço.

Por último, o terceiro estudo é retirado da tese de mestrado de Ana Lima, intitulada “Habitação Mínima e Apropriação do Espaço: O Bairro Rainha D. Leonor” (2012). Neste caso, a investigação foca os aspectos de apropriação do espaço no contexto de habitação mínima.

Assim, não tendo como objectivo uma exposição exaustiva, é apresentado um resumo de cada estudo de referência, onde se focam os aspectos mais importantes e mais em linha com as questões levantadas nesta dissertação; no final do capítulo é apresentada uma síntese que faz a ligação entre os estudos e o trabalho empírico realizado.

4.1 OLIVAIS SUL

A investigação do sociólogo Silva Nunes aborda a relação entre a habitação projectada e a habitação vivida, no contexto dos primeiros moradores do bairro Olivais Sul.

O plano de urbanização dos Olivais Sul (1960) propunha a construção de torres ou bandas de habitação – com capacidade para 37 000 habitantes –, complementadas por equipamentos:

O Plano Geral de Urbanização definia uma composição territorial na qual a habitação e os equipamentos, de forma articulada, viessem a promover a igualitarização do acesso dos grupos de menores recursos às instituições e aos bens culturais, permitissem qualidade arquitectural para todas as categorias de renda e fornecessem um quadro de vida pós-laboral, para a população residente, rico em lugares de encontro e de cultura. (Nunes, 2003, p. 107)

As habitações tinham como principal função responder a uma população de classe média-baixa. Neste sentido, foram divididas em quatro categorias de rendas e posteriormente atribuídas às famílias segundo os critérios definidos pelo GTH³⁹, sendo que a maioria das habitações se destinava às duas primeiras categorias (correspondentes às rendas mais baixas).

O projecto tinha um carácter inovador que se deve principalmente ao pensamento dos arquitectos da altura: estes acreditavam que através da arquitectura podiam melhorar a vida dos habitantes. Assim, estavam mais preocupados em satisfazer as necessidades futuras da população, do que as necessidades do momento presente: desenhado o espaço para um “indivíduo do futuro”, com as características que os arquitectos esperavam que o “indivíduo do presente” adquirisse. Este carácter inovador verificava-se especialmente nas habitações de rendas mais baixas, numa tentativa de promover uma maior igualdade de género, a socialização familiar e a entreatajuda, através da criação de salas amplas em contacto com as cozinhas. O trabalho de Silva Nunes tem muito interesse, porque procura perceber de que forma os habitantes receberam estas inovações e “imposições” ao seu modo de vida: o que, como veremos de seguida, não aconteceu da melhor maneira.

³⁹ Gabinete Técnico de Habitação: dispositivo da Câmara Municipal de Lisboa responsável pela urbanização dos Olivais.

(...) as acções dos ocupantes podem subverter tanto as formas construídas como os sentidos nelas inscritos. (...) No decurso da experimentação e da vivência, a habitação transforma-se em casa, deformando-se, quer física quer simbolicamente pela apropriação dos habitantes. Na casa, os habitantes vão iterativa e interactivamente adequando as formas e as áreas, apreendendo-as, preenchendo-as e manipulando-as segundo lógicas de acção distintas e compostas. (Nunes, 2003, pp. 103, 114)

No contexto do espaço doméstico, o projecto previa a separação de duas zonas: espaços de densidade interactiva e funcionalidade – cozinha e sala; e espaços de intimidade e isolamento – quartos e casas de banho. A intimidade e isolamento desta segunda zona eram conseguidos também a partir do exterior, uma vez que estes espaços estavam virados para as zonas de menor circulação prevista.

As cozinhas foram desenhadas em relação com a sala – “*sala para comer e estar*” – de forma a promover as interações entre a família, quer ao nível de uma maior vigilância parental – permitindo que enquanto a mãe⁴⁰ cozinhava ou tratava da roupa, pudesse ver e controlar os filhos, estando estes na cozinha ou na sala –, quer ao nível de uma maior colaboração nas tarefas domésticas. Esta relação sala-cozinha foi experimentada em três variantes, sendo que as duas primeiras foram utilizadas apenas nas habitações de rendas mais baixas, enquanto a terceira variante foi utilizada nas habitações de rendas mais altas:

(i) a cozinha aberta directamente para a sala comum, eventualmente isolável por uma cortina; (ii) a cozinha de reduzidas dimensões ligada à sala comum por uma abertura passa-pratos; (iii) um esquema desdobrado que previa a utilização de um canto de refeições na cozinha ao mesmo tempo que reservava a possibilidade de instalar na sala um espaço para ocupação e uso em refeição – consoante as preferências e os hábitos dos residentes, quer se tratasse do almoço de domingo, de aniversários ou de ocasiões de recepção (Almeida Leite e Severo Vieira cit in Nunes, 2007, p. 137)

A reacção dos primeiros habitantes ficou conhecida através dos *Inquéritos Fogo-Família: Olivais Sul* (1968), que procuraram conhecer o grau de satisfação com as habitações e apreciar os usos dos espaços, assim como fazer uma avaliação da adequação dos critérios de atribuição das habitações. Destes inquéritos concluiu-se que os habitantes se encontravam satisfeitos, mas que, ao nível dos usos, se

⁴⁰ Uma vez que estamos no contexto da família tradicional, seria a mulher responsável pela execução das tarefas domésticas.

verificavam diversas adaptações do espaço doméstico, das quais se destacam a articulação sala-cozinha e o fecho das varandas.

A relação próxima entre cozinha e sala não foi bem recebida pelos habitantes, principalmente pelas donas de casa, que se consideravam demasiado expostas. Assim, a intenção dos arquitectos de promover “práticas domésticas modernas” foi rapidamente contornada: construíram-se paredes e fecharam-se as janelas passapratos, tornando a cozinha mais pequena mas totalmente autónoma da sala. Também, nessas mesmas habitações, a distribuição das divisões foi reorganizada de forma a transformar um espaço que seria um quarto de dormir numa sala de jantar, que não estava inicialmente prevista no projecto. Segundo Silva Nunes, as alterações ao nível da sala e da cozinha têm por base um desejo de aproximação à casa e vida doméstica burguesa, marcada pela presença da *sala de jantar*, muitas vezes reservada para ocasiões especiais.

Outra das alterações verificadas nas habitações de Olivais Sul – aquela que é a mais visível a partir do exterior – foi o fecho das varandas. Estas foram projectadas para serem utilizadas como local de repouso, sendo por isso especialmente profundas. Mas os habitantes consideraram mais útil fechar a varanda e acrescentar alguns metros quadrados à sala, espaço que utilizaram para arrumos ou para desenvolver actividades, como a costura. Este último caso, tendo presente a época e o tipo de população que aqui habitava, pode ser justificado pela procura de actividades numa “economia paralela” ou mesmo para satisfazer necessidades para as quais o mercado de consumo ainda não tinha resposta, tais como a venda acessível de vestuário.

4.2 A COZINHA NA HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR URBANA

O artigo de Isabel Flamínio tem como objecto de estudo a cozinha na habitação plurifamiliar urbana, numa tentativa de compreender a importância deste espaço em duas vertentes diferentes: no projecto de arquitectura e no dia-a-dia dos habitantes. A escolha da habitação plurifamiliar urbana deve-se a dois factores: por um lado, o facto de, neste tipo de habitação, a cozinha ser muitas vezes um espaço optimizado e minimizado; e, por outro, a facilidade de observação de diferentes modos de vida e de habitar. Flamínio refere ainda que este tipo de análise sobre o espaço e o seu uso tem sido bastante desenvolvido, principalmente em França, *onde se explora com grande intensidade a relação entre a arquitectura e a evolução dos modos de vida, dos modos de habitar e dos costumes*. (Flamínio, 2006, p. 259)

A autora começa por definir o que é o espaço da cozinha, contextualizando-o historicamente até ao seu estado actual: este espaço surge de uma das necessidades básicas do ser humano – a alimentação – e a sua história tem início com a descoberta do fogo; mas é só a partir do século XIX que passa a ser encarado como um espaço central na casa. A tipificação do espaço da cozinha, ou seja, o seu carácter racional e optimizado, advém de vários factores, entre eles: o aparecimento do ferro fundido (que depois levou à mecanização e industrialização), o papel da mulher e, mais tarde, o Movimento Moderno. A cozinha que existe actualmente, caracterizada pela grande optimização do espaço e pela sua funcionalidade, é herança do modelo proposto pelo Movimento Moderno no início do século XX. Desde aí o espaço foi-se adaptando aos avanços tecnológicos; é a partir de 1945 que se estabelecem as medidas *standard*, resultado da produção industrial, que vão transformar a cozinha num objecto composto por diversos módulos que podem adoptar diferentes composições

Em relação à cozinha na sociedade actual, a autora refere vários aspectos que podem resumir numa grande questão, esta considerada da maior importância no âmbito da arquitectura habitacional: *Como se processa a relação entre um espaço projectado e a sua vivência?* (Flamínio, 2006, p. 258)

Foram escolhidos três casos de estudo localizados na cidade do Porto: o Edifício da Cooperativa de Massarelos (1990/95), da autoria dos arquitectos Francisco Barata e Manuel Fernandes de Sá; o Edifício Sache da Cooperativa de Aldoar (1989), concebido pelo arquitecto Manuel Correia Fernandes e o Edifício 15 de Novembro (1998/2001), do arquitecto Manuel Ventura⁴¹. No total, foram realizadas 18 entrevistas aos habitantes dos casos em estudo e 3 entrevistas aos arquitectos responsáveis pelos projectos. A escolha destas obras é justificada pela diversidade de contextos arquitectónicos e sociais que apresentam, permitindo assim uma investigação mais completa. É também referido o esforço feito no sentido de abordar diferentes tipos de constituições familiares – pais com filhos, casais jovens, adultos e idosos, pessoas a viver sozinhas, famílias monoparentais, pessoas que coabitam o mesmo espaço sem qualquer tipo de relação familiar, etc.

No edifício A, a maioria dos habitantes pertence a uma classe média baixa e o agregado familiar é geralmente numeroso. No caso B, a maioria já pertence a uma classe média alta e os agregados são constituídos por poucas pessoas ou até mesmo

⁴¹ Para facilitar a leitura, os casos de estudo serão designados daqui para frente, como A, B e C (pela ordem apresentada).

por pessoas a viver sozinhas. Por último, o edifício C é composto por famílias de classe média. A partir destes diferentes grupos, a autora pode observar as práticas e costumes associados ao espaço da cozinha e perceber de que forma estes influenciam o espaço, e ainda qual o papel do espaço da cozinha no quotidiano dos habitantes.

Uma das conclusões a que a autora chegou é a de que o uso e exploração da cozinha é maior nos grupos que têm alguém permanentemente em casa, comparativamente aos grupos que apenas estão em casa no horário pós-laboral.

No primeiro caso, constituído principalmente por casais reformados, pessoas idosas ou desempregadas, o espaço da cozinha adquire um carácter central na casa: por exemplo, é neste espaço que costumam ser praticadas todas as refeições.

Em quase todos os casos, assiste-se a uma vivência do *modelo tradicional* de família, onde a mulher é a principal responsável pela execução das tarefas domésticas. Estas também pressupõem uma grande utilização da cozinha, apesar deste espaço nem sempre ter dimensão suficiente para acolher o desenrolar de todas as tarefas. Estas limitações verificam-se, por exemplo, nos trabalhos de tratamento de roupas: na maioria dos casos, a cozinha apenas tem lugar para a máquina de lavar, obrigando os habitantes a encontrar outros espaços da habitação para estender a roupa e passá-la a ferro, como por exemplo a sala (habitações do edifício C).

A lógica de concepção do projecto define qual o grau de adaptabilidade que os espaços da casa têm para a realização de apropriações feitas pelos habitantes. Esse grau varia em função da intenção que o arquitecto tem no projecto habitacional. Porém, não depende unicamente deste. As adaptações e apropriações que se fazem no espaço dependem também da vontade do próprio habitante em tornar o espaço mais adequado ao seu modo de vida. Por isso observa-se em todos os casos de estudo a introdução de pequenas alterações realizadas pelos habitantes. (Flamínio, 2006, p. 269)

De modo a perceber as apropriações e transformações realizadas pelos habitantes no espaço das suas habitações, foi necessário compreender primeiro como é que o arquitecto concebeu e organizou o espaço.

“há diversas possibilidades, fizeram-se exercícios, ligação cozinha-sala, possibilita aumentar a cozinha para um dos quartos, possibilita aumentar a sala para um dos quartos... Há uma série de variações que são possíveis, que não implicam mesmo nenhuma alteração nas infra-estruturas de

abastecimento de águas e de esgotos, que não tem implicação nenhuma estrutural. Trata-se de deitar paredes de tijolo abaixo, fechar portas, abrir novos vãos. Eu penso que as casas, com o uso, devem estar preparadas para sofrer pequenas alterações em função do próprio utente.” (Arq. Francisco Barata cit in Flamínio, p. 264)

No edifício A, o arquitecto concebeu o espaço de modo a este ir acompanhado as evoluções e apropriações dos habitantes. E isto verificou-se em algumas das habitações visitadas pela autora, onde o espaço tinha sido alterado (fig. 18).

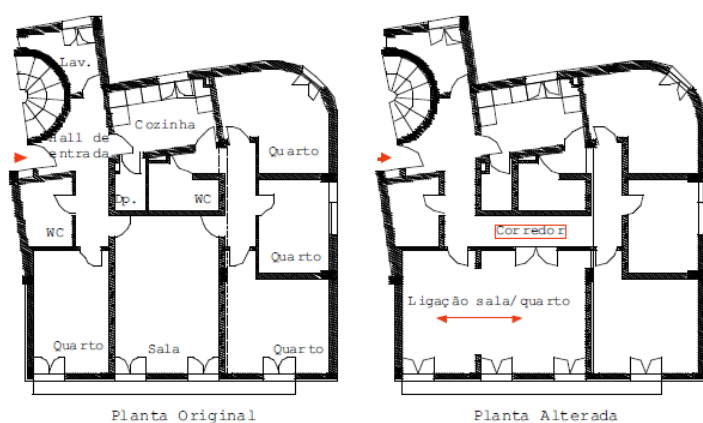
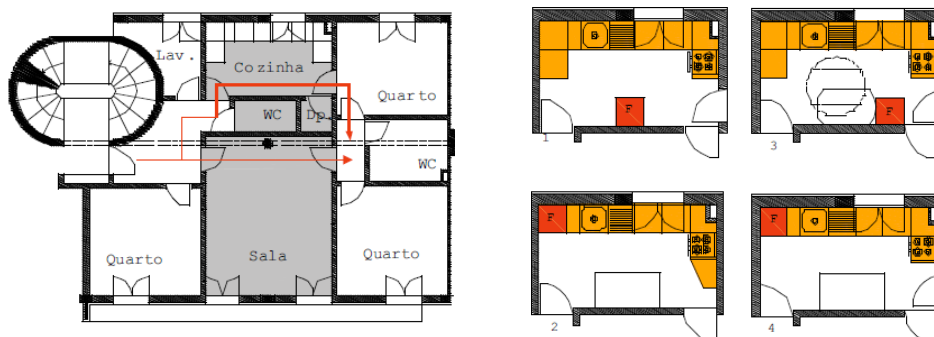


Figura 20 - Alteração da organização interna de uma habitação T4 no edifício A

Ainda neste edifício, no caso da habitação T3, a planta original previa uma ligação directa entre a cozinha e um dos quartos (fig. 19) e observou-se que, quando este quarto era utilizado para dormir, quase todos os habitantes preferiam manter a ligação (porta) sempre fechada, alguns tendo mesmo optado por encerrar o vão com alvenaria de tijolo; E noutros casos, quando este espaço era usado como sala multifuncional, a ligação mantinha-se aberta. Também neste edifício, constatou-se que a maior parte das famílias tinha necessidade e vontade de realizar as refeições dentro da cozinha. Para isso ser possível, algumas das famílias entrevistadas realizaram alterações à configuração original do espaço, de modo a poder colocar uma mesa para refeições (fig.20).

Figura 21 - Esquema de circulação numa habitação T3 do edifício A

Figura 22 - Planta original e exemplos de transformações da cozinha da habitação T3 do edifício A



Um dos aspectos mais criticado pelos habitantes do edifício A foi a localização de janelas em cima da banca de trabalho. Embora a sua concepção esteja associada a vários critérios arquitectónicos da maior importância para o arquitecto, como a iluminação e a ventilação do espaço, ela revela-se um entrave à realização das tarefas no interior da cozinha.

No edifício B, as habitações foram concebidas segundo uma lógica de ligação espacial: *“há um contínuo de espaço, espaço fluido, subdividido em três meios pisos”* (Arq. Manuel Correia Fernandes cit Flamínio, 2006, p. 266).

A zona de serviço – cozinha, copa, lavandaria e casa de banho – foi desenhada com alguma rigidez e não apresenta qualquer hipótese de transformação (fig. 21). No entanto, a sua configuração é bem aceite pela maioria dos habitantes, pois permite um controlo total do espaço por quem o está a utilizar. Neste caso, não sendo possível alterar a composição original do espaço, as transformações deram-se principalmente ao nível dos materiais e da imagem geral da cozinha. Este espaço é separado da copa por umas portas de correr, o que permite que ambos funcionem como um espaço só. Numa das entrevistas realizadas, o morador optou por retirar as portas, por considerar que estas eram um obstáculo à utilização do espaço, colocando a cozinha *numa situação ainda mais aberta para a casa do que a relação pretendida pelo arquitecto na concepção deste espaço* (Flamínio, 2006, p. 272).

Outro dos aspectos modificado pelos habitantes foi a colocação de estores opacos – que permitem a visualização a partir do interior e que a ocultam a partir do exterior – na janela para a galeria de acesso, por se sentirem demasiado expostos e sem privacidade.

O edifício C tem um desenho bastante tradicional, no sentido em que existe uma maior separação entre os espaços comuns e privados da habitação (fig. 22). A

cozinha está próxima da entrada e *funciona como um espaço perfeitamente autónomo, o que o caracteriza essencialmente como um espaço de trabalho* (Flamínio, 2006, p. 268). De forma rectangular, não tem qualquer entrada de luz natural: esta é filtrada pelas portas envidraçadas que a separam do espaço da lavandaria. Este modelo de cozinha é o mais utilizado nos edifícios plurifamiliares urbanos recentes e, em geral, é bem aceite pelos habitantes. Dois dos habitantes entrevistados recorreram a um aumento dos elementos fixos da cozinha (fig. 23), sendo que estes foram os dois casos que manifestaram um uso mais intenso do espaço.

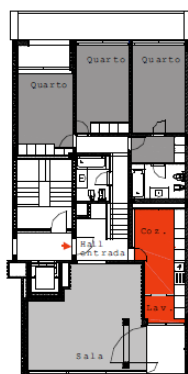
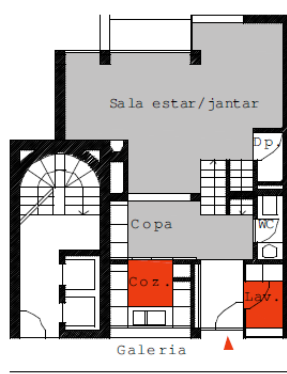


Figura 23 - Planta da zona de serviço do edifício B

Figura 24 - Planta do fogo-tipo do edifício C

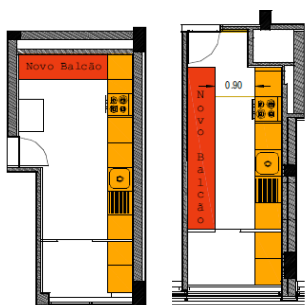


Figura 25 - Exemplos de alterações à cozinha do edifício C

No final do trabalho, Flamínio conclui, em primeiro lugar, que o espaço da cozinha actualmente é restritivo dos modos de vida do habitante, principalmente pela sua dimensão; Em segundo lugar, que este espaço deveria ser desenhado, considerando a possibilidade de se adaptar e acomodar as apropriações dos habitantes; Por último, conclui que a forma espacial que melhor responde às necessidades da cozinha é o quadrado, em oposição à configuração rectangular mais utilizada: *o quadrado permite uma melhor distribuição e conjugação dos elementos fixos da*

cozinha perante as necessidades do utente e uma maior rentabilidade do espaço. (Flamínio, 2006, p. 275)

4.3 APROPRIAÇÃO DA HABITAÇÃO MÍNIMA: BAIRRO RAINHA D.LEONOR

A investigação de Ana Lima tinha como objectivo perceber de que forma os habitantes se apropriam do espaço no contexto de habitação mínima⁴², para assim entender as limitações que este tipo de habitação impõe aos moradores. O caso de estudo é o bairro Rainha D.Leonor, no Porto, construído em 1953 por iniciativa estatal.

A autora justifica a sua escolha devido à grande variedade de experiências arquitectónicas e sociais aí encontradas. Em 2005, o bairro foi alvo de um projecto de requalificação da arquitecta Inês Lobo, que ainda estava a decorrer à data da realização do trabalho de Lima. Assim, foram analisadas habitações do projecto original e habitações do projecto de requalificação: 14 no total. A investigação teve como suporte entrevistas realizadas aos moradores, assim como registos gráficos e fotográficos das habitações.

Cada habitação é apresentada em quatro fichas independentes que sintetizam a globalidade do estudo (...). Através dos elementos gráficos e fotográficos o leitor pode observar algumas evoluções e opções tomadas nas habitações do bairro por parte dos seus moradores. (Lima, 2012, p. 151)

O trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro, a autora explica o conceito de habitação mínima e contextualiza o bairro em estudo; no segundo capítulo – o que mais relevância tem para esta dissertação –, são abordadas as experiências dos habitantes no bairro para se compreender os modos de habitar e a forma como é apropriado o espaço doméstico; e por último, no terceiro capítulo, são apresentadas as considerações finais.

A análise das habitações foi dividida em dois grupos: habitações que não sofreram requalificação e aquelas que já estão requalificadas. A autora começa por abordar as habitações que ainda conservam o desenho original.

⁴² O conceito de habitação mínima surge a partir da ideia de “existenzminimum” concebida pelos arquitectos modernos na década de 1920, e pressupõe a racionalização do espaço, numa tentativa de definir os valores mínimos habitáveis.

Verificou-se que no contexto inicial das famílias do bairro – uma vez que estas eram de grande dimensão –, os quartos tinham sempre a função de espaços de dormir, sendo geralmente ocupados por mais do que um indivíduo.

Mas com o evoluir do tempo, o agregado doméstico veio a diminuir, permitindo que ficassem quartos de dormir sem moradores para os ocupar; nestas situações, foram transformados em pequenas salas de estar ou escritórios.

Todas as habitações têm espaços exteriores: os pisos superiores têm varandas e os pisos inferiores, terraços. Verificou-se, em mais do que um caso, que os moradores mantinham aberta a porta para o exterior, durante todo o dia, aumentando a percepção do espaço e evitando a sensação de claustrofobia. Muitos dos habitantes acabaram por fechar as varandas – transformando-as nas famosas *marquises* – para combater o problema de falta de espaço; também como forma de resolução deste problema, muitos construíram anexos no jardim.

No que diz respeito à cozinha, a situação mais frequente que os habitantes encontraram para melhor utilizar este espaço foi encerrá-lo; o que demonstra que apesar da sua dimensão reduzida, preferem que a cozinha seja um espaço independente. Nas habitações onde existe uma televisão na cozinha, verificou-se que esta divisão ganha um carácter central na casa, na medida em que se concentram aí várias actividades: ver televisão, cozinhar, comer, conviver, etc.

A cozinha é caracterizada pela presença de diferentes electrodomésticos, entre eles o frigorífico, que apesar de ser uma presença muito forte, não tinha um local específico no desenho original da casa.

Nas habitações onde se fechou a cozinha, foi possível colocá-lo dentro do próprio compartimento, mas nos restantes casos, teve de ser colocado noutra local, como a sala ou um anexo.

Quando as habitações originais foram projectadas, o lavar a roupa era uma actividade colectiva e pública que se realizava fora de casa, não sendo por isso uma preocupação do arquitecto responder a esta necessidade. Com o passar do tempo, as habitações tiveram de se adaptar ao imperativo de colocar um tanque, e mais tarde, uma máquina de lavar a roupa; na maior parte dos casos, estas foram postas em anexos.

Como conclusão parcial relativamente às habitações originais, Lima refere que estas foram sendo reajustadas por cada família que as habitava, adaptando-se às práticas e usos diários dos habitantes. E que apesar de se ter conservado a estrutura inicial,

o espaço sofreu várias alterações, principalmente ao nível do uso dos diferentes compartimentos: *o carácter metamórfico das salas ou a variação dos usos dos quartos conforme as necessidades dos moradores eliminaram a permanência dos aspectos originais das habitações.* (Lima, 2012, p. 109)

Num outro ponto do mesmo capítulo, a autora analisa as habitações já reabilitadas. O projecto de requalificação, que procurava *ajustar o espaço às realidades familiares actuais* (Lima, 2012, p. 141), definiu a associação das habitações duas a duas, na horizontal. Ou seja, em edifícios onde existiam oito fogos (quatro em cima e quatro em baixo) passaram a existir, apenas, quatro fogos (dois em cima e dois em baixo); do total de 150 habitações passou-se para 90.

Uma das principais acções deste processo foi a remoção dos anexos colocados nos jardins, devolvendo a este espaço o seu uso original. Com esta alteração, voltaram os problemas da falta de espaço para arrumação, embora em menor grau, porque as habitações eram maiores. Ainda assim, os moradores procuram outras soluções para combater esta falta, como acrescentar mobiliário complementar à cozinha ou utilizar o espaço sob a cama.

Outra das alterações do projecto de requalificação foi a substituição das persianas por portadas interiores. Os moradores, habituados a utilizar as persianas para controlar a entrada de luz, não reagiram muito bem à mudança. Assim, em quase todas as casas foram colocadas cortinas enroláveis ou verticais.

No espaço interior fez-se um esforço por manter a matriz original – com a sala no centro –, mas os espaços da casa alteraram-se. A cozinha, que originalmente estava anexada à sala e sem os seus limites muito definidos, passou a ser uma divisão autónoma. Nos restantes espaços, a alteração mais significativa foi o aumento das áreas; enquanto que no projecto original estas eram muito inferiores aos mínimos legais estabelecidos pelo RGEU, depois da requalificação passaram a respeitar estes limites. Este aumento permitiu, por exemplo, que passasse a ser possível colocar uma mesa de refeições para comer na cozinha, concedendo aos moradores a liberdade de decidir onde tomar as refeições. Observou-se que muitas famílias continuaram a repetir as mesmas acções do dia-a-dia quando mudaram para as novas habitações: *“Os hábitos não mudam. Mudou a casa, mas os hábitos não mudam”* (Lima, 2012, p. 110), disse um dos moradores entrevistados pela autora. Ainda assim, a autora verificou que a mudança para as novas habitações deu origem a novas formas de apropriação do espaço, como era previsível.

Uma das actividades que não se alterou em relação ao espaço da casa foi a realização das tarefas domésticas: tanto nas habitações originais como nas requalificadas, estas não têm um local específico associado, sendo realizadas em diversos espaços. A única diferença é que nas novas habitações, a escolha sobre onde realizar cada tarefa depende apenas da vontade dos moradores e não das condicionantes espaciais, como acontecia nas habitações originais.

Com a agregação horizontal, os fogos passaram a ter duas portas de entrada, o que alterou a forma de habitar e levou a escolhas, muitas vezes inconscientes, por parte dos habitantes. Pela que se observou, não existe uma norma, tendo cada família optado segundo as suas vivências. A única semelhança encontrada é que nas tipologias T2 e T3, a porta utilizada é sempre a que está mais próxima da cozinha, deixando a outra para os momentos em que se recebem visitas.

Na sala, que é o espaço de eleição dos moradores, observou-se que existe quase sempre uma divisão do espaço em duas zonas – zona de refeições e zona de estar (fig. 24). Uma das razões para a sala ser considerada o espaço principal é a sua grande adaptabilidade, característica que se verifica pouco nos restantes espaços da casa.



Figura 26 - Planta dos fogos T2 (porta de entrada e divisão do espaço da sala)

Apesar das dimensões dos fogos limitarem bastante a escolha do mobiliário, verificou-se que este tem uma grande importância para os moradores: *representa a possibilidade de transformarem a sua casa de acordo com as suas necessidades e vontades, conferindo um sentido de controlo sobre a casa que habitam; e um sentido de posse sobre o que construíram ao longo dos anos.* (Lima, 2012, p. 106) Existe um elemento que tem um papel importante, tanto na organização espacial como na vida quotidiana: a televisão. Em todas as habitações visitadas pela autora existiam, no mínimo, duas televisões.

Na conclusão, a autora reflecte sobre as questões levantadas no início do trabalho:

1. Quais as formas que o utilizador encontra para apropriar o espaço, torná-lo seu, processo fundamental para a noção de habitat, e que resposta recebe do mesmo espaço?

2. Como são apropriados os espaços standardizados (projectados para responder a necessidades da generalidade da população)? (Lima, 2012, p.10)

Lima refere que a apropriação é um processo pessoal, no qual a prioridade é um factor essencial; que a sala é sem dúvida o espaço central da casa, caracterizada em ambos os casos – projecto original e requalificado – pela sua versatilidade e plurifuncionalidade, qualidades importantes quando se fala de habitação mínima. Apesar da standardização inerente a este tipo de habitação, verificou-se que os usos dos espaços não estão limitados por ela, e que as famílias conseguiram adaptá-lo às suas necessidades específicas. Mesmo tendo o desenho de base igual, cada casa apresenta-se como única, fruto das *hierarquias e as prioridades estabelecidas por cada família* (Lima, 2012, p. 218).

4.4 SÍNTESE

Os três estudos escolhidos revelam-se muito pertinentes no âmbito desta dissertação, destacando o segundo e o terceiro, pois fazem uma investigação mais aprofundada sobre o tema. A pertinência destes estudos está principalmente relacionada com as questões que levantam, que são muito semelhantes às colocadas no início desta dissertação, e que irão ser trabalhadas no capítulo seguinte. Vejamos, por exemplo:

Como é que o arquitecto projecta uma habitação para um cliente anónimo? Que critérios utiliza para o desenho do espaço? E de que forma é que este desenho favorece as apropriações e adaptações dos habitantes?

Como é que os habitantes se apropriam do espaço e o adaptam às suas necessidades? Que aspectos consideram mais importantes?

Estas questões têm por base uma outra questão de fundo, já enunciada por Flamínio e também central nesta dissertação: *Como se processa a relação entre um espaço projectado e a sua vivência?* (Flamínio, 2006, p. 258)

Na análise dos estudos de referência também foram muito importantes os aspectos de ordem prática, sobre como conduzir a investigação no sentido de responder às questões levantadas. Percebemos, a partir destes casos, que a melhor técnica a utilizar seria a entrevista – realizada ao arquitecto responsável pelo projecto e aos habitantes do mesmo – complementada pela observação através de registos gráficos e fotográficos do espaço.

5. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: ESPAÇOS CONSTRUÍDOS E ESPAÇOS VIVIDOS

Neste capítulo, é apresentada a investigação empírica realizada, que teve como objectivo a comparação entre duas visões do espaço da casa: a do arquitecto, ao conceber a habitação e a dos habitantes, ao apropriarem-se dela, transformando ou não, esse espaço.

A ideia inicial era escolher várias habitações na cidade de Lisboa, construídas na segunda metade do século XX, mas sem aparente relação entre si – tendo apenas em comum o facto de terem sido alteradas pelos seus habitantes. Começou-se a trabalhar neste sentido mas, uma vez que era necessário ter acesso aos documentos originais do processo de obra (plantas, memória descritiva, assim como entrevistar os arquitectos autor das obras), procedimentos que demorariam muito tempo⁴³, verificou-se impraticável dadas as limitações temporais para a realização desta dissertação. Assim, optámos por concentrar todas as entrevistas em dois edifícios, ambos em Telheiras. Embora esta não fosse a intenção original, acreditamos que não desvalorizará o interesse da investigação.

Os edifícios foram escolhidos a partir da relação pessoal com alguns dos seus habitantes, dado o elevado nível de intimidade que as entrevistas requeriam. Assim, optou-se por começar por um contacto conhecido e enquadrado no âmbito desta investigação – uma habitação da segunda metade do século XX que tivesse sido alterada pelos seus habitantes.

Ambos os edifícios em análise estão localizados em Telheiras. Esta zona, situada em Lisboa, pertence à freguesia do Lumiar e teve, até aos anos 60, um carácter rural e de arredores da cidade. Nos anos 70, a Câmara Municipal de Lisboa decide expandir a cidade para Norte, nascendo assim a urbanização do bairro de Telheiras. Esta expansão foi estruturada a partir do Plano de Urbanização de Telheiras (1975), do arquitecto Pedro Vieira de Almeida e executada pela EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa) durante as décadas de 1970 e 1980. O plano definia as vias e a volumetria dos edifícios e, para estes, a EPUL definia as tipologias a utilizar (e as

⁴³ Para consultar e reproduzir os documentos é preciso fazer vários pedidos por escrito e várias visitas à Câmara Municipal de Lisboa.

áreas mínimas de cada espaço), os materiais e também o preço a que as habitações seriam vendidas.

A EPUL tinha como público-alvo famílias jovens em começo de vida, neste caso, as famílias eram principalmente associadas ao sector terciário (professores, médicos, engenheiros, arquitectos, etc), ficando este bairro conhecido como o “Bairro dos doutores”.

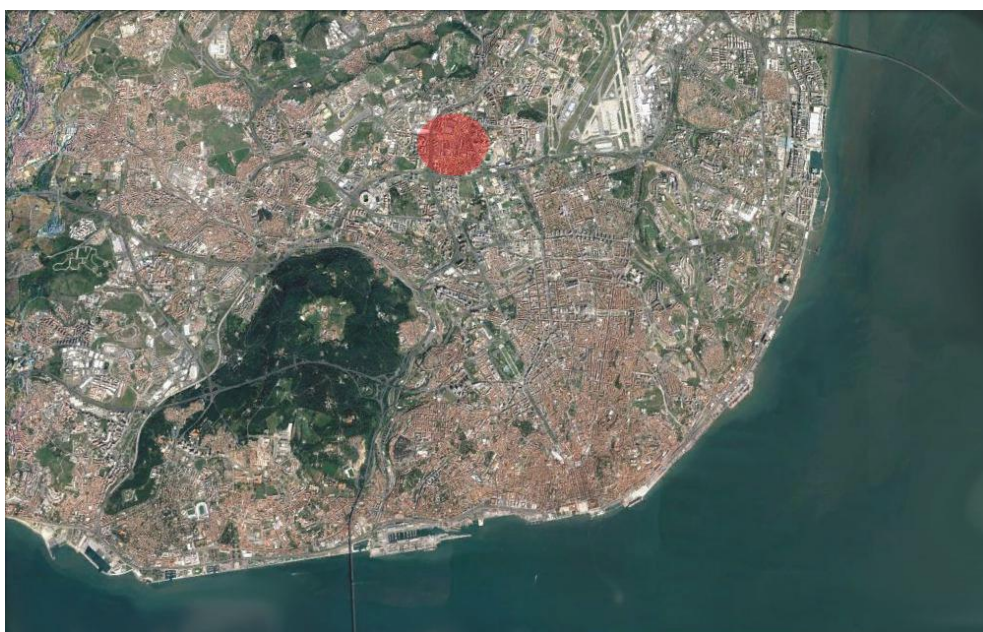


Figura 27 -
Localização do
Bairro de Telheiras
em Lisboa (2016)

Para a realização do trabalho optou-se, como acima disse, pela técnica da entrevista aprofundada, complementada pela observação, registada gráfica e fotograficamente, assim como pela análise do conteúdo das memórias descritivas. O trabalho foi dividido em dois momentos: a análise do projecto original, a partir das plantas⁴⁴, memória descritiva e, sempre que possível, da entrevista ao arquitecto; e a análise do projecto alterado, a partir da visita às habitações e de entrevistas aos habitantes.

Apesar da investigação se centrar no espaço doméstico, só foi possível compreender a sua concepção e utilização, a partir do diálogo com os arquitectos e habitantes,

⁴⁴ Em ambos os casos as plantas originais consultadas não correspondem inteiramente ao edifício construído.

sendo para isso essencial as entrevistas. Estas foram gravadas em áudio e seguiram uma estrutura semi-directiva, evitando respostas directas e demasiado curtas e procurando assemelhar-se a uma conversa informal. Foram preparados dois guiões⁴⁵ – um, para os arquitectos e outro, para os habitantes.

No caso dos arquitectos, as entrevistas tiveram como suporte as plantas originais, que serviram, também, como desbloqueadores de memória, e os objectivos eram:

- Perceber quais as intenções subjacentes ao projecto (completar a informação presente na memória descritiva);
- Conhecer o modo como os arquitectos vêem a arquitectura, em especial, perceber qual a concepção de habitação.

No caso dos habitantes, o guião está dividido em sete temas, sendo o primeiro de resposta fechada para a caracterização do entrevistado, e os restantes de resposta aberta. Estas entrevistas foram realizadas dentro da habitação dos entrevistados, facilitando o trabalho do entrevistador e do entrevistado, que assim podia observar directamente o objecto em estudo; e tinham como objectivos:

- Conhecer as transformações físicas que os habitantes fizeram ao espaço e o porquê de as terem feito;
- Conhecer o modo como os habitantes usam os diferentes espaços da casa (confrontando-os, depois, com os usos previstos no projecto original).

Concluídas as duas dimensões de análise – do arquitecto e dos habitantes – foi possível confrontá-las e daí tirar conclusões.

5.1 EDIFÍCIO 1

O primeiro edifício analisado localiza-se na Rua Carvalhão Duarte e faz parte de um conjunto de quatro edifícios construídos pela EPUL (1983), na célula 1 do Plano de Urbanização de Telheiras. O arquitecto responsável por este conjunto foi Rodrigo Rau, nascido em 1937: arquitecto que trabalhava para a EPUL à época do projecto.

⁴⁵ Em anexo.

Para a análise deste edifício, consultou-se a memória descritiva e as plantas originais do projecto e realizou-se uma entrevista ao arquitecto Rodrigo Rau e três entrevistas a moradores das habitações.

Os moradores entrevistados são todos do sexo feminino, de nacionalidade portuguesa e licenciados. Uma das entrevistadas – médica – tem 62 anos, é casada e tem dois filhos, sendo que estes já não moram em casa; a entrevistada mais nova – arquitecta – tem 36 anos, é casada e mora com o marido; por fim, a última entrevistada – advogada – tem 44 anos, é divorciada e tem dois filhos, vivendo apenas com um deles.



Figura 28 - Vista
área do edifício 1
(2016)



Figuras 29 e 30 -
Edifício 1 (2017)

5.1.1 Memória Descritiva⁴⁶

Cada edifício é composto por um piso de estacionamento e seis pisos de habitações que se distinguem em T2, T3 e T4. Com excepção do primeiro piso que tem apenas três fogos, os restantes têm sempre quatro fogos, que se organizam à volta de um

⁴⁶ Analisada a par das plantas originais do projecto.

núcleo central onde está localizada a escada e dois elevadores e também todas as instalações técnicas.

A configuração interior em quatro direcções justifica a forma exterior do edifício e permite a criação de espaços entre os edifícios. Estes espaços, como estão a uma cota mais elevada que a cota da rua (porque têm por baixo um piso de garagem), tinham a intenção de ser espaços de encontro e de permanência; e uma vez que permitem o atravessamento de uma rua para a outra, tinham também a função de passagem. São acedidos por escadas ou rampas e, a partir de uma zona coberta, permitem o acesso ao interior dos edifícios.

As zonas de águas (cozinhas e instalações sanitárias) situam-se perto do núcleo central – sendo a cozinha de um fogo simétrica às instalações sanitárias de outro fogo – de forma a economizar recursos.

O interior dos fogos é organizado segundo uma tripartição do espaço e como uma preocupação relativamente às áreas, como explica a memória descritiva:

D – A alteração de esquemas de organização do espaço interior que definem zonas de fogo com características próprias, a zona comum, a zona privada e a zona de serviço.

E – A alteração de relações favoráveis área habitável/área útil/área bruta.

A *zona comum* corresponde à entrada e à sala; a *zona privada* corresponde aos quartos e às instalações sanitárias; e por último, a *zona de serviço* engloba a cozinha e o espaço de lavandaria semi-exterior. Em todos os fogos, optou-se por não construir um corredor, no seu sentido mais literal, mas sim utilizar uma parede-armário, que separa a sala da zona dos quartos, permitindo a circulação à sua volta. Quem está na sala, consegue sempre ter acesso visual, pelo menos, à entrada de um dos quartos⁴⁷.

Relativamente ao aspecto exterior dos edifício e, tendo em conta a memória descritiva, procurou-se *afirmar a organização vertical dos fogos jogando na oposição entre as superfícies envidraçadas e as superfícies de parede*. Os vãos estão recuados relativamente ao plano da fachada, como forma de garantir uma maior privacidade nas habitações.

⁴⁷ Ver planta (fig. 36) na página 93.

Estes edifícios foram construídos ao abrigo da EPUL para serem adquiridos por famílias jovens, com pouco dinheiro. Sendo por isso edificados com um nível baixo de modo a reduzir os custos. Sobre isto a memória descritiva refere:

Limitações de carácter financeiro obrigam a certa pobreza dos acabamentos, fundamentalmente rebocos pintados, algum betão à vista também pintado, caixilharia de alumínio e guardas de ferro pintado.

5.1.2 Análise do Conteúdo das Entrevistas Aprofundadas

Entrevista ao Arquitecto Rodrigo Rau⁴⁸

O arquitecto explica que, no contexto deste edifício, o seu trabalho se encontrava bastante condicionado, tanto pelo Plano de Urbanização como pela EPUL. As condições impostas pela EPUL tinham como principal finalidade reduzir os custos de construção; assim, definiram áreas relativamente pequenas para os espaços da casa (pois quanto maior a área, mais material e, conseqüentemente, mais dinheiro) e materiais, principalmente ao nível dos acabamentos, muito simples (pinturas e caixilharia de alumínio). Mas reconhece que foi um projecto bem-sucedido, tanto a nível de construção como a nível comercial, de “aceitação” por parte dos habitantes.

A forma escolhida para o edifício – em cruz – tinha como objectivo aumentar a densidade de fogos sem aumentar o número de pisos (esta forma permite ter quatro fogos por piso). A forma em cruz permite, simultaneamente, que cada fogo tenha vãos em três frentes (excepto quando encosta no outro edifício), o que era algo atípico.

Sobre as zonas exteriores dos edifícios, o arquitecto explica que pretendiam ser ajardinadas mas, pela observação efectuada pela autora⁴⁹, verificou-se que actualmente já só há pequenas zonas ajardinadas, e que o carácter de passagem é bastante superior ao de permanência.

No desenho dos fogos, o arquitecto explica que não teve em conta um tipo de população específico pois, no seu entender, não se pode definir na fase de concepção para que tipo de indivíduo se destina a habitação. Assim, o desenho

⁴⁸ Realizada no dia 3 de Maio de 2017, em casa do arquitecto.

⁴⁹ Observação efectuada pela autora no mês de Abril, em três dias de semana durante a tarde.

seguiu os ideais modernos⁵⁰ *que, em princípio, todas as pessoas mais ou menos gostam, por oposição à organização “tradicional” da casa: que era a entrada, tinha o corredor, depois quartos de um lado e doutro, a cozinha ao fundo, e depois pronto, estava tudo compartimentado.*

A lógica moderna verifica-se principalmente na tripartição do espaço, referida na memória descritiva. O arquitecto afirma que esta lógica de configuração do espaço respondia às necessidades básicas dos indivíduos, e que o desenho do espaço doméstico não continha, em si, nada de novo:

Depois era ser o que é normal nos fogos: ter uma cozinha perto da zona de comer, ter um estendal, uma zona onde se lavava a roupa e estendia-se, e depois um quarto maior, e depois um ou dois quartos mais pequenos, para filhos, ou para familiares; depois cada quarto convinha ter um roupeiro também. E no essencial era isso.

O aspecto “menos normal” do projecto tem a ver com a configuração do espaço da sala: este foi desenhado para ser o maior possível, confundindo-se com o espaço de circulação e distribuição, pois o que o separa da zona privada é uma espécie de parede-biombo arredondado: elemento característico do projecto que, por não chegar até ao tecto, permite a continuidade visual e a passagem de luz. Esta opção de não desenhar um corredor tradicional e construir apenas um elemento que permite a circulação a toda à volta tem um carácter muito inovador mesmo no contexto moderno⁵¹.

Em alguns dos fogos maiores – T3 e T4 – o 4º quarto tem uma relação directa com a sala, através de uma porta de correr: o arquitecto esclarece que este espaço foi pensado para ser usado como escritório ou como uma zona ligada à sala, mas com a possibilidade de ser isolado (uma zona de televisão, por exemplo). Nas entrevistas realizadas em habitações com esta característica, esta foi apontada com uma das mais-valias da casa, pois permite que o espaço possa ser aberto para ficar todo sala, ou que se possa separar desta.

O arquitecto vê com muita naturalidade o facto dos habitantes alterarem o desenho da casa. Afirma que é algo que acontece com quase todos os indivíduos e que depende da identidade de cada um e da relação pessoal que estabelece com o espaço da casa. Acrescenta ainda, que as alterações ao espaço da casa não

⁵⁰ Aplicados em Portugal a partir da década de 1950 e analisados no primeiro capítulo desta dissertação.

⁵¹ Ver fotografia (fig.42) na página 100.

dependem apenas da vontade/gosto de cada um, mas também das possibilidades financeiras que têm.

*É muito difícil estar a projectar e as pessoas gostarem... (...) (a arquitectura)
nunca satisfaz às coisas pessoais de cada um.*

Podemos relacionar estas afirmações com o carácter essencial do processo de apropriação do espaço: no contexto da habitação colectiva concebida na ausência do futuro habitante, os fogos, tal como foram desenhados pelo arquitecto, ainda não estão “completos”, porque ainda não foram apropriados pelos seus habitantes – é a partir deste processo que o indivíduo se relaciona com o espaço e que este adquire as propriedades de *casa*⁵².

Ao reconhecer que os habitantes transformam quase sempre as suas habitações, Rodrigo Rau afirma que a solução ideal seria a criação de um espaço amplo, apenas com os blocos de águas definidos, concedendo aos habitantes a liberdade de construírem o espaço à sua medida. Esta solução permitiria acomodar as diferentes identidades e gostos de cada um. Mas, logo de seguida, afirma que esta proposta não seria possível de realizar por causa dos regulamentos:

(...) o ideal era fazer um espaço grande, só ter os blocos de cozinha e sanitários definidos, e depois cada um dividia como entendia, mas isso não é possível.

Explica que o objectivo do projecto em análise foi, de certa maneira, o seguinte: a ideia era não limitar/fechar demasiado o espaço, optando pelo desenho de um grande espaço central (a sala) que se confunde com o espaço de circulação; apenas as zonas de águas – cozinha e instalações sanitárias – e as de dormir – quartos – estão claramente definidas no projecto:

Mas o objectivo foi um bocado esse também, isto no fim de contas vê que é uma coisa extremamente simples, tem as cozinhas e as casas de banho junto à coluna central e depois é um espaço... o espaço do corredor, como eu lhe disse, é esse roupeiro que não vai até ao tecto, depois tem mais paredes, que as pessoas se quiserem tiram, abrem, não abrem, fazem o que entenderem.

Afirma que, geralmente, os indivíduos têm tendência para fechar tudo: preferem espaços delimitados segundo uma lógica mais “tradicional”. Mas que, mesmo assim,

⁵² Temas desenvolvidos no capítulo 3.

o arquitecto não deve abandonar a sua intenção de projecto (neste caso, de construir um espaço mais aberto). Devendo, depois, *ser compreensivo, cada pessoa faz o que entende*. Esta afirmação mostra a posição do arquitecto face à obra: mantém alguma distância, reconhecendo que a casa não é sua, mas de quem a habita.

Percebemos, também, que o discurso de Rodrigo Rau é, de algum modo, contraditório: pois, mesmo reconhecendo que os moradores têm preferência por espaços fechados, afirma que o arquitecto deve desenhar segundo a sua intenção de projecto, mesmo que esta não corresponda às preferências dos indivíduos.

Rodrigo Rau vê o arquitecto como um ser insatisfeito, na medida em que o seu trabalho é a constante busca de algo melhor: da casa ideal. Neste sentido, defende que é importante para o arquitecto voltar ao projecto, depois de este estar habitado. Não que essa experiência vá alterar a personalidade do arquitecto e a sua maneira de conceber habitação, mas poderá dar-lhe uma visão diferente do espaço que criou, através do contacto com as diferentes apropriações que os habitantes fizeram; e este “novo olhar” ser-lhe-á útil no futuro, ainda de que forma indirecta.

Entrevista 1.1⁵³

PERCURSO HABITACIONAL

A família vive nesta casa há cerca de 25 anos (desde 1992). No momento em que vierem para aqui viver, a família era constituída pelo casal e dois filhos, com 3 e 6 anos. A escolha desta habitação esteve principalmente relacionada com a necessidade de se mudarem para uma casa maior: com mais assolhadas; e também com a sua localização (Telheiras). A entrevistada explica que gostou que fosse um rés-do-chão, ao contrário da maioria das pessoas, porque a proximidade ao exterior permitia a vigilância das crianças enquanto estas aqui brincavam. Neste momento, a casa já só é habitada pelo casal, pois os filhos já saíram: um, há 6 e outro há 4 anos atrás.

ALTERAÇÕES AO FOGO

⁵³ Realizada no dia 20 de Abril de 2017, em casa da entrevistada.

Em 1992 – ano em que a habitação foi ocupada pela família – a casa ainda conservava o desenho original e, desde essa altura, registaram-se três momentos de alterações à estrutura original da casa.

O primeiro momento registou-se muito pouco tempo depois de estarem aqui a viver (em 1992/1993). Então, alteraram a entrada da casa – que originalmente era um espaço aberto com passagem directa para a zona da sala – para ter os seus limites mais definidos; e aumentaram o armário que faz a separação entre a sala e a zona dos quartos.

Em relação à entrada, a entrevistada sentia que quem estava dentro de casa tinha pouca privacidade relativamente ao exterior. Explica esta sensação, dizendo:

(...) a porta da rua dava directamente para a sala, e era a coisa que mais me desagradava nesta casa. (...) a pessoa abria a porta da rua, quando tocavam à campainha, e quem estava na rua tinha quase acesso à mesa posta para jantar, quase que entravam... (...) era o maior defeito que nós encontramos na casa e rapidamente tentamos mudar.

Assim, optaram por demolir o armário que existia à entrada de casa e por fechar a passagem para a zona das casas de banho. Simultaneamente, colocaram uma porta de correr para, nas palavras da entrevistada, *permitir ter um hall de entrada que não dê directamente para a sala*. Esta porta de correr foi inspirada naquela que já existia a separar o escritório da sala, criando uma espécie de simetria. Isto mostra que houve algum cuidado em manter as alterações enquadradas naquele que era o desenho original da casa. A entrevistada afirma que de todas as alterações que fez na habitação, esta foi aquela que mais alterou a sua relação com o espaço, foi a que a fez gostar mais da casa.

Em relação ao armário⁵⁴, a alteração consistiu em fechá-lo até ao tecto, pois o barulho que se fazia na sala chegava muito facilmente aos quartos, o que era incómodo, principalmente com crianças. A entrevistada explica que ao fechar o bocadinho que separava o armário do tecto – conferindo-lhe um carácter de parede/corredor – alterou completamente a vida em casa.

Estas duas alterações – da entrada e do armário – apesar de terem sido realizadas simultaneamente, tiveram origens distintas: enquanto a primeira era algo que logo que compraram a casa, e antes de viverem nela, já sabiam que queriam mudar, não

⁵⁴ Elemento característico do projecto que propositadamente não ia até ao tecto, de forma a aumentar visualmente o espaço da sala.

gostaram logo à partida; a segunda, só foi decidida depois da experiência de habitar o espaço.

O segundo momento em que se registaram alterações foi, aproximadamente, dez anos depois do primeiro, em 2002/2003. Nesta altura, o espaço alterado foi a cozinha: este espaço foi originalmente desenhado com duas zonas distintas, separadas por uma porta envidraçada e por uma janela: a zona da cozinha propriamente dita, para a preparação e confecção de refeições; e a zona de tratamento de roupas, para lavar e estender a roupa. Esta segunda zona era semi-exterior, ou seja, tinha uma parede perfurada que permitia a ventilação e iluminação naturais.



Figura 31 - Porta de correr da entrada (vista da sala)

Figura 32 - Armário fechado até ao tecto

A alteração que foi feita nesta casa consistiu em deitar abaixo o elemento que separava as duas zonas (a parede com a porta e a janela); em colocar caixilharia na parede perfurada – tornando o espaço semi-exterior num espaço totalmente interior; e em construir uma nova bancada/mesa, no local onde anteriormente estava a parede. A par destas mudanças estruturais, também foi alterada toda a tubagem, os armários e o chão da cozinha.

A entrevistada justifica estas alterações com base em três motivos: por um lado, a falta de luz que este espaço tinha, uma vez que toda a iluminação natural que chegava era filtrada pela janela e pela porta; por outro, a falta de espaço de bancada e a necessidade de ter uma zona para tomar refeições na cozinha, algo que não

estava previsto no desenho original; e, por último, a fraca qualidade dos acabamentos – facto que é reconhecido na memória descritiva e pelo próprio arquitecto, dada a necessidade de reduzir ao máximo os custos da construção.

Depois da alteração, a entrevistada manteve a zona de tratamento de roupas no mesmo local, mas não estando já separada do resto da cozinha. Reconhece que a configuração original do espaço era interessante, mas não gostou de conviver com ela: *eu queria era uma cozinha grande, ampla.*

O terceiro e último momento de alteração aconteceu o ano passado (2016) e ocorreu nas casas de banho que, assim como a cozinha, também tinham acabamentos de fraca qualidade. A entrevistada explica que queria ter feito esta alteração na mesma altura em que fez a da cozinha, mas que isso acabou por não ser possível, e entretanto passaram-se mais de dez anos. Assim, esta alteração consistiu em substituir a banheira que existia na casa de banho maior, por um duche, e em retirar definitivamente o duche da casa de banho mais pequena, ficando apenas uma única casa de banho com zona para tomar banho. A alteração fez-se também ao nível da canalização, dos sanitários, do chão e dos revestimentos das paredes.

Figura 33 - Cozinha actual

Figuras 34 e 35 - Casas de banho

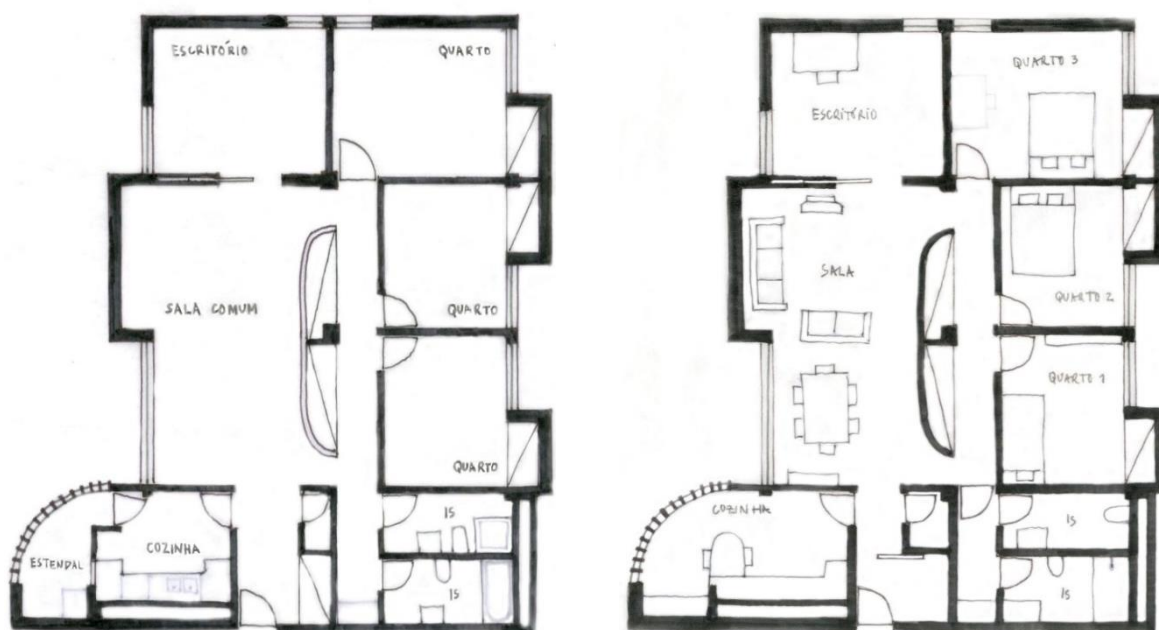


A entrevistada aponta como uma desvantagem do desenho da habitação, o facto das casas de banho serem ambas pequenas e interiores, mas reconhece que este é um aspecto impossível de alterar. Reconhece ainda, que poderia ser interessante uma transformação que um dos seus vizinhos realizou: criar uma ligação directa do primeiro quarto para a casa de banho mais pequena, transformando-o numa suite; e manter a casa de banho maior com um carácter mais social e de apoio aos

restantes quartos. Apesar de considerar ser uma hipótese interessante, diz que não pensa realizá-la.

Depois de todas estas alterações, a entrevistada diz que não sente necessidade de alterar mais nada na sua casa. Justifica a sua resposta no facto de, actualmente, ser apenas o casal a viver neste espaço: assim, uma casa que não era muito grande para quatro pessoas, ganha uma “nova dimensão” quando ficam apenas duas.

As alterações estruturais tiveram o apoio de uma arquitecta, familiar do casal; o que, segundo a entrevistada, facilitou muito todo o processo. Para além destas modificações, registaram-se também alterações não físicas ao nível dos usos e da apropriação do espaço. Este segundo tipo de alterações aconteceram de forma mais significativa depois de os filhos saírem de casa, o que é facilmente compreensível dada a mudança que isso representa na vida doméstica. Os exemplos mais claros aconteceram nos quartos: actualmente, o quarto que pertencia ao filho rapaz é mantido quase intacto – a entrevistada esclarece que gosta de manter a maior parte das coisas no mesmo sítio –, mas explica que o está a transformar aos poucos no seu *cantinho de música e de leitura*. O quarto da filha foi transformado num quarto de casal para poder receber a filha e o namorado quando estes regressam da Alemanha, onde actualmente residem.



Figuras 36 e 37 - Planta original e planta actual



VIDA EM CASA

As actividades domésticas de tratamento das roupas – lavar, estender e passar – acontecem na cozinha, na zona originalmente desenhada para esse efeito.

Na vida quotidiana da casa, as refeições têm lugar ,maioritariamente, na cozinha (algo que só foi possível depois da alteração realizada neste espaço), e só quando recebem visitas (aqui também se incluem os filhos) é que utilizam a mesa da sala.

A acção de dormir acontece, e aconteceu sempre, nos quartos destinados para esse efeito. O *cantinho da música* serve como lugar de descanso e de convívio com as amigas mais próximas da entrevistada.

A actividade de trabalhar acontece em dois espaços distintos: para a entrevistada, numa zona do seu quarto que adaptou para este efeito; e para o seu marido, no espaço do escritório.

A sala é o espaço mais versátil da casa, sendo aqui que se recebem as visitas, se convive em família e, por vezes, também se estudava, embora fosse quase sempre realizado nos quartos. Ainda lembrando o tempo em que os seus filhos eram pequenos, a entrevistada explica que, desde que estivesse bom tempo, brincavam sempre na zona exterior do edifício – o que demonstra que, embora “pobre”, as crianças puderam usufruir deste espaço público. Algo que aponta como uma grande mais-valia da casa, que sendo um rés-do-chão permitia a vigilância e o controlo das crianças quando estas estavam no exterior da casa.

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DO ARQUITECTO E SATISFAÇÃO COM A CASA

A entrevistada reconhece que existem casas melhores, no sentido que têm *requintes* que esta não tem, como uma suite ou um quarto de vestir. Mas, apesar disso, mostra-se muito satisfeita com a escolha que fez há 25 anos – *eu e o meu marido compramos esta casa convencidos que estávamos a comprar a casa que queríamos* – e explica uma das principais razões que a levaram a escolher esta casa:

(...) na altura, para mim, esta casa tinha uma coisa fundamental, que era toda a área é habitável: não há corredores, não há hall de entrada, hall de saída, hall intermédio. Até o corredor é um corredor de armários, portanto tudo isto está cheio de roupa. Esta casa não tem espaço inútil, o que se considerarmos que estamos no centro de Lisboa e na altura o metro quadrado era caro... eu achei que esta casa era inteligente, para as minhas necessidades e para a minha capacidade financeira.

Indica também como vantagens da casa as suas áreas, que apesar de não serem muito grandes, são suficientes; e a relação do escritório com a sala: a porta de correr que permite que este espaço se isole completamente ou se abra, amplificando a sala. Esta ideia corresponde à intenção do arquitecto quando projectou a habitação.

A localização da casa – Telheiras – é outra das suas grandes mais-valias, na perspectiva da entrevistada: a proximidade aos acessos importantes da cidade, estando, ao mesmo tempo, preservada do barulho e da confusão; o seu carácter de bairro, que há 25 anos não tinha, mas que, lentamente, foi crescendo. Afirma que se tivesse dinheiro, se mudaria para uma casa ao pé do mar, não pela necessidade de mudar de casa ou sair de Telheiras, mas pelo gosto em estar perto da água.

O único erro que aponta na concepção da casa é a entrada. Mesmo a cozinha, que alterou, considera que não estava mal concebida, mas que o problema foi a sua não-adaptação a este espaço. O que, como a própria explica, não está relacionado com o arquitecto mas com os gostos pessoais de cada um:

Mesmo a cozinha, eu acho que estava bem pensada, eu não me dei bem com a falta de luz: prefiro espaços abertos. Como esta sala, há pessoas que gostariam de ter uma sala de jantar e uma sala de estar, a mim não me incomoda ter as duas coisas no mesmo espaço e prefiro olhar e ver mais longe... mas isso é uma questão de gosto, acho eu.

Reconhece, ainda, como aspecto menos positivo alguma falta de luz, principalmente na zona de estar da sala. Mas, no final de contas, as vantagens superam as desvantagens, pelo que se considera bastante satisfeita com a sua casa, também porque já encontrou aí um modo confortável de habitar.

Entrevista 1.2⁵⁵

PERCURSO HABITACIONAL

A família, composta pela entrevistada (arquitecta) e pelo marido, vive na casa há cerca de 7 anos (desde 2010). Já eram casados quando vieram para aqui e continuam a ser só os dois.

⁵⁵ Realizada no dia 4 de Maio de 2017, em casa da entrevistada.

A entrevistada explica que a escolha da casa não teve a ver especialmente com a casa em si, mas com uma combinação de factores que a tornaram uma boa oportunidade, principalmente o valor da renda naquela localização.

A arquitecta afirma que Telheiras é uma óptima zona para viver, por estar perto de vários acessos importantes da cidade e ter metro, escolas, um mercado e uma biblioteca de bairro, entre outras vantagens.

ALTERAÇÕES AO FOGO

Quando vieram para aqui viver, em 2010, a estrutura da casa estava exactamente como tinha sido desenhada pelo arquitecto. E, actualmente, ainda se mantém assim, porque sendo o casal apenas arrendatário da casa, a sua liberdade para alterar o espaço encontra-se condicionada. Neste sentido, a conversa desenrolou-se numa perspectiva hipotética: “imaginando que a casa era sua e que poderia alterar o que quisesse...” A conversa desenrolou-se com grande facilidade, também por a entrevistada ser arquitecta, o que lhe confere uma capacidade diferente de olhar e falar sobre o espaço.

A entrevistada explica que, em termos de estrutura do espaço, a única coisa que pensaria alterar, ainda que não considerando essencial, seria a configuração das casas de banho – ligando a mais pequena a um dos quartos e indo buscar um bocadinho de espaço à outra para torná-la maior, transformando, assim o quarto, numa suite. Nesta nova configuração, a casa de banho que actualmente é a maior ficaria mais pequena e com um carácter mais social.



Figura 38 -
Planta original
e actual

Em relação a outras alterações, nomeadamente, de actualização dos acabamentos, a entrevistada aponta a cozinha como o espaço mais necessitado. Este compartimento ainda está tal como foi projectado de origem – com a zona de tratamento de roupas separada – e a arquitecta vê esta separação como uma mais-valia (que para ela tem mais interesse do que ter uma cozinha maior), em grande parte devido à sua particularidade que permite estar fora estando dentro, o que facilita muito a secagem da roupa. Aponta apenas como defeito, o facto de se acumular muito lixo e pó neste espaço semi-exterior; e acrescenta que também poderia ser interessante transformar esta zona num sitio de estar.



Figura 39 –
Cozinha

Figura 40 - Sala

VIDA EM CASA

As actividades domésticas de tratamento de roupas – lavar e secar – acontecem nas duas zonas da cozinha, pois a máquina de lavar a roupa está colocada na parte interior. O passar a ferro não tem um local específico, podendo acontecer tanto na sala com no quarto que está desocupado.

Apesar de terem duas casas de banho, apenas usam a maior: a casa de banho mais pequena é utilizada para arrumos.

No dia-a-dia, o quarto maior é o único que é utilizado para dormir. Quando recebem hóspedes, estes ocupam o quarto mais pequeno (que serve também para arrumação, mas que tem uma cama) ou o escritório, que se adapta à finalidade com um sofá-cama.

As refeições, à excepção do pequeno-almoço, pelo seu carácter mais volante, acontecem sempre na sala – onde existe uma mesa destinada a esse efeito, que normalmente está recolhida para facilitar a vivência deste espaço.

A sala é também lugar de convívio e de recepção de visitas, que, quando são muitas, se estendem ao escritório. Este espaço, como o nome indica, é geralmente usado para trabalhar.

A entrevistada também refere a cozinha como um local que serve também para receber as visitas, principalmente quando são muitas ou quando ainda se está a preparar alguma refeição, apontando a evolução que este espaço sofreu depois de ter sido uma zona completamente separada e de serviço⁵⁶.

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DO ARQUITECTO E SATISFAÇÃO COM A CASA

Em termos de concepção, a entrevistada aponta como desvantagem a relação do edifício com a rua: algo que apenas se torna um problema por habitarem o rés-do-chão. Na fachada norte (a da sala), a cota da rua está um pouco abaixo da cota da habitação, pelo que se proporciona uma relação próxima, mas com distância suficiente; na fachada sul (a dos quartos), a cota da rua está praticamente ao mesmo nível que a cota da habitação, o que, nas palavras da arquitecta *é uma coisa um bocadinho estranha, tanto que nós nem abrimos tanto aquelas janelas daquele lado, ou temos menos confiança em abrir, por causa disso*.

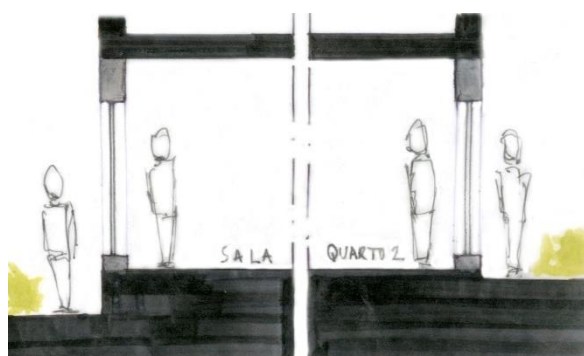


Figura 41 - Corte esquemático relação com o exterior

Explica, na sua visão de arquitecta, o que deveria ter sido feito à época da construção:

(...) acho que das duas uma: ou em termos dos arranjos exteriores se tinha criado uma maneira de subir ainda mais este nível para não se ficar tanto

⁵⁶ Aspecto analisado no capítulo 2.

ao nível da rua, ou então, tinha-se transformado estes pisos térreos em zonas de lojas, mas também não sei se isso teria assim tanto interesse.

Mas, relativizando a situação, diz que a família não convive mal com ela, que é apenas algo que torna a casa menos confortável, pois não se sentem tão seguros ao abrir as janelas dos quartos. E refere ainda, com alguma graça, que uns vizinhos do 6º andar têm grades nas janelas e eles, que estão no rés-do-chão, não têm; ou seja, no fundo é tudo uma questão de mentalidade das pessoas.

A nível de organização do espaço doméstico, a entrevistada considera que este está bem conseguido, pois tem a cozinha perto da entrada e da sala; um grande espaço central em comunicação com uma zona que se pode isolar; os quartos mais recolhidos, assim como as casas de banho, cujas portas são escondidas pelo elemento central. Esta descrição do espaço é muito semelhante àquela que o arquitecto Rodrigo Rau fez, o que confirma o olhar “especial” que os arquitectos têm.

Reconhece que o desenho da sala *é um bocadinho estranho*, uma vez que se confunde com a própria circulação, e que a maior parte das pessoas tem tendência para o fechar⁵⁷, de modo a separar mais claramente o espaço da sala do espaço de circulação e distribuição. Ainda assim, a arquitecta vê esta configuração como uma mais-valia da casa, porque lhe confere maior flexibilidade: esta ideia está completamente em linha com o pensamento do arquitecto, que pretendia criar um espaço amplo sem grandes limitações.

A arquitecta elogia o elemento central da casa, característico do projecto, referindo que o arredondado lhe confere um ar mais harmonioso. Ainda sobre este elemento, mesmo sabendo que muitos dos seus vizinhos o demoliram ou fecharam até ao tecto, a entrevistada mostra-se muito satisfeita e explica que não sente necessidade de separar de forma mais definitiva a sala dos quartos:

(...) acho que funciona bem, porque torna aquela zona ali mais privada, aquele quarto tem a porta mais exposta mas, não sei... Também acho que a casa é para se viver, e tem os espaços que tem, não vale a pena estarmos a esconder tudo.

⁵⁷ Aspecto também referido pelo arquitecto Rodrigo Rau.



Figura 42 -
Elemento central



Figura 43 -
Relação da sala
com o escritório

A entrevistada também elogia a relação do escritório com a sala através da porta de correr: afirmando que este aspecto confere uma enorme flexibilidade à casa, pois permite que o espaço do escritório esteja isolado ou que se abra, ampliando o espaço da sala. Diz que a sua satisfação com este detalhe da casa não é comum à maioria dos habitantes destes edifícios, que preferiram eliminar a assolhada do escritório para ficar com uma sala maior. A arquitecta explica que, normalmente, têm a porta de correr aberta e que apenas a fecham quando precisam de realizar alguma tarefa que exija maior concentração ou quando adaptam o escritório para receber visitas.

Explica, também, que gosta muito da sala e da luz que ela tem, apesar de considerar que a exposição solar da casa não é muito favorável. Elogia a boa capacidade de arrumação que a casa tem. Mas, acima de tudo, considera a localização como a maior mais-valia da casa, afirmando que esta ganha importância por estar localizada onde está: *se tivesse noutra zona da cidade, se calhar ia encontrar mais defeitos.*

Acrescenta, ainda, que não têm estacionamento no edifício, mas que isso não é problema pois, exceptuando quando há jogos do Sporting, têm sempre lugar para estacionar na rua; e que têm uma arrecadação na cave, que não utilizam.

Entrevista 1.3⁵⁸

PERCURSO HABITACIONAL

A família, composta pela entrevistada e pelos seus dois filhos, veio viver para esta casa há cerca de 6 anos (2011). Neste momento, apenas mora nela a mãe e o filho rapaz e, temporariamente, uma estudante estrangeira de *Erasmus*.

A razão de escolha desta casa teve sobretudo a ver com a sua localização: a família já vivia aqui perto, mas a filha mais velha precisava de mudar de escola e queria vir estudar para a escola associada a esta zona. A entrevistada explica que fez uma busca intensa na zona de Telheiras, à procura de uma casa que satisfizesse duas condições – ser comprada em plena propriedade e ter uma boa área – e esta respondia aos dois requisitos.

ALTERAÇÕES AO FOGO

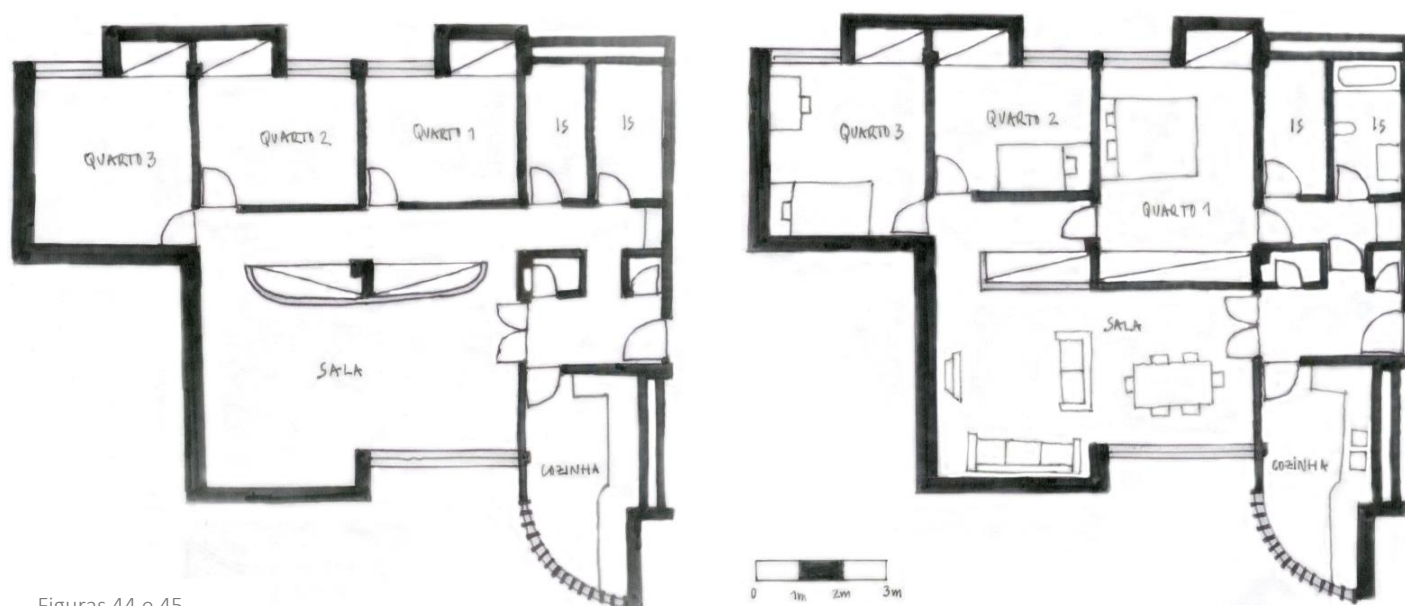
Quando vieram para aqui viver, em 2010, a casa já tinha sofrido algumas alterações, nomeadamente na cozinha: a nível da estrutura, já tinha sido eliminada a separação entre as duas zonas e a nível de acabamentos, tinham sido alterados os revestimentos da parede, chão e armários. Também já tinham sido colocadas duas portas para separar a sala da entrada.

As alterações que a entrevistada operou na casa aconteceram todas no mesmo momento: entre comprar a casa e vir morar nela, ou seja, antes de ter a experiência de viver nesse espaço. Estas alterações consistiram em: aumentar o primeiro quarto, prolongando-o até ao sítio onde estava o armário central da casa; transformar este armário, que tinha um lado convexo, num paralelepípedo, mas mantendo-o sem chegar ao tecto, para permitir a passagem de luz e a sensação de amplitude do espaço (que era a sua intenção original); e mudar o chão de tacos de madeira para soalho flutuante. Na zona das casas de banho, colocou também a porta que as separa da entrada, algo que não existia.

As motivações para estas alterações tiveram principalmente a ver com o desejo de ter um quarto maior do que os desenhados pelo arquitecto (que permitisse também ter um roupeiro maior) e de arranjar mais arrumação no armário central, algo que no entender da entrevistada não era conseguido com o armário curvo. Tudo isto,

⁵⁸ Realizada no dia 4 de Maio de 2017, em casa da entrevistada.

sem comprometer o espaço da sala, que se manteve praticamente com a mesma área. A substituição do chão deveu-se a um problema ocorrido durante as obras.



Figuras 44 e 45 -
Planta original (2011)
e planta actual

Nas casas de banho, já mudou os equipamentos sanitários e as torneiras, mas diz que num futuro próximo gostaria de as alterar ainda mais, primeiro a nível de acabamentos (revestimento das paredes) e disposição dos equipamentos; e em segundo lugar, a nível de estrutura do espaço. Sobre este segundo ponto, mostra-se muito indecisa entre transformar o quarto maior numa *suíte* (algo que tinha pensado como hipótese logo quando fez a obra do quarto) e deixar a outra casa de banho autónoma, para apoio aos quartos mais pequenos e para visitas; ou deixar como está, mantendo o corredor de acesso às duas casas de banho e a possibilidade de andar à volta da casa (ainda que através de um dos quartos), que é uma característica que lhe agrada. Afirma que, se quisesse vender a casa, faria a transformação para *suíte*, mesmo sendo uma casa de banho bastante pequena, por considerar que isso daria valor à casa.

Acrescenta ainda, que quando fizer a obra nas casas de banho, provavelmente aproveita para alterar também as portas – que mandou arranjar quando veio para aqui viver, mas diz que não ficaram bem – e o chão – mostra-se pouco satisfeita com

o soalho flutuante e quer pôr novamente madeira. Num futuro próximo, vai também colocar nova caixilharia nos vãos da cozinha, porque a actual deixa entrar algum frio.

Para nenhuma das alterações efectuadas, teve o aconselhamento de um arquitecto, mas para as hipóteses futuras, mostra-se interessada em ter a opinião de um profissional.

A entrevistada explica que, originalmente, o armário definia um corredor mas, nas suas palavras, *não era aquele corredor completamente definido relativamente à parte social*. Este corredor permitia a comunicação entre os quartos e as casas de banho de forma mais directa, algo que deixou de acontecer depois da alteração efectuada. Assim, na configuração actual da casa, para ir dos quartos mais pequenos até às casas de banho, é preciso passar pela sala e pela entrada. Existe, também, a opção de passar pelo quarto maior que, como a própria diz, *é quase quarto-corredor* – esclarece que essa característica do quarto não a incomoda, uma vez que é apenas o seu filho a utilizá-la.

Neste sentido, questiona se, ao transformar o armário convexo, deveria ter alterado a localização da “porta” (que é apenas uma abertura na parede) para que esta ficasse a meio da sala (em vez de estar na ponta), o que reduziria a distância entre os quartos e as casas de banho. Mas afirma que essa alteração tornaria mais difícil a disposição do mobiliário da sala, pelo que não se mostra muito arrependida de não a ter feito.

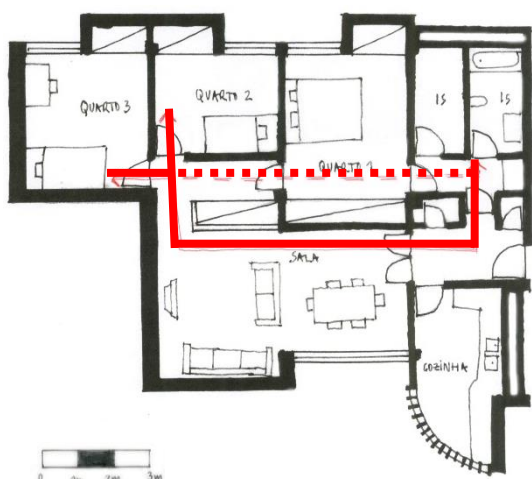


Figura 46 - Esquema de circulação quartos/casas de banho

Figura 47 - Entrada para o quarto 1 (quarto-corredor)

Os restantes espaços da casa estão conforme o desenho original: a entrevistada considera que estão bem assim e que não necessitam de nenhuma alteração.

Figuras 48 e 49 -
Sala actual

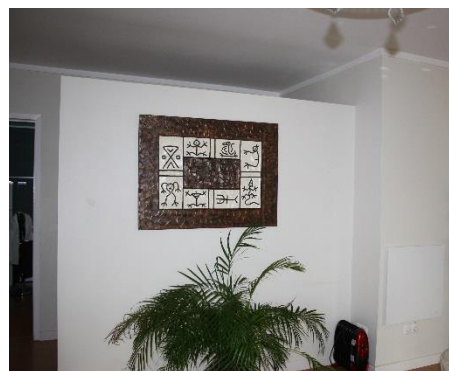
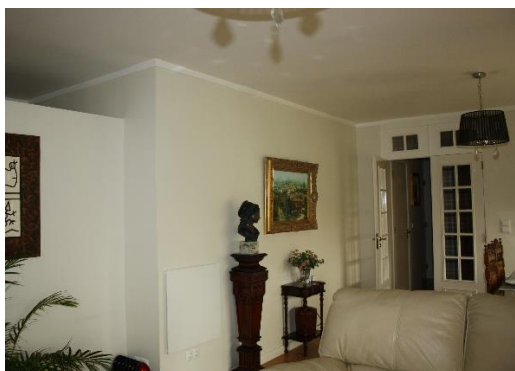


Figura 50 – Cozinha
actual



Figura 51 – Sala
actual (zona de
refeições)



VIDA EM CASA

A falta de espaço para realizar as actividades domésticas de tratamento de roupas é, na perspectiva da entrevistada, um grande problema da casa. No projecto original, a cozinha tinha uma zona concebida para esse efeito mas, mesmo assim, a entrevistada diz que prefere ter uma cozinha maior do que ter essa zona separada. Explica que chegou a considerar colocar um vidro (onde originalmente estava a parede) para distinguir duas zonas dentro da cozinha, mas acabou por desistir, preferindo um espaço sem limitações. Assim, a parte de lavar e secar a roupa (na máquina ou no estendal) faz-se na cozinha, exceptuando quando está a cozinhar algo com mais cheiro: nesse caso têm de retirar a roupa da cozinha; e o trabalho de passar a ferro ocorre na sala, enquanto vê televisão.

As refeições acontecem sempre na sala, por opção, nem sequer têm mesa na cozinha. A sala é também espaço de convívio, de receber visitas, de jogos e, por vezes, de estudo ou trabalho (quando precisam de mais espaço ou quando têm explicações); sendo que o estudo se realiza, normalmente, nos quartos.

Neste momento, como se disse, vivem três pessoas em casa e cada uma dorme no seu quarto. A entrevistada explica que quando a estudante de *Erasmus* se for embora, o seu filho vai passar para aquele quarto, por ser maior, e vai ficar um quarto desocupado, que, provavelmente, será utilizado como quarto de hóspedes ou como escritório.

AValiação DO TRABALHO DO ARQUITECTO E Satisfação COM A CASA

Os defeitos apontados à habitação são o facto de nem todos os apartamentos terem lugar de garagem (esta não tem); o facto de as duas casas de banho estarem ao lado uma da outra e junto à entrada de casa – isto só se tornou um problema depois da alteração que fechou o corredor que fazia a ligação entre os quartos e as casas de banho; e a proximidade às vias rápidas, não tanto pelo ruído (apesar de ter sido colocado vidros duplos e estores com isolamento acústico), mas sobretudo pela poluição causada. Ainda assim, a entrevistada mostra-se muito satisfeita com a sua escolha, tanto há 6 anos atrás, como actualmente. A sua satisfação tem principalmente a ver com a localização da casa: a proximidade a escolas, comércio tradicional, biblioteca, etc; a vegetação existente (salienta o facto das árvores presentes na rua terem quase a mesma altura que o edifício); a exposição solar e a capacidade da casa receber essa luz através de grandes janelas – explica que optou por não subir o armário central até ao tecto exactamente por essa razão, permitindo que a luz recebida na sala passe facilmente para a zona dos quartos.

5.2 EDÍFICIO 2

O segundo edifício em análise é uma das sete torres construídas na célula 8 do Plano de Urbanização de Telheiras, promovidas pela EPUL (1977) e da autoria do arquitecto Sérgio Menezes e Melo⁵⁹.

⁵⁹ No *dossier* do processo de obra não há nenhuma referência ao arquitecto responsável pelo projecto, sendo este atribuído apenas à EPUL.

A análise do projecto original cinge-se apenas à memória descritiva, uma vez que não foi possível estabelecer diálogo com o arquitecto, devido ao seu estado de saúde. Foi também realizada uma entrevista a um dos moradores deste edifício: a entrevistada é do sexo feminino, de nacionalidade portuguesa e tem 69 anos de idade; está reformada mas foi professora de matemática até 2011; é viúva e mãe de dois filhos, que já não vivem consigo.

Figura 52 - Vista aérea do edifício 2 (2016)



Figura 53 - Edifício 2 (2017)



5.2.1 Memória Descritiva⁶⁰

A memória descritiva é muito reduzida e praticamente não refere o interior dos fogos. As plantas que constituem o processo de obra também são muito genéricas, sendo que numa primeira fase (à escala 1/100) não têm qualquer referência à caracterização dos espaços; e só, posteriormente (à escala 1/50), é que têm indicação escrita dos usos previstos.

As sete torres são iguais entre si e caracterizam-se por ter um piso de embasamento que, segundo a memória descritiva, permite:

- 1 – Limitar claramente a área do piso 0;
- 2 – Resolver os problemas da modulação altimétrica imposta pelo plano;
- 3 – Assegurar um espaço de arrumos suplementar, situado ao nível do solo.

⁶⁰ Analisada a par das plantas originais do projecto.

O terceiro ponto é assegurado por arrecadações que servem para guardar *objectos de pouca utilidade (ex.: malas de viagens) e brinquedos de dimensões apreciáveis (ex.: bicicletas) que possam ser utilizados frequentemente pelas crianças, quer no piso vazado, quer no espaço exterior circunvizinho e cujo transporte para os fogos dos pisos mais elevados apresenta sempre dificuldades.*

Por cima deste embasamento, os edifícios têm nove ou dez pisos habitacionais organizados à volta de um núcleo central, onde está localizada uma escada e dois elevadores, e de onde se acede aos fogos de cada piso (dois T2 e dois T4, sempre iguais entre si). Na memória descritiva, existem apenas duas referências ao espaço interior dos fogos, que dizem o seguinte:

Estas torres foram projectadas de acordo com os standards propostos pelas “Instruções provisórias para a categoria habitacional única” (...) a organização interna dos fogos é convencional, apenas se verificando em alguns deles certas variações que se devem ao aproveitamento dos cantos do paralelepípedo circunscrito.

Sendo a EPUL uma empresa pública, tinha obrigação de seguir as instruções do FFH – Fundo de Fomento da Habitação – para a concepção de habitação. O FFH criou a “categoria habitacional única” de forma a unificar a habitação produzida pelo Estado sem considerar a estratificação social⁶¹. E, neste sentido, elaborou, em 1978 (durante o processo de projecto destes edifícios) as “Instruções para Projectos de Habitação Promovida pelo Estado”. Este documento tinha duas funções: apelava ao uso de dispositivos técnicos de construção superiores aos utilizados na época, e estabelecia as áreas mínimas para os diferentes espaços da habitação (Melo, 2013).

Ao nível da expressão arquitectónica do edifício, os quatro primeiros pisos apresentam algumas características diferentes, nomeadamente no que respeita aos cantos (que correspondem às salas); enquanto os restantes pisos têm uma expressão idêntica entre si. Os dois primeiros pisos de habitação são aproveitados em toda a dimensão do paralelepípedo. No terceiro piso, são recortados os quatro cantos, mas são aproveitados como varandas. A partir do quarto piso para cima, os cantos mantêm-se recortados mas já não existem varandas, pelo que os fogos têm menos essa área.

⁶¹ Ao contrário do que tinha acontecido no plano dos Olivais, por exemplo.

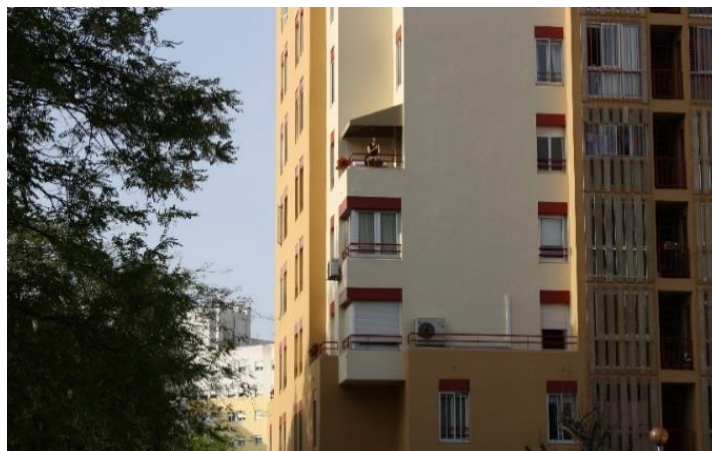


Figura 54 - Pormenor do canto do edifício (2017)

Comparando os fogos deste edifício com os do primeiro edifício analisado, verificamos que os do segundo caso, obedecem a um desenho mais simples e mais “regrado”, não propondo grandes alterações no modo de habitar.

Ao nível da construção, é referido, na memória descritiva, que os apoios verticais estão principalmente concentrados no núcleo central e nas periferias, de modo a promover uma solução que responde a alguns pressupostos que o arquitecto considerou essenciais:

Assim, o utilizador pode alterar ou suprimir paredes interiores sem que isso represente qualquer problema.

Esta afirmação mostra um certo desprendimento do arquitecto em relação do projecto e concede ao habitante, ainda que de forma muito subtil, a liberdade de alterar e adaptar a casa às suas necessidades.

Em relação aos acabamentos e equipamentos, a memória descritiva apenas refere que: *o equipamento fixo a instalar nas cozinhas é bastante reduzido e prevê-se que seja o locatário a completá-lo.* O que mostra o espírito do projecto – que, de certa maneira, foi realizado “pelos mínimos”, de forma a reduzir os custos, passando para os habitantes a responsabilidade de construir/completar algumas partes da casa, como a cozinha ou os armários.

5.2.2 Análise do Conteúdo das Entrevistas Aprofundadas

Entrevista 2.1⁶²

PERCURSO HABITACIONAL

Em 1987, a família, composta pelo casal e dois filhos pequenos, comprou uma casa numa destas torres (T4, no 6º andar). Apesar de não terem conseguido adquirir casa por concurso⁶³, puderam, mais tarde, comprá-la a uma família que a recebeu e não a quis.

Antes de virem para Telheiras, viviam num T1 em Campo de Ourique, que a entrevistada diz que ainda hoje em dia é dos seus bairros preferidos em Lisboa: *Um bairro completo, antigo, lindo, perto da Estrela, centralíssimo, fantástico, e custou-me muito vir para aqui*. Mas, com o nascimento do filho mais velho a casa começou a ser pequena demais para a família. Assim, como existia a possibilidade de comprar casa através da EPUL e Telheiras era um sítio muito calmo e ainda um pouco rural, onde moravam, sobretudo, famílias jovens em início de vida, optaram por vir para aqui:

Foi pelo sítio, era uma pacatez incrível: não havia autocarros, não havia estes cafés, só havia as torres e umas moradias ao início do bairro, perto do Sporting, que também não existia. Não existia nada disto, desta urbanização. Não havia Continente. Eu ia andar de bicicleta aqui para o Eixo Norte-Sul, que eram caminhos de cabras; havia pastores...

Eu fui da primeira geração de jovens famílias que viemos para aqui ter filhos. Agora estão a morar cá principalmente os filhos desta geração: os pais reformaram-se, mudaram de casa, foram para as suas terras de origem e os filhos vieram para este bairro. (...) achamos que este era um espaço verde e ótimo para criar filhos, e eles andavam de bicicleta, iam a pé para a escola. Portanto, foi um bairro muito, muito confortável para viver.

A escolha desta zona teve também a ver com o emprego da entrevistada: nessa altura, estava colocada como professora numa escola aqui perto, o que permitia que fosse a pé ou de bicicleta para o trabalho.

⁶² Realizada no dia 24 de Abril de 2017, em casa da entrevistada.

⁶³ Sistema pelo qual eram distribuídas as habitações da EPUL, devido ao elevado número de interessados.

Vinte anos mais tarde, em 2007, o casal e a filha (o filho já tinha saído de casa) mudaram-se para outra torre, para um T4 na mesma, mas no 2º andar. Depois de se mudarem, a filha só viveu com eles mais um ano, ficando só o casal, até 2015; depois de ficar viúva, a entrevistada passou a viver sozinha, sendo que, como os filhos vivem no estrangeiro, quando regressam a Portugal ficam em sua casa.

A razão da mudança, em 2007, teve a ver, sobretudo, com o ruído, porque na casa anterior os quartos estavam virados para o Eixo Norte-Sul e, ao longo dos anos, o barulho foi-se tornando insuportável. Uma vez que gostavam muito da localização da casa, só queriam mudar para outra na mesma zona, mas numa torre mais afastada do barulho. Como anteriormente moravam no 6º andar (que tinha a sala recortada no canto), interessava-lhes mudar para um dos pisos mais baixos, de forma a ter a sala um pouco maior. E quando todas estas condições se reuniram, em 2007, decidiram mudar:

Um dia vi escritos nesta casa e fiquei louca: primeiro porque tinha verde, não precisava de cortinas, e segundo porque este quadrado (do canto) era útil e ali (na primeira casa) não era; e além disso temos amigos fumadores, e nós também eramos (o meu marido já morreu entretanto) e a mini varandinha, porque isto foi feito assim pelos mínimos, existe, tenho aqui uma e ali outra.

Explica que, no momento da escolha da segunda casa, viram outros edifícios acabados de construir com habitações mais modernas, mas que preferiram manter-se no mesmo sítio a ter uma casa aparentemente melhor. Também é verdade que os filhos estavam a pensar sair de casa e, o espaço que não era muito grande para quatro pessoas, passaria a ser mais que suficiente só para duas.

ALTERAÇÕES AO FOGO

O desenho original das duas casas era exactamente igual, à excepção do canto da sala e das varandas.

Quando se mudaram para a primeira casa, esta já tinha sofrido algumas alterações: o 4º quarto que existia dentro da sala já tinha sido demolido, algo que, segundo a entrevistada, todos os habitantes fizeram; e também já não existia a porta de correr entre os dois quartos mais pequenos⁶⁴ (quartos 3 e 4), tendo sido transformada

⁶⁴ Nas plantas que constam do processo de obra não há referência à porta de correr, sendo os dois quartos desenhados como espaços autónomos.

numa parede. Para além destes aspectos, a entrevistada ainda fez mais alterações durante o período em que morou na casa (1987-2007): aumentou a cozinha, “roubando” uma fatia à sala, de forma a poder colocar uma mesa para tomar as refeições na cozinha, algo que não era possível no desenho original:

Era um corredor com bancada de um lado e parede do outro; e nós não podíamos tomar as refeições lá. E eu gosto de cozinhas com luz, de maneira que já na outra casa, decidi roubar uma fatia à sala para alargar a cozinha, achei fundamental! E ter uma mesa assim ao centro, na cozinha, para tomar as refeições, para ser prático. (...) Então, quando as crianças eram pequenas, aquilo era fundamental, porque os filhos tiveram o privilégio de almoçar todos os dias em casa.

Também alterou a localização da porta do quarto 1, que dava directamente para o corredor e para a porta de entrada em casa, passando-a uns metros para o lado, de forma a ficar com mais privacidade. Alterou ainda o hall dos quartos, eliminando os armários que estavam previstos para essa zona e deixando o espaço aberto: colocou uma secretária com um computador e este espaço era usado pelos pais e pelos filhos para trabalhar ou estudar.

Quando se mudaram para a segunda casa, em 2007, esta também já tinha sido alvo de alterações, nomeadamente, ao nível da assolhada extra na sala que, à semelhança da casa anterior, também já não existia. No período entre a compra da casa e a mudança, efectuaram mais algumas alterações que, como já tinham a experiência da primeira casa, foram muito semelhantes às que já tinham feito, numa tentativa de reproduzir o mesmo modo de habitar, com o qual estavam satisfeitos:

(...) quando cheguei aqui, apesar dos filhos já estarem crescidos, não me consegui imaginar outra vez numa cozinha pequena. (...) e agora, que estou com 4 netos, estou encantada de ter esta solução.

Assim, voltaram a aumentar a cozinha, mas desta vez, como existia uma janela com uma pequena varanda na sala, optaram por aumentá-la até aí (passando a janela para a cozinha), mas sem seguir a direito: criando uma reentrância que, na sala, é utilizada como cantinho da música. Na cozinha, também alteraram a marquise: foram retiradas as portas e colocado um vidro a fazer a separação ao nível da bancada, para o espaço não *parecer tanto uma marquise*. Explica que considerou fazer uma alteração mais de fundo na cozinha, transformando-a num *open space*, mas acabou por desistir da ideia por considerar que tinha mais inconvenientes do que vantagens.

À semelhança da primeira casa, fecharam a porta de correr que existia entre os dois quartos pequenos, que aqui ainda se encontrava original e à qual a entrevistada atribuí uma possível função:

Portanto devia ser: se fosse o quarto dos pais era para as crianças, ou se fosse de filhos era para comunicar... Mas, depois, não podia fazer nada se tivesse aqui uma porta de correr, bem larga ainda, tudo o que encostasse lá, não dava.

Voltaram, também, a mudar a localização da porta do quarto 1, exactamente como já tinham feito. Nesta casa, alteraram ainda a porta da despensa, colocando-a a abrir para fora. E foram postos roupeiros novos:

(...) mandei fazer, e desenhei estes puxadores sem pega-mãos, que também me deu conforto. São pequenas coisas que a mim me deram prazer.

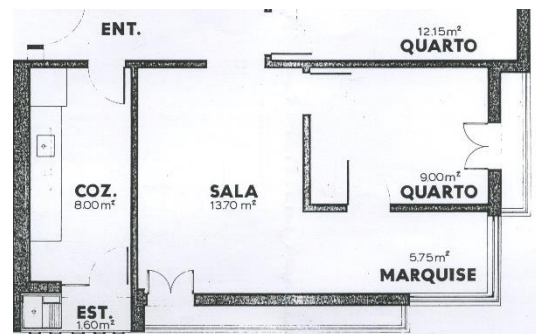
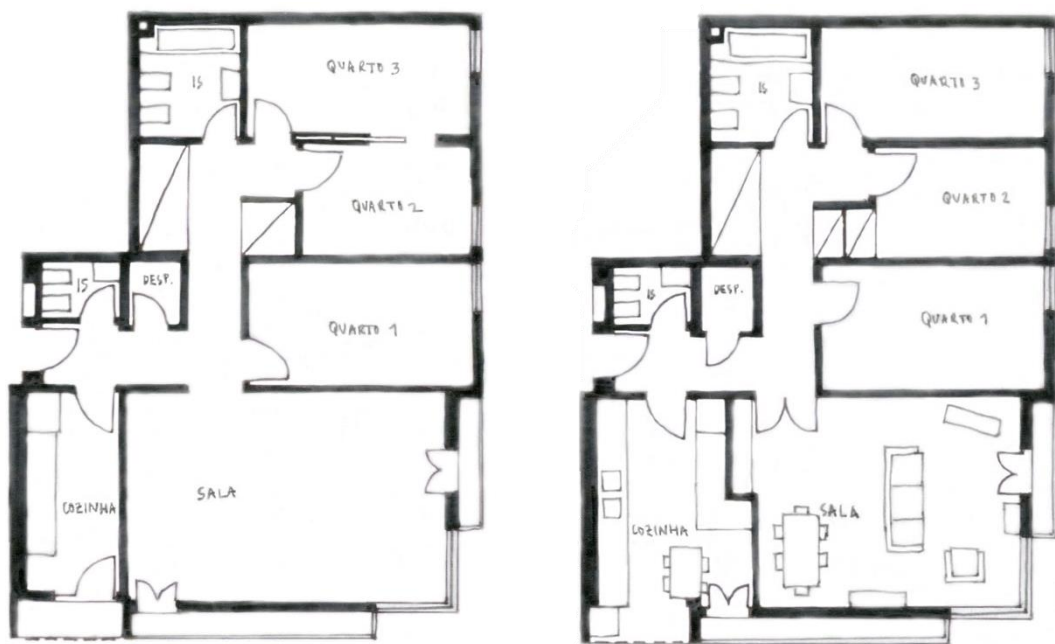


Figura 55 - Pormenor da planta original



Figuras 56 e 57 - Planta original (2007) e planta actual

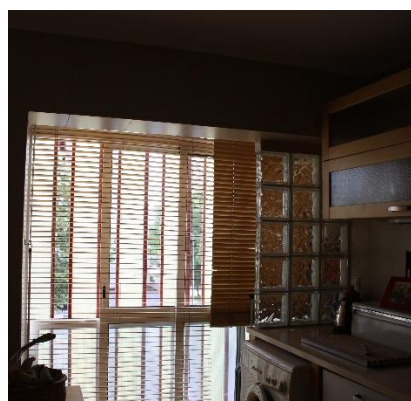


Explica que hesitou em partir a parede que separa a casa de banho mais pequena da despensa, para ficar com uma casa de banho maior e poder colocar uma banheira, mas acabou por não fazer essa alteração, por considerar que o espaço da despensa também era essencial. Mas afirma, que se fosse para vender a casa alteraria, pois o facto de ter duas casas de banho com banheira a tornaria mais “atractiva”. Ainda sobre as casas de banho, refere que poderia fazer sentido colocar um duche na casa de banho mais pequena, para facilitar quando estão mais pessoas em casa, mas como a maior parte do tempo vive sozinha, não considera uma alteração suficientemente importante.

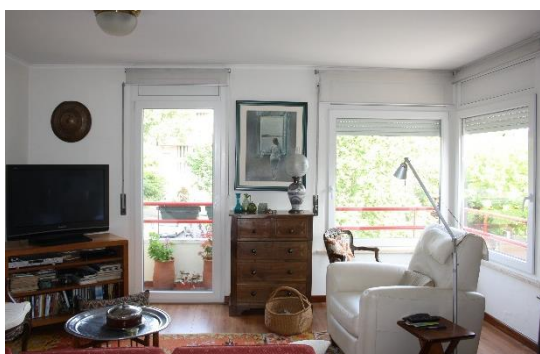
Na sala, não tendo alterado nada, ganhou mais área em relação à primeira casa:

(...) ganhei este canto, que parecendo que não, é muito bom. Porque as salas são anestéticas, porque têm um ângulo, é muito estranho...

Depois de vir para aqui viver, não alterou mais nada, a não ser o chão, devido a uma inundação, e afirma, que não quer nem precisa de alterar mais nada.



Figuras 58 e 59
- Cozinha actual



Figuras 60 e 61
- Sala actual

VIDA EM CASA

As actividades domésticas de tratamento de roupas – lavar, secar e passar a ferro – acontecem todas na cozinha. As refeições são maioritariamente também na cozinha, só quando têm visitas é que utilizam a sala (filhos e netos não são considerados visitas).

A sala é o espaço preferencial para conviver em família e para receber visitas; e também é aqui que a entrevistada passa os serões quando está sozinha – a ver televisão, a ler o jornal ou a ouvir música.

Na segunda casa, apesar de estar sozinha, os quartos mantêm-se todos como espaços de dormir para receber os filhos quando vêm a Portugal. No entanto, um deles foi adaptado para ter uma zona de escritório. Apesar de existir esta zona de trabalho, a entrevistada explica que prefere utilizar a mesa da cozinha para esse efeito, por causa das condições de luminosidade (a cozinha está exposta a Sul). Para além disso, também utiliza esta zona para realizar os seus hobbies de trabalhos manuais:

Faço da cozinha, que não é assim tão grande, um local de bricolage, gosto de me sentar ali com sol e costurar (que é um dos meus hobbies), ou fazer outras coisas.

Enquanto os filhos eram pequenos, estudavam nos quartos ou na secretária que estava no hall que lhes dá acesso, isto na primeira casa. E brincavam sempre na rua: mais pequenos no piso vazado, que está circundado pelas arrecadações e que cria um espaço exterior protegido e, mais velhos, brincavam em todo o bairro:

Mas foram criados completamente na rua, a ir ter com o vizinho do lado, isso é que foi fantástico! (...) Eu costumava dizer, quando alguém vinha a minha casa, que a melhor assolhada destas casas era a exterior.

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DO ARQUITECTO E SATISFAÇÃO COM A CASA

A entrevistada considera que o desenho original da casa tinha vários defeitos, nomeadamente, o quarto que se encontrava dentro da sala e que tinha duas portas de acesso. Afirma que não conhece nenhuma habitação naqueles edifícios que ainda conserve esse espaço:

Eles até puseram duas portinhas e tudo nessa mini-assolhada, era a desculpa do escritório, portanto era uma sala com um escritório: mas

acabou por não funcionar, porque deitando as paredes abaixo, quem quiser compra uma escrivaninha e fica lá com um escritório dentro, sem aqueles muros.

Para além deste aspecto, considera que as áreas eram bastante pequenas e que os acabamentos eram de fraca qualidade: por exemplo, o desenho previa apenas o espaço para os roupeiros, mas eles não estavam construídos. Afirma que eram casas feitas com os mínimos e com bastantes erros. Neste sentido, refere uma outra tipologia de habitações parecidas com estas, mas noutra edifício:

Olhe, há para aí umas casas, não é o caso destas, em que faziam a seguinte asneira horrorosa: uma casa de banho tinha lavatório e bidé, sem sanita e a outra, ao lado, tinha banheira e sanita – onde é que isto já se viu, onde?! Por muito pequena que seja a segunda casa de banho, pelo menos sanita têm que ter as duas, porque numa casa onde cabem 4 pessoas, era fundamental. Muitos erros dessa natureza.

Apesar de todos estes aspectos negativos, a entrevistada considera que, no contexto da filosofia do projecto – casas para uma população jovem com pouco dinheiro – não era exigido mais do que o desenho oferecia. E que o edifício tinha alguns vantagens, nomeadamente o facto de já ser uma construção anti-sísmica, o que também pesou na escolha da habitação. Actualmente, ao fim de quarenta anos, diz que quase não tem problemas ao nível da construção (humidades, etc), o que mostra a qualidade desta.

Afirma que, hoje em dia, se encontra satisfeita com a sua casa porque, mesmo sabendo que ela não é perfeita, já se adaptou ao espaço e à maneira de viver. As suas características preferidas são a localização e a grande exposição solar da casa (Nascente-Sul). Como falha, aponta apenas os aspectos térmicos da segunda casa, pois ao fazer as obras não se lembrou de pensar nisso e, hoje em dia, sente falta de dispositivos de aquecimento e arrefecimentos.

5.3 CONCLUSÕES

Depois da análise das memórias descritivas, das plantas e das entrevistas realizadas, é possível estabelecer algumas conclusões. É importante referir que, dada a especificidade do tema e o reduzido número de entrevistas, estas conclusões não podem ser generalizadas, mas que esse também não era o objectivo da investigação.

Em primeiro lugar, é importante referir a pobreza das memórias descritivas: são documentos muito simples, de onde se retiram apenas informações genéricas sobre os projectos. Este facto tornou-se uma limitação, principalmente no segundo edifício, porque não tivemos possibilidade de falar com o arquitecto.

Em segundo lugar, concluímos que o trabalho do arquitecto, nomeadamente na concepção de habitação, nunca depende apenas da sua vontade: está sempre condicionado por diversos factores (neste caso, o Plano de Urbanização de Telheiras, o RGEU e as regras impostas pela EPUL). Assim, parece-nos que a verdadeira dimensão do trabalho se vê na forma com o arquitecto resolve estas limitações. O arquitecto Rodrigo Rau afirma que estes factores externos, nomeadamente o RGEU, são limitativos da concepção arquitectónica. Isto, porque o regulamento estabelece áreas mínimas para os diferentes espaços da casa e não permite a criação de um espaço amplo “por definir” que, na opinião de Rau, seria a solução ideal.

Na nossa perspectiva, e a partir das entrevistas realizadas, esta solução de “casa inacabada” não é a ideal, nem é a que os habitantes procuram: estes preferem espaços definidos, capazes de suportar diferentes usos.

Ao nível do projecto original dos fogos dos dois edifícios, e fazendo uma comparação entre eles, podemos afirmar que, embora tenham ambos uma matriz moderna, o primeiro edifício tem um desenho mais inovador, no sentido que propõe uma alteração ao modo de habitar convencional – ao desenhar a sala como um espaço aberto que se confunde com a circulação, em vez do corredor tradicional. A partir da análise das entrevistas realizadas neste edifício, percebemos que a configuração inovadora da planta foi recebida de maneiras muito distintas pelos habitantes: uns, preferiram fechar a sala, de modo a obter uma configuração “mais normal” e outros, mostram-se satisfeitos com o espaço original. Por outro lado, os fogos do segundo edifício seguem uma lógica mais “normal” de compartimentação dos espaços. O aspecto mais diferente deste projecto era a forma das salas (com o recorte no canto) e a existência de um quarto dentro deste espaço (podemos assumir que a sua função seria de escritório). Pela entrevista realizada, vimos que este quarto foi eliminado em praticamente todas as habitações, de forma a terem uma sala maior. O que nos leva a concluir que o desenho estava de algum modo desajustado das necessidades dos habitantes.

Da perspectiva do indivíduo, a escolha da casa também está relacionada com factores “externos” ao espaço, como o custo, a localização, etc. Em todas as entrevistas realizadas, o aspecto mais valorizado das casas foi sempre a sua localização. Uma das entrevistadas afirmou sobre a sua casa: *se tivesse noutra zona*

da cidade, se calhar ia encontrar mais defeitos (entrevista 1.2). Embora no início da investigação, este parecesse um aspecto secundário, concluímos, agora, que é essencial: é quase impossível pensar a casa em abstracto, sem estar relacionada com o local onde se encontra. Nestes casos, o aspecto valorizado relaciona-se com o carácter de bairro que Telheiras tem: um espaço com uma escala próxima, com acesso a diversos equipamentos (escolas, biblioteca, etc) e que permite que as crianças brinquem na rua em segurança.

Outro aspecto comum às várias entrevistas, e talvez o que melhor justifique as alterações efectuadas, tem a ver com a relação entre as transformações e o número de habitantes: concluímos que quando existe uma sub-ocupação da casa (menos indivíduos do que a capacidade da habitação), existe também uma maior satisfação com ela e, conseqüentemente, uma menor necessidade de alterar o espaço. Podemos atribuir esta satisfação a uma maior flexibilidade associada à habitação, pois há mais espaços sem uma utilização definida, permitindo diversos usos. Isto verificou-se nas várias entrevistas em que o número de habitantes se alterou ao longo do tempo – principalmente, no caso de filhos que saíram de casa. Nestes casos, as alterações foram sempre efectuadas quando a casa ainda era ocupada por um maior número de pessoas. Mas a entrevista que melhor espelha esta relação é a 1.2, por ser apenas um casal a habitar a casa: estes indivíduos foram os que se mostraram mais satisfeitos com o espaço de acordo com o seu desenho e intenções originais. Pensamos que, para além da sub-ocupação, esta satisfação tem a ver com a profissão da entrevistada: o facto de ser arquitecta permite que tenha um “duplo olhar” sobre a casa: o olhar de habitante que vive o espaço, e o olhar de arquitecta que concebe o espaço e percebe as intenções subjacentes ao desenho.

Revelou-se muito interessante uma diferença apontada em várias entrevistas entre a casa para uso pessoal e a casa para vender: no sentido de possíveis alterações a realizar, os habitantes explicaram que sendo a casa para seu uso não as pensam fazer mas, se a casa fosse para vender, já as fariam. Esta diferença tem a ver com uma necessidade de resposta às exigências do mercado imobiliário e uma tentativa de aproximação à “casa ideal”.

Da análise da vida quotidiana no espaço doméstico, não se verificam alterações de relevo aos usos previstos para os espaços. Os habitantes demonstram uma grande capacidade de adaptação, sempre que o espaço não permite a realização das actividades como eles gostariam. Por exemplo, os habitantes que preferiam tomar as refeições na cozinha, adaptaram-na para que isso fosse possível.

Apesar de conseguirmos encontrar aspectos comuns a todas as entrevistas, estas são muito diferentes entre si, mesmo quando o ponto de partida é igual: o mesmo edifício e a mesma origem socio-económica. O que nos leva a concluir que a relação com a casa é algo muito pessoal, depende de cada indivíduo e de cada família. Percebemos também que esta relação vai crescendo com o tempo, e que existe uma adaptação do indivíduo à casa, isto é, o indivíduo adapta-se e habitua-se a um certo modo de habitar que, normalmente, se baseia no que ele já conhece – os indivíduos gostam do que já conhecem, ainda que não saibam bem explicar porquê. Em relação às alterações efectuadas pelos habitantes, verifica-se o estabelecimento de uma hierarquia baseada nas preferências de cada indivíduo/família, uma vez que não é possível terem tudo o que gostariam.

6. CONCLUSÃO FINAL

Esta dissertação propunha investigar um tema complexo – relacionar o espaço construído com a sua vivência, no contexto da habitação – e não tinha como objectivo ser uma investigação exaustiva, nem chegar a uma generalização sobre o tema. Neste sentido, e como referido nas conclusões do capítulo anterior, é importante ressaltar que as conclusões apresentadas também não pretendem ser essa generalização.

O tema da habitação, quer seja a sua concepção pelo arquitecto ou a sua vivência pelo habitante, nunca pode ser analisado em abstracto, ou seja, é preciso ter em conta o contexto em que está inserido. Relacionado com isso, e a partir das entrevistas realizadas, percebemos que para os habitantes a localização da casa é o factor mais importante no momento da escolha e no grau de satisfação com esta.

A distinção inicial entre espaço construído e espaço vivido mostrou-se verdadeira, na medida em que representa as duas partes responsáveis pela construção da casa. A primeira, é da responsabilidade do arquitecto, que deverá procurar ajustar o desenho à realidade dos futuros habitantes, dando-lhes espaço para que também possam participar, futuramente, na construção da casa. A segunda parte, é da responsabilidade dos habitantes e distingue-se em dois níveis: um primeiro, de relação pessoal com o espaço, através da sua apropriação sentimental. Neste nível, a habitação adquire as propriedades de *casa* e ganha, para o indivíduo, uma dimensão simbólica, deixando de ser apenas espaço físico; o segundo nível, tem a ver com a apropriação criadora do espaço: esta pressupõe a adaptação e transformação do espaço às necessidades dos indivíduos e depende do grau de liberdade que o espaço permitir, assim como da capacidade económica do indivíduo.

Outra das razões para esta distinção se ter mostrado verdadeira tem a ver com a verificação de uma não correspondência entre espaço construído e espaço vivido, no contexto de habitação colectiva. A “culpa” deste facto pode ser atribuída, em parte, aos arquitectos, ao optarem por desenhar propostas inovadoras, ignorando o conhecimento que têm, ainda que reduzido, acerca das preferências e modos de habitar dos futuros habitantes. Perante esta situação, estes vêem-se “forçados” a transformar o espaço para que este responda às suas necessidades e desejos. A adaptação e transformação do espaço por parte dos indivíduos também tem por base a tentativa de aproximação à *sua* casa ideal.

Difícilmente este desajuste será totalmente resolvido, mas poderá ser atenuado e, para isso, a maior responsabilidade está do lado dos arquitectos. Uma possível resposta, para além de um esforço dos arquitectos por adequarem as suas propostas ao conhecimento que têm dos futuros moradores, seria a criação de espaços que se adaptam a diferentes usos, quase sem precisar de se transformar e sem perderem a sua identidade. Defendemos esta definição de flexibilidade, por oposição a uma flexibilidade activa, que pressupõe a alteração física do espaço, porque, na segunda definição, é muito difícil os espaços manterem a sua identidade, o que faz com que também seja difícil para os indivíduos identificarem-se com eles e, conseqüentemente, apropriarem-nos.

Sendo esta uma preocupação, à partida, já presente, depois do trabalho realizado tomámos consciência de que é urgente uma aproximação da Arquitectura ao seu centro: as pessoas. Esta aproximação só pode acontecer através de cada arquitecto em concreto: é preciso que estes não queiram apenas ser estrelas, com os seus projectos expostos em revistas, mas que se interessem verdadeiramente por aqueles para quem constroem. E isso implica um certo desprendimento da sua obra, percebendo que a construção da habitação não acaba no momento de concepção, mas que aí, então, começa uma nova fase, tão importante como a primeira. Assim, não chega que os arquitectos se preocupem, apenas, com a sua parte e depois do projecto estar construído, nunca mais lá voltem – é preciso voltar, observar, perguntar, para saber como é que os indivíduos habitam o espaço, de que maneira se apropriam dele e com que motivações o alteram. Todas estas informações serão importantes para a formação do arquitecto, enquanto tal e para os seus projectos futuros.

Neste sentido, é, também, importante desenvolverem-se mais as investigações de carácter interdisciplinar, onde sejam analisadas, quer as concepções dos arquitectos, quer as formas de apropriação feitas pelos moradores.

A investigação realizada representa apenas uma possibilidade, entre muitas, de como investigar este tema. Neste sentido, parece-nos ser um assunto inesgotável, que poderá ser abordado de diferentes maneiras e aplicado a diferentes objectos.

Da mesma forma, como esta investigação veio consolidar uma preocupação já há muito presente na autora, espera-se que possa acontecer o mesmo a outros arquitectos (e não arquitectos) que leiam o trabalho, no sentido de uma maior consciencialização acerca da finalidade da Arquitectura: a criação de espaço habitado, que responda às necessidades dos indivíduos concretos.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2016) *A Casa de Quem Faz as Casas - A Casa que Nós Somos*. Cardume Editores.
- Abreu, P. M. (2007) *Palácios da Memória II - A Revelação da Arquitectura*. FAUL.
- Bachelard, G. (1989 [1957]) *A Poética do Espaço*. Martins Fontes.
- Bandeirinha, J. A. (2007) *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Universidade de Coimbra.
- Barreto, A. (1996) «Três Décadas de Mudança Social», em *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Benevolo, L. (1989) *História da Arquitectura Moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Cabrita, A. M. R. (1995) *O Homem e a Casa: definição individual e social da qualidade da habitação*. Laboratorio Nacional de Engenharia Civil.
- Coelho, A. B. (1998) «Apropriação e satisfação residencial», *Sociedade e Território*, 25/25, pp. 140–149.
- Coelho, A. B. (2010) *Habitação em Lisboa: Memória do GTH – 50 ANOS*, *Infohabitar*. Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.pt/2010/06/habitacao-em-lisboa-memoria-do-gth-50.html> (Acedido: 8 de Março de 2017).
- Coelho, A. B. (2011) *A apropriação e a arquitectura do habitar*, *Infohabitar*. Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.pt/2011/10/apropriacao-e-arquitectura-do-habitar.html> (Acedido: 25 de Março de 2017).
- Colquhoun, A. (2002) *Modern architecture*. Oxford University Press.
- Cooper-Marcus, C. (1995) *House as a mirror of self: exploring the deeper meaning of home*. Conari Press.
- Corbusier, L. (1981) *Por uma arquitetura*. Perspetiva.
- Corbusier, L. (1993 [1941]) *A Carta de Atenas*. Edusp.
- Cruz, M. (2006) «Construir a casa: Elementos exploratórios para a compreensão dos conteúdos, do contexto e do processo de concepção arquitectónica da habitação unifamiliar», *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, (16), pp. 231–250.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001). Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.

Dicionário de Sociologia (1982). Verbo.

Dovey, K. (1985) «Home and Homelessness», em *Home Environments. Human Behavior and Environment: Advances in Theory and Research*. New York: Plenum Press, pp. 33–54.

Duplay, C. e Duplay, M. (1982) *Méthode illustrée de création architecturale*. Paris: Editions du Moniteur.

Fernandes, J. M. (1993) «Raul Lino - da Arte Nova Portuguesa às Casas Portuguesas», em *Raul Lino: 3 depoimentos em 1993*. AEFA.

Ferrão, J. (1996) «Três Décadas de Consolidação do Portugal Democrático “Moderno”», em *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Ferreira, A. C. (2005) «Famílias e Habitat : Dinâmicas Sócio-Demográficas, Valores e Formas de Apropriação do Alojamento», *Cidades, Comunidades e Territórios*, 11, pp. 83–102.

Flamínio, I. (2006) «O Espaço da Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana. Modos de Vida e Apropriação do Espaço», *Sociologia - FLUP*, pp. 251–277.

Frampton, K. (1985) *Modern architecture: a critical history*. Thames and Hudson.

Gonçalves, T. M. (2014) «Habitar. A casa como contingência da condição humana», *Invi*, 29(80), pp. 83–108.

Guerra, I. (1997) «Um olhar sociológico sobre o alojamento», *Sociologia - Problemas e Práticas*, pp. 165–181.

Hertzberger, H. (1991) *Lessons for Students in Architecture*. 010 Publishers.

Koolhaas, R. (1997) *S, M, L, XL, S, M, L, XL*. 010 Publishers.

Korosec-Serfaty, P. (1985) «Experience and Use of the Dwelling», *Home Environments Human Behavior and Environment. Advances in Theory and Research*, 8, pp. 65–86.

Lima, A. (2012) *Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor*. FAUP.

Lino, R. (1933) *Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*. Valentim de Carvalho.

Lino, R. (1945) «Vicissitudes da Casa Portuguesa nos últimos cinquenta anos», em *Casas Portuguesas*. Valentim de Carvalho.

Mallgrave, H. F. (2005) *Modern Architectural Theory: A Historical Survey, 1673-1968*. Cambridge University Press.

BIBLIOGRAFIA

- Mattoso, J. (1993) *História de Portugal*. Editorial Estampa.
- Melo, S. J. R. de M. e (2013) *Telheiras - Conteúdo e Continente*. IST.
- Montaner, J. M. (2001) *Depois do movimento moderno: arquitectura da segunda metade do século XX*. Editorial Gustavo Gill.
- Nunes, J. P. S. (2003) «Estratégias arquitectónicas, tácticas habitacionais», em *Etnografias Urbanas*. Celta.
- Nunes, J. P. S. (2007) *À escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*. CML.
- Pais, J. M. (2006) «A minha casa é um mundo: os sem-abrigo», em *Nos Rastos da Solidão, Deambulações Sociológicas*. Porto: Ambar.
- Paiva, A. A. e (2002) *Habitação flexível - Análises de conceitos e soluções*. FAUL.
- Pereira, N. T. (1998) «A Arquitectura do Regime: 1938-1948», em *Arquitectura do Século XX – Portugal*. Prestel.
- Pereira, S. M. (2012) *Casa e Mudança Social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa*. Caleidoscópio.
- Perrot, M. (2009) *História dos Quartos*. Teodolito.
- Portas, N. (1998) «A Arquitectura da Habitação no Século XX Português», em *Arquitectura do Século XX – Portugal*. Prestel.
- Proença, M. C. O. (2011) *A Cidade e o Habitar no Pensamento de Henri Lefebvre*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, I. (1994) «Raul Lino: nacionalismo e pedagogia», *Revista da Faculdade de Letras: Filosofia*.
- Salvado, A. S. e M. (2004) «Espaço Doméstico: Contributos para uma leitura integrada de Habitat», *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*, pp. 10–19.
- Silva, C. N. (1994) *Política urbana em Lisboa, 1926-1974*. Livros Horizonte.
- Silva, R. C. e (2016) *A Casa como Reflexo da Sociedade. Lisboa no Século XX*. FAUL.
- Silva, R. H. da (1998) «A Casa Portuguesa e os novos programas: 1900-1920», em *Arquitectura do Século XX – Portugal*. Prestel.
- Simões da Silva, A. C. (2014) *A casa do Homem: A máquina de Habitar na Arquitectura de Le Corbusier*. FAUP.
- Stanek, L. (2013) «Henri Lefebvre: for and against the “user”», em *Use Matters: An*

Alternative History of Architecture. Routledge.

Tostões, A. (1998) «Modernização e Regionalismo: 1948-1961», em *Arquitectura do Século XX – Portugal*. Prestel.

Tostões, A. (2006) «Lisboa e Tejo e tudo...», em *Atlas Urbanístico de Lisboa*. Argumentum.

Toussaint, M. (1993) «A propósito de Casas Portuguesas», em *Raul Lino: 3 depoimentos em 1993*. AEFA.

Toussaint, M. (2009) *Da arquitectura à teoria e o universo da arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*. FA.

Zevi, B. (1973) *História da arquitectura moderna*. Arcádia.

ANEXOS

ANEXO I – Entrevistas

Guião entrevista aos habitantes

Guião entrevista ao arquitecto

Edifício 1: Arquitecto Rodrigo Rau

Entrevista 1

Entrevista 2

Entrevista 3

Edifício 2: Entrevista 1

ANEXO II – Elementos dos projectos originais

Edifício 1: Plantas

Memória Descritiva

Edifício 2: Plantas

Memória Descritiva

ANEXO I

GUIÃO DA ENTREVISTA AOS HABITANTES

1. Caracterização do entrevistado

Idade:

Sexo:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Profissão:

2. Percurso habitacional do entrevistado

- Em que ano veio viver para esta casa?

- Porque é que veio para aqui morar?

- Porque é que escolheu esta casa?

3. Caracterização do agregado doméstico

- Com quem veio morar para esta casa?

- Alguém já não mora? Quando saíram e porquê?

- Com quem vive agora? Quais as suas idades e profissões?

4. Alterações ao fogo

- Que alterações fez na casa?

(Deixar responder livremente e só depois falar nas hipóteses)

ANEXOS

- > Obras de manutenção de espaços existentes: cozinha, casas de banho, pinturas, etc.
- > Compartimentação de espaços existentes.
- > Ligação entre espaços.
- > Criação de novos espaços e eliminação de espaços existentes.

- O que o motivou a fazer essas alterações?

(Deixar responder livremente e só depois falar nas hipóteses)

- > Alteração do agregado doméstico.
- > Diferente distribuição das tarefas domésticas.
- > Necessidade de mais privacidade.
- > Necessidade de separação entre adultos e jovens.
- > Novas exigências de salubridade e de conforto.
- > Novas exigências de espaço para arrumação.

- O que ainda gostaria de alterar na sua casa? Porquê? Porque motivo ainda não o fez?

5. Caracterização da vida em casa

- Em que espaços é que desenvolve estas actividades?

(Percorrer as várias hipóteses e desenvolver a conversa a partir das respostas)

- > Actividades domésticas: estender a roupa, passar a ferro, etc
- > Refeições
- > Dormir
- > Descansar
- > Convívio em família
- > Receber visitas
- > Trabalhar
- > Estudar (crianças)
- > Brincar (crianças)

6. “Avaliação” do trabalho do arquitecto

- Acha que a sua casa foi bem desenhada pelo arquitecto?

- Que aspectos, na sua opinião, estão mal pensados/desenhados?

7. Satisfação com a casa

- Está satisfeito com a casa que agora habita?

- O que gosta mais e menos?

- Se fosse hoje, voltaria a escolher a mesma casa?

GUIÃO DA ENTREVISTA AO ARQUITECTO

Quais eram os objectivos/filosofia do projecto?

Quais eram as intenções do projecto?

O que é que era diferente nestas habitações?

Quais os aspectos principais que determinaram o desenho da casa?

Conseguiu alcançar o que queria?

O que é que lhe foi imposto (pela CML, pela EPUL...)?

Que liberdade teve ao projectar este conjunto de edifícios e as próprias habitações?

Para quem eram destinadas estas casas?

O desenho da casa foi pensado para esta população específica?

De que forma é que isso se manifesta?

Como é que sabia o que este tipo de população queria/precisava?

Era importante, para si enquanto arquitecto, saber para quem eram as casas que estava a projectar?

Viveria numa destas casas?

Alguma vez voltou ao edifício depois de construído? E entrou nalguma das habitações? Que percepção teve?

Qual era a intenção dos espaços exteriores entre os edifícios?

ENTREVISTA AO ARQUITECTO RODRIGO RAU (Realizada no dia 3 de Maio)

Na altura (1983) trabalhava para a EPUL, certo?

Exacto. E a EPUL fazia habitação para vender com, enfim, com uma categoria média, não eram habitações de luxo; tinham umas áreas mais ou menos, que a administração estabelecia e nós dentro disso tínhamos de fazer o projecto. Por outro lado, havia um plano de urbanização de Telheiras, que data, não sei bem se é 1975, 74, que era feito pelo arquitecto Pedro Vieira de Almeida, e esse plano definia as vias e definia a volumetria dos edifícios. Por isso, quando esse projecto me foi dado havia uma banda aí desenhada com um determinado número de pisos, que são os pisos mais ou menos que isto tem, e havia um programa feito mais ou menos pela administração. Esse programa era fogos, era a tipologia e era mais ou menos as áreas. E partir daí fazíamos o projecto, esse projecto depois era apreciado na fase de ante-projecto, e depois se fosse aprovado ou fosse necessário algumas alterações, continuava-se com o projecto.

O público-alvo da EPUL, aqui na zona de Telheiras, eram principalmente famílias jovens?

Eram famílias jovens, famílias jovens e... pronto, mais ligadas ao terciário, por isso eram jovens arquitectos, jovens engenheiros, jovens juristas, mais ou menos isso.

E de que maneira é que isso tinha, ou teve, influência no desenho dos fogos?

No desenho dos fogos... São jovens, por isso o objectivo era ter uma sala, dentro das áreas possíveis, o maior possível; aí houve a preocupação deste elemento que está no corredor, é um elemento que não vai até ao tecto e por isso dá um espaço maior à zona de sala; depois era ser o que é normal nos fogos: ter uma cozinha perto da zona de comer, ter um estendal, uma zona onde se lavava a roupa e estendia-se, e depois um quarto maior, e depois um ou dois quartos mais pequenos, para filhos, ou para familiares; depois cada quarto convinha ter um roupeiro também. E no essencial era isso.

Aqui há uma questão, que foi o partir deste projecto, que é um edifício em cruz, em que depois se ia repetindo sempre essa cruz, no fim de contas, para, como é que hei-de dizer... para evitar ser um edifício... haver uma maior densidade de fogos sem

aumentar o número de pisos. Porque, enfim, se fosse só com uma banda rectangular acabava por não ter estes fogos que saem da cruz; e eu assim consigo maior densidade, dentro dos parâmetros que estavam mais ou menos definidos.

Neste fogo aqui, que é um T4, o 4º quarto que dá directamente para a sala, seria pensado como um quarto de dormir ou como um escritório?

Pois, esse quarto aí, como vê tinha uma porta de correr... o objectivo era ser um escritório, ser um escritório, ser uma zona ligada à sala: uma zona de televisão, sei lá, uma zona qualquer assim, que se pudesse isolar do resto.

Para si, enquanto arquitecto a projectar, era importante saber para quem eram as casas que estava a desenhar?

Sim, sim. Sim, porque como lhe disse, havia um programa, já estava definido o tipo de gente para quem a EPUL vendia, havia preços estabelecidos: os fogos não podiam custar mais que, enfim, que um preço... daí a questão das áreas, que era muito importante. E depois, quer dizer, na concepção não houve propriamente... não se define na concepção por ser para o tipo de pessoa... pronto, são coisas mais ou menos da arquitectura moderna; e que, em princípio, todas as pessoas mais ou menos gostam.

Por isso, eu não sei se depois a EPUL fez algum estudo sobre o tipo de gente a quem vendeu isso. Sei que isso se vendeu bem, agora a quem, não sei. Talvez consiga saber isso nos arquivos da EPUL ou coisa assim, não faço ideia...

Quais eram os princípios base que definiram o projecto geral e depois os fogos em específico: o que é que estes fogos tinham de diferente, se é que tinham alguma coisa?

De diferente não havia nada, como lhe disse, havia um núcleo central em que tem a escada e os elevadores, e ligado a esse núcleo tem a ligação a quatro apartamentos por piso. Esses apartamentos, normalmente têm a zona de águas sempre situada simetricamente: há a zona da cozinha e depois o oposto tem sempre uma zona dos sanitários, isto para facilitar tudo o que seja esgotos e canalizações, etc. Tudo isso se situa mais ou menos na zona do núcleo central da escada, enfim, para economizar e para centralizar tudo o que são as condutas, quer sejam, penso que este até tinha também condutas de lixo, tudo o que são as ligações verticais num edifício de vários pisos; por isso você aí tem sempre, em cada canto deste quadrado, as fugas de ventilação e a tubagem de esgotos, quer seja as pluviais que vêm do telhado, quer seja as das sanitas.

E ficou satisfeito com o resultado?

Um arquitecto nunca fica satisfeito; fica satisfeito mas depois da próxima vez já vai fazer diferente. Mas sim, mais ou menos, penso que foi um projecto que correu bem, quer seja a nível comercial quer seja na construção; penso que foi um programa que nunca deu dificuldades a nível construtivo, de impermeabilizações mal feitas e coisas desse tipo, isolamentos, etc. E pronto, foi feito também com os materiais que era possível dado o preço com que isso se tinha que ser manter: a nível de revestimentos foi só pinturas, caixilharia de alumínio e mais nada, não se foi para revestimentos de pedra ou cerâmica, ou outra coisa qualquer.

Alguma vez lá voltou?

Já, já lá voltei. Até entretanto conheci uma pessoa que tem lá um andar, um T4, penso que é um T4, é um desses maiores; e pronto, a pessoa estava muito contente com aquilo.

O que é que acha das pessoas alterarem o desenho original da casa?

Sim, olhe, eu acho que a nível do fogo podem alterar, isso depois depende da mentalidade de cada um e do que cada um quer fazer do andar, não é? O ideal era quase realmente haver um espaço e depois cada pessoa fazia as divisões como pretendia, mas isso a nível de regulamentos não é possível. Mas o objectivo foi um bocado esse também, isto no fim de contas vê que é uma coisa extremamente simples, tem as cozinhas e as casas de banho junto à coluna central e depois é um espaço... o espaço do corredor, como eu lhe disse, é esse roupeiro que não vai até ao tecto, depois tem mais paredes, que as pessoas se quiserem tiram, abrem, não abrem, fazem o que entenderem.

Eu estive lá a ver uma das casas e falar com a dona da casa, era um destes grandes, e tinha feito algumas alterações, a coisa que ela dizia que tinha querido logo mudar era fechar a entrada com uma porta de correr, porque dizia que as pessoas que estavam à porta, conseguiam ver logo tudo para dentro de casa, e ela não gostava disso; e este armário, este corredor-armário...

Levou-o até ao tecto.

Levou-o até ao tecto.

Claro, pois! As pessoas normalmente depois querem sempre fechar tudo, não é? E querem ter os espaços fechados, pronto. Por isso a ideia desse armário não ir até ao

tecto, é funcionava quase como um biombo e dava um espaço maior à sala, e dava a intimidade que era necessária para esses quartos.

Em questão à entrada, é um facto, pronto... depois as pessoas arranjam, podem arranjar portas de correr, podem arranjar cortinas, podem arranjar várias coisas para se não querem...

Mas acha que é um processo natural isto das pessoas transformarem a casa?

Sim, sim, acho que sim! Toda a gente faz isso, tenho a impressão...

Não há nunca uma arquitectura que satisfaça completamente?

Nunca satisfaz às coisas pessoais de cada um, e depende depois se a pessoa tem dinheiro ou não tem dinheiro para fazer, mas quando pode faz: ou muda materiais, ou fecha, mete portas, pronto. Penso que isso é corrente.

Quando eu disse que aquela senhora tinha fechado o armário até ao tecto, achou logo muito natural, e se calhar até a maior parte das pessoas fecharam...

Achei porque conheço...

Mas apesar dos arquitectos poderem adivinhar que as pessoas querem aquilo fechado, vale a pena manterem a sua ideia?

Acho que sim, acho que sim, que devem manter a ideia e depois, pronto, ser compreensivo, cada pessoa faz o que entende. Como lhe disse, o ideal era fazer um espaço grande, só ter os blocos de cozinha e sanitários definidos, e depois cada um dividia como entendia, mas isso não é possível. Tem de ver que cada pessoa tem depois a sua maneira de ver, a sua maneira de viver... as coisas pessoais que quer fazer, pronto. É muito difícil estar a projectar e as pessoas gostarem...

A pessoa tem o sistema antigo que havia nas casas: que era a entrada, tinha o corredor, depois quartos de um lado e doutro, a cozinha ao fundo, e depois pronto, estava tudo compartimentado.

Na memória descritiva um dos pontos diz: *A alteração de esquemas de organização do espaço interior que definem zonas de fogo com características próprias, a zona comum, a zona privada e a zona de serviço:* Isto já era uma coisa implementada pelo Movimento Moderno e pelas ideias modernas, não era coisa nova, nos anos 80, esta divisão do espaço?

Não, não... isto não é nada de novo, já se fazia. Uns anos antes ainda se fazia o quarto de criada nas habitações, em Olivais ainda há muitos casos assim com quatro de criada, depois deixou de se fazer isso, nos anos 80...

Depois há sempre a ideia de ter, de qualquer maneira, um fogo que é transversal no sentido que tem janelas de um lado e doutro; e cada fogo desses tem janelas em três fachadas, normalmente costuma ser só em duas. Aqui neste caso é sempre em três, não é sempre, porque quando entra a outra cruz acaba por ser só em duas. Mas é, pronto, é uma vantagem da pessoa ter normalmente sol de nascente, poente e sul. Esta correnteza de edifícios está no sentido Norte-Sul.

Os espaços exteriores entre estas cruces...

Há sempre um espaço que eu não sei como é que hoje em dia está, mas que em princípio era um espaço que era para ser ajardinado, eu acho que ele está ajardinado... não sei é se está mantido ou não. Por isso normalmente essa parte do piso 0, por baixo estão os estacionamento, por isso há ali... sei que na altura no projecto deixava-se cerca de 60 centímetros de terra e depois deve ter havido um paisagista que fez para aí vários estudos, não sei, não sei como é que isso está actualmente...

Eu acho que não tem muita área ajardinada...

Isso é sempre um problema porque isso é uma coisa que sai muito cara à Câmara, e normalmente a Câmara quer evitar os espaços ajardinadas. Mas pronto, isso agora já não lhe sei dizer, o que é que aconteceu a essas zonas aí.

Viveria numa destas casas?

Se eu viveria?

Sim.

Eu vivia, porque é que não havia de viver? Acho que são boas casas... Evidentemente se eu pudesse ter, se tivesse mais dinheiro, eu gostava de áreas maiores, é só isso, essencialmente.

Mas até estou agora a ver (na planta): a sala tem praticamente 30 m², depois os quartos pequenos têm 10, o outro tem 12, o maior; enfim, pronto, não são grandes áreas mas é muito razoável, encontra aí coisas muito mais pequenas.

Nessa casa que eu fui ver, a senhora dizia que a maior vantagem da casa era que tinha a sensação que não havia espaço inútil, também por ser bastante aberta e não ter muitas portas, que todo o espaço era aproveitado...

Mas por exemplo, eu há bocado estava-lhe a dizer que tinha ido a um fogo aí, de uma pessoa, que depois toda a decoração era uma decoração de estilo, tipo Luís XVI, Luís XIII, e pronto... não se enquadra aí. Não se enquadra aí, nesse tipo de fogo, mas pronto, cada um gosta de determinadas coisas e faz como entende.

Já agora digo mais uma coisa: nos fogos que fiz, não foi para aqui, foi para Carnide, e quando fui depois lá ver vários fogos, a sala, (esses fogos eram mais pequenos até porque era tipo habitação social), mas a sala mesmo assim suponha que tinha 20/25 m², e a pessoa que ficou com a casa, chegou lá e meteu-lhe uma mesa enorme com cadeiras e toda a sala era, por assim dizer, uma casa de jantar.

Acha que é importante para o arquitecto, esse voltar ao projecto, voltar às casas já habitadas e perceber de que forma as pessoas as vivem?

Sim, acho que é importante. Acho que é útil. Não é que seja para alterar a maneira de ser do arquitecto, mas perceber como é que as pessoas se apropriam do espaço que ele criou.

...

Depois nessas cruces também houve a nível dos pisos, quando você vê o conjunto, vê que há uns que são mais altos, outros mais baixos, pronto, isso foi para tentar que no conjunto não dar a ideia de uma coisa... de um bloco grande, maciço de pessoas, todo rectangular, foi para dar um bocadinho a ideia de uma coisa mais leve.

O que é estava já definido pelo plano: o ser assim em cruz já estava?

Não, não, isso não estava definido, estava definido simplesmente um rectângulo, pronto, pela urbanização. Havia as vias e havia aí um edifício de x pisos, mas não estava definida a forma do edifício.

Depois isso forma de qualquer maneira um conjunto de vários... quer dizer há o conjunto desses edifícios, eu agora estou de repente a lembrar-me do plano de urbanização, depois há uns outros em frente que formam um U... não sei bem, já não me lembro bem do plano de urbanização...

Há uns edifícios que estão a Sul, que enfim são piores no sentido em que têm ali aquele via de automóveis...

Mas na altura ainda não existia, ou já?

Na altura já havia, não tinha era a intensidade que tem hoje.

Mas pronto, os fogos que estão mais perto da circular terão sempre esse barulho, isso não há nada a fazer, quer seja de um lado, quer seja de outro.

Mas estes não, estes tão numa zona mais tranquila.

...

Isto ainda era feito sem computador, era feito tudo à mão pelos desenhadores com um tira-linhas e canetas. E depois se havia uma coisa que não estava bem desenhada era uma chatice, às vezes tinha que se repetir todo o desenho, enfim... era outra altura.

Outros tempos! Nós hoje já não sabemos bem o que é isso...

Pois, hoje nem se pensa sequer em projectar sem computador.

ENTREVISTA 1.1 (Realizada no dia 20 de Abril)

1. Caracterização do entrevistado

Idade: 62 anos

Sexo: Feminino

Nacionalidade: Portuguesa

Estado Civil: Casada

Profissão: Médica anestesista

2. Percorso habitacional do entrevistado

Vivíamos numa casa com menos uma assolhada e a razão de irmos para aqui teve a ver com a localização e com o número de assolhadas: precisávamos de uma sala ampla, de um escritório e de três quartos, porque temos um rapaz e uma rapariga.

E em que ano veio viver para esta casa?

A minha filha vai fazer este ano 29 e ela já cá fez 4 anos, portanto há 25 anos (1992).

Disse que veio para aqui pela localização: foi a principal razão?

Sim, Telheiras interessava-nos e tinha os dois quartos, portanto a minha filha tinha 3 anos e o meu filho tinha 6, e na casa anterior só tínhamos um quarto de criança. Precisávamos de ter um quarto para rapaz e outro para rapariga. Compramos esta casa porque tem cinco assolhadas.

3. Caracterização do agregado doméstico

Quando veio morar para esta casa, com quem veio?

Quando viemos já eramos os quatro: nós os dois, um rapaz com 6 anos, quase 7 e ela com 3, quase 4.

E neste momento quem vive aqui?

Neste momento já só cá estamos os dois (o casal). O meu marido é médico-cirurgião.

Há quanto tempo é que os seus filhos saíram de casa?

Ele tem agora 31 e saiu quando tinha 25, portanto há 6 anos; e ela há 4 e meio.

4. Alterações ao fogo

Que alterações fez na casa?

A primeira alteração que fiz foi na entrada da casa, no hall de entrada, fizemos muito tempo pouco depois de cá estarmos. Porque a porta da rua dava directamente para a sala, e era a coisa que mais me desagradava nesta casa. A porta de correr não existia, portanto a pessoa abria a porta da rua, quando tocavam à campainha, e quem estava na rua tinha quase acesso à mesa posta para jantar, quase que entravam... O hall de entrada tinha uma porta para as casas de banho e tinha uma espécie de armário construído para pôr os casacos; e nós tiramos essa estrutura: nós tirámos o armário, fizemos esta parede e construímos esta porta, para permitir ter um hall de entrada que não dê directamente para a sala. Portanto, era o maior defeito que nós encontramos na casa e rapidamente tentamos mudar.

E quando é que fez essa alteração?

Fiz quando já estava cá a viver, no primeiro/segundo ano: logo que foi possível instalarmo-nos.

Percebeu logo que queria alterar?

Acho que quando compramos a casa já sabíamos que era um defeito, mas era resolúvel portanto...

E para além dessa alteração?

Eu só fiz três alterações: uma delas foi esta, que foi a que mais mudou o eu gostar da casa. Depois há medida que o tempo passou... os acabamentos da cozinha não eram muito bons.

A cozinha não me agradava, era muito escura; porque tinha uma coisa que parece muito interessante, mas eu não gostei muito de conviver: era a cozinha e depois tinha uma zona de lavandaria, e da cozinha para a lavandaria existia uma porta e uma janela. É interessante ter uma zona de lavandaria separada da cozinha mas eu queria era uma cozinha grande, ampla. A luz da cozinha era péssima, era só através da janela e um bocadinho da porta. Portanto, deitamos essa parede abaixo e ficou na mesma a zona da lavandaria mas em open space; e permite tomar aqui (na nova bancada/mesa construída) o pequeno-almoço, porque a cozinha não tinha nenhum espaço previsto para isso. E agora que estamos só os dois comemos aqui com muita frequência. E de repente a cozinha que era um buraco escuro ficou cheia de luz.

Estava a dizer que tinha feito três alterações: qual foi a terceira?

A outra foi agora. Na altura eu queria mudar as casas de banho também. Esta casa tinha várias coisas boas, como seja: a localização, como seja a área (que a mim me agradou), os quartos não são muito grandes mas são o suficiente, e tem uma sala ampla, eu sempre gostei de salas amplas. Mas tinha maus acabamentos, e os maus acabamentos chateiam sobretudo nas casas de banho e na cozinha. Portanto, quando eu pude fiz a obra na cozinha e agora há pouco tempo fiz obras nas casas de banho.

Então na cozinha para além de remover a parede, também alterou os acabamentos?

Na cozinha mudei tudo – os tubos, os armários, o chão –, ficou totalmente renovada.

E quando é que foi essa obra?

A da cozinha já pode ter sido há 13, 14, 15 anos...

E esta última das casas de banho?

Esta foi há um ano. Porque entretanto não fizemos na mesma altura da cozinha e os anos vão passando...

Então, para além dos acabamentos quais foram as principais razões que a levaram a fazer alterações?

A entrada porque se entrava directamente para a sala; a cozinha porque tinha muito pouco luz, não tinha bancada, não tinha sitio onde comer; e as casas de banho porque estavam velhas.

Para além destas alterações que fez, haveria mais alguma coisa que ainda gostasse de alterar?

Neste momento não estou a pensar fazer mais nada, porque não sinto necessidade de nada de especial, só estou e o meu marido...

Se agora pudesse mudar o que quisesse, deixava tudo na mesma?

Deixava, nesta casa deixava. Em termos de estrutura não mudava nada. As casas de banho são duas casas de banho relativamente pequenas e interiores, mas isso é impossível mudar. Eu quis tirar a banheira, quis pôr uma zona de duche.

(em visita à casa)

As casas de banho estão no sítio onde eram. O que é aconteceu? Quando fizemos o hall de entrada, aqui ficou uma parede lisa e pusemos este espelho, isso foi logo na altura. E esta casa de banho aqui, a que eu pomposamente chamo a maior, só porque a outra ainda é mais pequena, tinha ali uma banheira e foi isso que eu quis deitar abaixo. Aproveitei para mudar os tubos, os sanitários, o chão, a parede: mudei tudo mesmo! A ideia é não ter problemas com canos. E esta é mais pequena, esta tinha ali um duche pequenino, que não era nem carne nem peixe, e aquela tinha uma banheira: então tirei a banheira e ficou aquela com duche maior.

Sei que há uma vizinha, não sei é qual é o andar, posso tentar saber mas não prometo, que fez uma coisa interessante, que foi: deixar a passagem para uma casa de banho, que é social; e esta juntar com este quarto e fazer uma suite. Eu acho uma ideia interessante, não estou a pensar fazer, mas essa acho uma ideia interessante. Portanto ficou uma casa de banho social e que dá apoio aos outros quartos, e tem uma suite, utilizando esta mais pequena com este primeiro quarto.

Este era o quarto do meu filho rapaz, que está com as coisas deles, porque eu gosto de manter assim. E estou a transformar no meu cantinho de música e de leitura.

Aqui é o quarto da minha filha Joana, que está a fazer um doutoramento na Alemanha, e quando vem, vem com o namorado. De maneira que transformei, agora há pouco tempo, em quarto de casal.

Nada disto teve obras, manteve-se tudo igual. Portanto, estás ver, os quartos são muito pequenos, muito pequenos...

Aqui é o escritório do meu marido, que é a maior das confusões; não se pode entrar porque é muito confuso...! Esta porta é de origem (porta de correr que separa o escritório da sala). Foi uma coisa que na altura me agradou, porque na altura aquele escritório não estava assim cheio como agora, aliás um tinha um sofá naquela parede; o quer dizer que se tinha gente para jantar ficava com um espaço muito amplo: era a sala e o escritório, que funcionavam como sala, mas tendo a hipótese de fechar. E foi um bocadinho pegando naquela ideia (da porta de correr) que fiz aquela (a da entrada): ficou com alguma simetria, enfim...

E quando fez estas alterações teve aconselhamento de algum arquitecto?

Tenho uma irmã que é arquitecta, portanto graças a Deus ela ocupou-se do trabalho e nós só escolhemos o que é que queríamos e não queríamos. Tenho essa vantagem.

5. Caracterização da vida em casa

- Em que espaços é que desenvolve estas actividades, maioritariamente?

> Actividades domésticas: estender a roupa, passar a ferro, etc

Na zona da lavandaria, que está na mesma zona que era só que em vez de ser uma zona separada da cozinha, é uma zona em open space, mas continua a ser ali: tenho a máquina de lavar, a máquina de secar e o estendal em cima.

> Refeições

Se estamos nós os dois só, comemos naquela mesa da cozinha. Desde que esteja um filho, ou quem quer que seja, comemos aqui na sala.

> Dormir

Nos quartos – sempre nos mesmos.

> Descansar

Não costumo descansar... mas eu direi que aquele cantinho da música pode ser.

> Convívio em família

Na sala.

> Receber visitas

Na sala. Se por acaso é uma amiga minha e ficamos a conversar e a ouvir música às vezes vamos para aquele cantinho (no antigo quarto do filho).

> Trabalhar

O escritório é do meu marido; eu tenho no meu quarto uma zona com uma secretária onde eu trabalho.

> Estudar (crianças)

Cada um (dos filhos) tinha uma secretária no quarto, portanto o estudar seria nos quartos, ainda que no tempo de faculdade a Joana montava tudo na mesa da sala.

> Brincar (crianças)

Desde que estivesse bom tempo era no pátio (lá fora). Uma das razões que me levou a escolher esta casa, ao contrário do que a maioria das pessoas acha que o R/C é péssimo, para mim o R/C foi uma bênção, porque eles eram pequenitos (ela ainda não tinha 4 e ele ainda não tinha 8) e brincaram anos a fio neste pátio: tardes e tardes e fins-de-semana... e ali na cozinha ou aqui nas janelas da sala, eu controlava-os, dava copos de água, e espreitava se havia uma gritaria.

6. “Avaliação” do trabalho do arquitecto

Acha que a sua casa inicialmente estava bem desenhada pelo arquitecto?

Olha, eu já vi casas melhores, não tinha alguns requintes, não tinha nem tem alguns requintes interessantes, como seja: um quarto de vestir, uma suite, com casa de banho pertencente só ao quarto principal... não tem esses requintes. Mas na altura, para mim, esta casa tinha uma coisa fundamental, que era toda a área é habitável: não há corredores, não há hall de entrada, hall de saída, hall intermédio. Até o corredor é um corredor de armários, portanto tudo isto está cheio de roupa. Esta casa não tem espaço inútil, o que se considerarmos que estamos no centro de Lisboa e na altura o metro quadrado era caro... eu achei que esta casa era inteligente, para

as minhas necessidades e para a minha capacidade financeira. Era uma relação custo/área boa; na altura, já foi há muitos anos...

Que aspectos, na sua opinião, estão mal pensados/desenhados?

Sobretudo a entrada da casa, acho que foi o que mais me incomodou. Mesmo a cozinha, eu acho que estava bem pensada, eu não me dei bem com a falta de luz: prefiro espaços abertos. Como esta sala, há pessoas que gostariam de ter uma sala de jantar e uma sala de estar, a mim não me incomoda ter as duas coisas no mesmo espaço e prefiro olhar e ver mais longe... mas isso é uma questão de gosto, acho eu. Errado nesta casa era a entrada.

E depois de fazer a alteração ficou satisfeita com o resultado?

Sim, era indispensável. Depois o resto fomos tentando fazer... Mas a entrada era indispensável, era uma condição, quase, quando compramos a casa.

E nunca repensou se seria melhor como estava antes?

Não é de certeza, aí não tive dúvidas.

7. Satisfação com a casa

Neste momento, está satisfeita com a casa que habita?

Estou, estou! Porque nós estamos no centro de Lisboa, estamos a aqui a conversar e eu não oiço praticamente ruído. Esta zona de Telheiras estando perto da 2ª Circular, do Eixo Norte-Sul, do Campo Grande, dos acessos, tem assim umas ilhotas residências, como esta. E a área, então agora sem filhos em casa, não preciso de mais área.

O que gosta mais e menos?

Este canto onde estamos (na sala) é o canto com menos luz da casa, mas não posso abrir aqui uma janela, não me seria permitido. De resto, o resto da casa tem toda luz.

O chão não é o mesmo, mudei o chão, porque felizmente tivemos uma inundação (já há muitos anos, para aí há uma dúzia de anos). E o chão que era de tacos levantou todo, felizmente tínhamos seguro e portanto foi possível mudar o chão todo. Assim sendo, em vez de pormos os tacos antigos, pus este chão flutuante, com um

bocadinho de madeira, que é fácil de limpar (o outro era muito difícil de tratar, para estar bonito dava muito trabalho).

Se eu tivesse dinheiro agora, provavelmente mudar-me-ia para uma casa ao pé do mar, que é aquilo que mais me custa é estar tão longe da água, mas de resto...

Mas mudaria pela localização da casa e não pela casa em si?

Sim!

Se fosse hoje, voltaria a escolher a mesma casa?

Com o dinheiro que tinha, escolheria esta casa. Provavelmente se tivesse na altura mais dinheiro, teria escolhido outra casa a um nível superior, não faço ideia. Mas eu e o meu marido compramos esta casa convencidos que estávamos a comprar a casa que queríamos.

E não se arrependeram?

Não, não. Porque Telheiras há 25 anos era uma coisa muito quietinha, parecia até um bocadinho longe do resto da cidade... mas era previsível que o metro vinha cá ter: transformou-se num bairro, portanto, acho que sim.

E da casa em si, do desenho da casa, também não?

Não... Acho interessante esta hipótese de ter um escritório que se pode isolar completamente da casa, só lhe falta ter mesmo uma porta para a rua, senão seria quase independente.

Acha que faria algum sentido ter uma porta directa para a rua?

Não, acho só engraçada a ideia.

Em conversa a ver a planta original...

(Sobre a divisão entre a sala e a zona dos quartos)

Já não me lembrava disso... Isto era armário mesmo e eu dei-lhe o ar de corredor para separar a sala da zona de dormir, dos quartos. Ah! Mas que engraçado, não me lembrava já...! Isto avançou até aqui e faz um redondo deste lado, e aqui fecha, e isto é tudo armário. Não tinha nada por dentro, eu construí o armário propriamente dito, construí em todo o comprimento e fechei a parte de cima. Eu lembro-me que uma das coisas que era chata, e isso só percebemos depois de cá estarmos: uma pessoa

estava a conversar na sala e o ruído chegava aos quartos. E o encerrar aquele bocadinho em cima transformou um armário numa parede, numa barreira de som. Portanto, o armário que está aqui foi acrescentado até ao tecto, para ser armário-corredor.

E isso fez quando?

Fiz depois de já cá estar, ao mesmo tempo que a entrada. Mas enquanto que a entrada já sabia que ia fazer, esta questão do som foi só depois de cá estarmos.

ENTREVISTA 1.2 (Realizada no dia 4 de Maio)

1. Caracterização do entrevistado

Idade: 36 anos

Sexo: Feminino

Nacionalidade: Portuguesa

Estado Civil: Casada

Profissão: Arquitecta e professora.

2. Percorso habitacional do entrevistado

Há quanto tempo é que vive nesta casa?

Há 6, 7 anos (2010).

Porque é que veio para aqui: para esta zona e para esta casa em específico?

Não foi assim uma escolha exactamente porque queríamos vir para Telheiras. Nós vivíamos em Benfica, estávamos à procura de uma casa e foi um bocadinho a questão do valor da renda, e também de depois perceber que era um valor razoável para a zona onde estamos, não é? Porque Telheiras é uma zona ótima para viver, porque está perto de todos os acessos, tem escolas, tem mercado de bairro, tem uma biblioteca de bairro, tem metro, portanto... é um bocadinho por aí.

3. Caracterização do agregado doméstico

E vivem só os dois (o casal)?

Sim.

E quando vieram já eram só os dois?

Sim.

4. Alterações ao fogo

Sei que esta casa é alugada, certo?

Sim.

Então não alteraram nada na casa?

Não, não, nada. Ela está, penso eu, de origem.

Se pudesse mudar alguma coisa, se a casa fosse sua, o que é que mudava?

Se a casa fosse minha, o que é que eu faria...? Faria de certeza bastantes obras na cozinha. Quer dizer, em termos do layout da organização do espaço?

Sim.

Talvez ligasse uma das casas de banho àquele quarto, que apesar de ser mais pequeno poderia ser transformado em suite. E talvez transformasse essa casa de banho mais pequena numa casa de banho maior, e a que é maior transformasse numa mais de serviço. Em termos de layout de resto acho que não alteraria nada, porque, pronto, esta questão desta sala ser no fundo também espaço de distribuição e de circulação, que é uma coisa que eu sei que muitas pessoas acabam por fechar para ficar com um espaço mais de sala e circulação à volta, mas eu acho que depois acaba mais por limitar um bocadinho a flexibilidade que este espaço permite. Claro que é uma sala um bocadinho estranho, porque no fundo confunde-se com a circulação, mas não é uma coisa que a mim me perturbe assim muito.

Isto é um T2?

É um T2 e depois tem esta zona aqui de escritório, que está de origem, que sei que muitas pessoas, porque já vimos outras casas aqui, partiram esta parede e no fundo

ficaram com uma sala maior. Mas no nosso entendimento isto torna tudo mais flexível, porque nós temos normalmente esta porta sempre aberta, mas se queremos trabalhar de uma forma mais concentrada ou assim, fechamos a porta; ou se quisermos, se temos amigos ou família cá e queremos transformar este espaço num quarto, também é fácil porque tem a porta de correr. Portanto, acho que assim em termos de layout não... era só mais ali a questão das casas de banho, porque no fundo tem duas casas de banho, vá... e nenhuma é privada de um quarto, e acho que isso podia ser uma melhoria. Mas, sei lá, também não considero assim uma coisa tão essencial.

E obras na cozinha, estava a dizer...

Sim, mas é uma questão só mais de actualização e não necessariamente de transformação do espaço. Porque sei que há muitas pessoas que juntaram a zona da cozinha à aquela zona exterior.

Aqui ainda está de origem?

Está, está de origem. Há esta zona exterior da secagem da roupa e etc. Mas não vejo assim grandes vantagens (em juntar), até porque acho que aquela zona exterior de secagem de roupa, ou se a pessoa até quiser transformar num espaço de estar, é simpático porque está fora mas dentro...

Acha que funciona bem assim separado?

Acho que sim, acho que sim. Até porque se pode ter a roupa de um lado e o resto do outro lado.

5. Caracterização da vida em casa

- Em que espaços é que desenvolve estas actividades, maioritariamente?

> Actividades domésticas: estender a roupa, passar a ferro, etc

É tudo ali naquele espaço: estende, não sei quê... Lavar, a máquina da roupa por acaso está na cozinha mas é logo ao lado da porta que dá acesso ao exterior. Pronto, a parte de passar e não sei quê ou feita ali naquele quarto ou feita aqui na sala, depende.

> Refeições

Na sala. Na cozinha há espaço mas não temos por hábito fazer as refeições lá, fazemos o pequeno-almoço por ser assim uma refeição mais rápida.

> Dormir

No quarto de casal. As visitas no outro quarto, ou se for preciso num sofá cama no escritório.

> Convívio em família

Na sala.

> Receber visitas

É sala, escritório... No fundo, se tivermos 4 ou 5 pessoas é fundamentalmente aqui na sala, mas se tivermos 10 ou 20 pessoas, tenho que me estender, senão não há espaço para tudo.

E a cozinha, acho que hoje em dia a cozinha também faz parte um bocado: a pessoa enquanto está a preparar qualquer coisa, as pessoas vão chegando. Já não há tanto aquela coisa de separar.

> Trabalhar

É ali no escritório, fundamentalmente no escritório apesar de eu hoje estar aqui no sofá, é fundamentalmente no escritório.

6. "Avaliação" do trabalho do arquitecto

Acha que há alguma que de origem esteja mal pensada/desenhada?

Nós estamos num rés-do-chão que deste lado (da sala) tem esta relação, pronto, um bocadinho mais distante do que é o nível térreo da rua; do lado dos quartos, nós estamos como se estivéssemos... é como se o chão tivesse aqui neste nível, portanto se eu estiver aqui, pode estar uma pessoa do outro lado ao mesmo nível que eu. E é uma coisa um bocadinho estranha, tanto que nós nem abrimos tanto aquelas janelas daquele lado, ou temos menos confiança em abrir por causa disso. Pronto, acho que das duas uma: ou em termos dos arranjos exteriores se tinha criado uma maneira de subir ainda mais este nível para não se ficar tanto ao nível da rua, ou então tinha-se transformado estes pisos térreos em zonas de lojas, mas também não sei se isso teria assim tanto interesse. Por isso, é uma questão das cotas da rua e da maneira como o edifício foi implantado. Não é assim uma coisa com a qual vivamos mal, mas pronto... é menos confortável, vá. Mesmo a ter as janelas abertas e tudo isso, é só...

aquelas duas (as dos quartos) é mais momentaneamente quando estamos a arejar ou uma coisa qualquer, porque depois temos que a fechar porque não nos sentimos tão seguros... Apesar de nós não termos grades nas janelas como têm os vizinhos do 6º andar, portanto isto é tudo um bocadinho da cabeça das pessoas também.

E a nível da organização do espaço da casa, acha que o arquitecto fez um bom trabalho?

Acho que sim... Acho que, quer dizer portanto, temos as zonas: a cozinha, que é sempre uma zona que fica mais perto da porta, associada à sala, e depois os quartos estão mais recolhidos, e esta zona que pode ser tanto escritório como sala também está mais ligada a este espaço central, portanto acho que sim. As portas das casas de banho acabam por estar escondidas por este elemento central aqui, que também há muitas pessoas que fazem a demolição para ficar com mais espaço, mas na realidade eu acho que isto funciona como um volume, que ainda por cima por ser redondo é assim harmonioso...

Sei que há algumas pessoas que fecharam este elemento até ao tecto, por acharem que o barulho da sala ia para os quartos...

Pois... Nós também somos só os dois por isso não sentimos muito isso, se calhar se tivéssemos crianças, mas não sei... acho que não é assim uma coisa tão... E acho que funciona bem porque torna aquela zona ali mais privada, aquele quarto tem a porta mais exposta mas, não sei... Também acho que a casa é para se viver, e tem os espaços que tem, não vale a pena estarmos a esconder tudo.

7. Satisfação com a casa

Se fosse hoje, voltaria a escolher a mesma casa?

Se calhar tentava não escolher um rés-do-chão... mas à partida eu não escolheria um rés-do-chão e acabei por me adaptar e não me faz tanta diferença. Há 7 anos atrás para mim viver num rés-do-chão era impensável, e aqui lido muito bem com isso. Não sei, nunca tivemos nenhum problema, espero que não tenhamos.

O que é que gosta mais e menos da casa e de viver aqui?

De viver aqui na casa ou nesta zona?

Nesta casa.

Nesta casa... Gosto especialmente desta sala e da luz que esta sala tem, apesar de achar que a casa em si não tem muita luz porque ela é exposta Nascente-Norte, e portanto acaba por ter pouca luz. E portanto a luz máxima que conseguimos ter nos quartos de manhã daquele lado são as ditas janelas que não abrimos tanto, e também estamos menos tempo em casa; e depois deste lado é um bocadinho esta luz que é possível captar aqui deste lado. Gosto bastante também desta questão desta porta de correr, que separa estes dois espaços e que torna isto aqui mais flexível. E depois, acho que fundamentalmente, a zona é muito simpática e casa também por estar nesta zona também ganha importância por isso. Se calhar se tivesse noutra zona da cidade, se calhar ia encontrar mais defeitos. Acho que isso também é importante.

Sim, a casa não está nunca em abstracto.

Exacto!

Em visita à casa...

(Cozinha)

A maior parte das pessoas parte isto (a parede que separa a cozinha da zona semi-exterior) e cria no fundo uns caixilhos ali junto. Porque a verdade é que realmente junta-se muito lixo e muito pó aqui fora, porque é completamente aberto, mas isto é maravilhoso: pode estar a chover muito que se estiver um bocadinho de vento eu consigo secar a roupa toda aqui. Portanto, tem este lado que para mim é mais importante do que ter uma cozinha maior.

E não tem pouca luz natural?

Luz natural sim. É a tal coisa, a casa tem toda relativamente pouca luz porque é virada a Norte-Nascente, portanto é sempre uma luz que é uma luz filtrada, não é uma luz directa.

Aqui é a despensa, que nós usamos no fundo como despensa de arrumação da cozinha. Ah! Outra coisa importante que não disse: é que a casa tem imenso espaço de arrumação. Depois este volume tem duas portas, porque no fundo aproveitam o espaço interior deste volume: aqui é arrumação, tipo casacos e etc; e deste lado

também tem arrumação, pronto! Tralha que a pessoa tem. Este volume no fundo serve um bocado também para esconder este pilar.

(Quarto 1 e casas de banho)

Este é o quarto mais pequeno, que nós como não temos filhos e não sei quê, usamos assim como... olha, roupa para passar, tralha... e quando vêm pessoas, amigos ou isso, esta cama e tem uma debaixo, fica com espaço para mais duas pessoas.

O que estava a dizer é que este quarto, apesar de ser mais pequeno, podia ser eventualmente transformado numa suite com uma casa de banho que ia buscar um bocadinho de espaço a esta (à maior), e transformar esta numa casa de banho social. É uma possibilidade. Nós não usamos esta casa de banho (a mais pequena), é tipo lavandaria.

(Quarto 2)

Aqui é o nosso quarto. Nós fizemos a mudança toda, quando viemos para cá, por esta janela (a janela virada a Nascente), porque é a diferença entre ir dar a volta ou não. Que é um bocadinho... para mim é um bocadinho estranho... Nestes edifícios todos aqui, há muitas situações destas, há muitos apartamentos que têm esta relação com o exterior.

(Sala/espço de circulação)

Isto é circulação e tudo... O princípio de origem é este. Se bem que eu acho que há alguns (fogos) que não são exactamente de origem de maneira nenhuma, porque houve muitas pessoas que enquanto estava a ser construído, propuseram logo as alterações de raiz, não foi uma coisa à posteriori.

(Escritório)

Aqui é o escritório. É fundamentalmente um espaço de trabalho, o que nós fazemos é levar este sofá cama (da sala) para aqui, e aqui fica uma coisa temporária, para fins-de-semana ou isso.

É isto! A casa é isto, não tem muito mais que ver. Nós não temos estacionamento, temos uma arrecadação lá em baixo na cave mas que nem usamos; e estacionamos sempre na rua, há sempre estacionamento aqui excepto quando há jogos do Sporting.

ENTREVISTA 1.3 (Realizada no dia 4 de Maio)

1. Caracterização do entrevistado

Idade: 44 anos

Sexo: Feminino

Nacionalidade: Portuguesa

Estado Civil: Divorciada

Profissão: Advogada

2. Percurso habitacional do entrevistado

Há quanto é que vive nesta casa?

Há 6 ou 7 anos.

Porque é que escolheu esta casa?

Eu tenho uma casa aqui ao pé, mesmo em frente ao estádio do Sporting. Vim para aqui porque na altura a minha filha quis sair do colégio privado onde estava e a casa que nos temos ali em frente ao Sporting é a única na rua que não pertence a este agrupamento de escolas, e como do Lumiar ficava longe e este era um bom agrupamento, esse foi o motivo que me levou a comprar casa aqui.

3. Caracterização do agregado doméstico

Quando veio morar para esta casa, com quem veio?

Eu e os meus dois filhos.

E moram cá os três ainda?

Não, agora moramos só 2, a minha filha já não mora comigo; portanto, moro eu, o meu filho, e tenho aqui uma menina de Erasmus, que está a fazer Erasmus aqui.

4. Alterações ao fogo

Quando veio para aqui a casa já tinha tido alguma alteração?

A cozinha já tinha sido alterada, mas a nível de azulejos e de armários de cozinha.

Que alterações fez na casa?

O que eu fiz foi o seguinte: está a ver aqui esta parede mais pequena? Isto era um armário convexo, que servia de arrecadação; e não havia esta parede aqui. Portanto, havia este armário convexo que no fundo separava esta parte social dos três quartos. E eu achei que havia uma grande perda de espaço por haver um armário tão convexo, porque nós não conseguimos pôr coisas muito em profundidade; e o quarto era pequeno, portanto havia dois quartos pequenos e o quarto de casal maior. O que é que eu fiz? Deitei abaixo o armário convexo, transformei o armário convexo num armário em verdade, mas rectangular; e alarguei o quarto até à zona que era ocupava anteriormente por esse corredor que estava atrás... como é que eu hei-de dizer? Era um corredor, mas não era aquele corredor completamente definido relativamente à parte social. Mas este armário convexo queria no fundo dizer que aquilo era um corredor que levava os quartos a poderem aceder às casas de banho. E foi a obra que eu fiz. Portanto, prolonguei o quarto até aqui para ficar com um quarto grande, e assim o quarto ficou encostado a uma das casas de banho para transformar em suite, e reduzi o tamanho do armário, do roupeiro, de forma a ocupar menos espaço e continuar a ter arrumação.

E isso fez quando?

Foi mesmo antes de entrar.

Antes de vir, decidiu logo que queria alterar?

Foi, foi. Porque eu achava que o armário convexo roubava imenso espaço. Foi logo antes, eu queria na altura até ter remodelado as casas de banho mas não houve tempo, porque as obras nunca correm como se espera, e demorou muito tempo, e chegou a Setembro e eu tinha de vir para aqui, portanto...

Depois também o que é que eu fiz? Substituí o chão porque originalmente estas casas têm tacos de madeira e eu até gosto, mas mandei afagar e porque o chão aqui da sala não é direito, foi de construção... e portanto quando estavam a afagar aqui, isto foi ao cimento, e optou-se por retirar e pôr este, e não tarda nada estou a substituir este outra vez porque o pavimento flutuante é muito complicado.

E quando fez estas alterações teve aconselhamento de algum arquitecto?

Não, mas estou a pensar em recorrer a um agora na remodelação das casas de banho. Aliás, até estou a pensar recorrer a um que vi na internet que são arquitectos mas com aquela vertente do Feng Shui, porque quero realmente pôr isto dentro desse espírito, mais agradável, mais harmónico.

Estava a dizer que queria alterar as casas de banho...

Sim.

A nível só de azulejos e assim?

Sim, e talvez até a nível de disposição dos sanitários. Sendo certo que tenho sempre muito receio de mudar o sítio das sanitas por causa das canalizações, porque se não fica bem feito há sempre problemas.

E depois também estou indecisa entre tornar as duas casas de banho autónomas ou deixar um corredor de acesso em que vão para as duas.

Isso não fez na altura porque não houve tempo?

Não houve tempo, e entretanto tenho evitado sempre fazer aqui algumas obras por causa do pó, porque já tive isso no passado noutra casa que remodelei. Mas já estou muito saturada de ver as casas de banho... aliás, já mudei os sanitários, já mudei as torneiras, mas estou saturada de ver aqueles azulejos e isso assim. Portanto estou a pensar que quando fizer isso, substituo as portas, o chão para pôr madeira mesmo, e a cozinha se calhar ainda não é agora, porque acho que ainda está em condições.

E para além disso gostava de alterar mais alguma coisa?

Portanto o chão, porque não estou satisfeita com o soalho flutuante; e as portas porque mandei-as arranjar e as portas vieram mal arrançadas. E além disso, até gosto de ver aquele compromisso entre o antigo e o moderno e por exemplo eu penso naqueles apartamentos mais antigos no centro de Nova Iorque, que a casa é muito moderna e às vezes mantêm-se algumas partes originais da casa; mas realmente como as portas também não saíram como eu queria e se calhar melhor do que recuperá-las foi mandar pôr portas novas.

5. Caracterização da vida em casa

- Em que espaços é que desenvolve estas actividades, maioritariamente?

> Actividades domésticas: estender a roupa, passar a ferro, etc

Isso é uma grande chatice e um grande handicap! Olhe, passar roupa a ferro passo aqui (na sala) a ver televisão, e estender a roupa tem de ser na cozinha, quando estou a fazer alguma comida que cheire mais, tiro. É assim eu dou preferência a pôr no estendal do que na máquina de secar, mas por exemplo durante o Inverno é impossível secar no estendal, porque a roupa não seca.

Pois, no desenho original aquela zona semi-exterior era pensada para secar a roupa. Só que prefiro, mesmo assim, ter uma cozinha um bocadinho maior, com melhor aproveitamento. Cheguei a pensar em pôr um vidrinho aqui (onde existia originalmente a porta) para separar um bocadinho... mas olhe, depois não cabe o estendal ou não caibo eu...!

> Refeições

*Aqui na sala, sempre, nem tenho mesa na cozinha.
A sala também às vezes é sítio de jogos, sítio de estudo.*

Acha que faz falta uma mesa na cozinha?

Eu não gosto muito de tomar refeições na cozinha, nem mesmo o pequeno-almoço, não faz falta nenhuma. A cozinha como é logo aqui ao lado.

> Dormir

Nos quartos.

> Convívio em família

Na sala.

> Receber visitas

Vem tudo para aqui, é tudo na sala.

> Estudar (crianças)

Nos quartos e às vezes, quando é preciso abrir muitos livros ou para variar, é na sala. E eu também quando preciso de espaço e quero estar à vontade venho para aqui. Também é o sítio onde tem explicação de matemática, por exemplo.

6. "Avaliação" do trabalho do arquitecto

Acha que a casa original estava bem desenhada pelo arquitecto?

Acho, acho! Eu fiz uma pesquisa profunda dentro de Telheiras e os dois critérios que eu dava preferência eram: comprar algo em plena propriedade, não ser em direito de superfície, e havia aqui nesta parte central quatro prédios em plena propriedade; e era também ter uma boa área. E estas aqui, os Ulmeiros também, os Ulmeiros e estas foram as que apresentaram com melhores áreas, porque é tudo muito minúsculo aqui.

Que aspectos, na sua opinião, estavam mal pensados/desenhados?

Eu acho que o handicap aqui da casa, para além de nem todas as fracções terem garagem – as garagens aqui são fracções autónomas e não havia fracções autónomas de garagem suficientes para todos os condóminos e a minha quando eu comprei não tinha –, era o facto de as duas casas de banho estarem à entrada de casa. Porquê? Porque no espírito de isto ter só uma divisão aqui através desse armário convexo, pronto, ia-se até fundo... Agora, eu que deixei de ter o corredor de acesso às casas de banho, quem esteja nestes quartos vai ter de ir pela sala e pela entrada até chegar à casa de banho.

Depois de fazer essa alteração e de vir para cá morar, ficou contente?

Eu gosto muito da casa, e gosto muito da localização, e gosto principalmente de esta avenida ser muito larga e os Plátanos estarem quase a atingir o tamanho do prédio.

E nunca pensou que a casa pudesse ser melhor como estava originalmente?

Não, isso não. Já pensei foi que se calhar eu deveria ter posto esta parede a começar daquele quarto e haver a porta – aquele espaço aberto serve quase como porta... Já pensei se não deveria ter posto a parede a começar de acolá e esta passagem aqui atrás de si, de forma a ficar mais perto das casas de banho. Mas depois também me impedia de ter por exemplo, agora não tenho aqui nenhum sofá mas ando para ir comprar, eu tinha antigamente, mas depois também penso que interrompendo a parede aqui, teria de pôr o sofá mais para acolá e deixava de ter boa visibilidade para ver televisão.

7. Satisfação com a casa

Se fosse hoje, voltaria a escolher a mesma casa?

Sim, definitivamente.

O que gosta mais e menos?

Olhe, o que eu gosto mais nesta casa é a exposição solar e ter janelas muito grandes; portanto da parte da manhã o sol ilumina-se esta parte da casa (sala), e acaba por passar ali por cima, por isso é que eu não fechei a parede até cima (o antigo armário), acaba por passar para os quartos, e da parte da tarde o sol bate nos quartos.

O que eu gosto menos é a proximidade com a 2ª Circular e o Eixo Norte-Sul.

Aqui tem muito barulho?

Eu tive de meter janelas com vidros duplos e tenho também estores com isolamento térmico e acústico, ainda assim consigo às vezes ouvir. Mas não é isso que me preocupa mais, não é bem o barulho, é a concentração de partículas no ar, nocivas, e o próprio pó que isto também... a deslocação dos carros leva a que entrem para casa.

Neste momento, está satisfeita com a casa que habita?

Estou! Principalmente pela zona, gosto muito. Claro que fosse aqui para Carnide, onde começa ali o Parque dos Príncipes (aquilo já é Carnide), estaria com casas mais novas e com melhores áreas, mas aí perderia o espírito de bairro que tenho aqui e a proximidade, a walking distance, do comércio tradicional, da biblioteca (que é só atravessar a rua). O meu filho andou aqui nesta escola primária, portanto tinha aqui a escola ao lado do prédio.

Em visita à casa...

(Cozinha)

Quando veio para aqui, esta zona semi-exterior estava separada da cozinha?

Não, não, estava junto mas não fui eu, já estava.

Vêm cá para a semana tirar as medidas finais porque vou pôr janelas aqui com oscilobatentes de baixo a cima, vou substituir isto. Foi a única parte que não substitui na casa e entra-me frio aqui, no Inverno, vento.

(Casas de banho)

Aqui não tinha porta, fui eu que meti esta porta. Aqui é o lavatório social (que já cá estava). Eu substituí à excepção dos lavatórios, substitui os sanitários e as torneiras.

O que é que estou a pensar fazer? Estou indecisa entre fechar isto e esta casa de banho ficar só para o quarto; ou então manter assim porque é prático e posso andar à volta da casa, até o cão gosta de andar à volta da casa, mas aí... Já pensei em mudar esta sanita para ali e pôr simetricamente à outra e pôr por exemplo um poliban assim. Se eu decidir fechar essa parte, estou a pensar em pôr aqui uma banheira grande, eu gosto de banheiras grandes e aquela ali é minúscula, e o lavatório então vem para aqui, um lavatório mas será assim tipo móvel.

(Quarto 1)

O meu filho passa muitas vezes pelo meu quarto, o meu quarto é quase quarto-corredor.

E não a incomoda que o quarto seja também espaço de passagem?

É só o meu filho que passa, agora outra pessoa já não deixa. Normalmente até tenho esta porta (que dá acesso à zona das casas de banho) assim fechada. A única coisa é que às vezes preciso de ir ali fazer qualquer coisa e tenho maior mobilidade. Mas acho que, por exemplo para vender ou assim, que a casa terá outro valor se isto fosse suite, não obstante isto serem casas de banho minúsculas.

E pude pôr aqui um roupeiro grande (no quarto 1), porque isto tinha roupeiros muito pequenos.

O quarto era até aqui (marcas na parede), isto vê-se perfeitamente porque deixaram isto mal.

(Quartos 2 e 3)

Estes quartos estão iguais ao desenho original?

Estão originais, sim. Estão completamente originais. Este era o quarto de casal (quarto 3) e os outros eram dois quartos pequenos (quartos 1 e 2). E o que é que eu pensei? Fiquei com um quarto maior, mantenho a sala mais ou menos igual ao que estava; portanto tenho dois quartos bons – o João (filho) depois vai transitar para este (quarto 3) quando ela (estudante de Erasmus) se for embora, e podemos fazer aqui um escritório ou um quarto de hóspedes ou assim.

(Armários que separam a sala da zona dos quartos)

Depois meti essa porta aí, porquê? O que isto tinha a dividir era aqui um roupeiro convexo. O que é que eu fiz? Converti isto num armário “normal”, com mais arrumação e não me rouba tanto espaço como o convexo.

E manteve assim, sem ir até ao tecto?

Sim. Houve pessoas minhas amigas que disseram “ai não, devias pôr”, só que qual é a questão? É que isto permite transportar luminosidade para os quartos, se eu tiver as portas abertas. E eu gosto muito de luz e gosto de sentir que está tudo aberto.

As portas que separam a sala da entrada já existiam?

Quando eu vim já tinha.

Podiam ser casas maiores, mas há casas tão pequenas aqui, tão pequenas! Parecem casinhas de bonecas.

ENTREVISTA 2.1 (Realizada no dia 24 de Abril)

1. Caracterização do entrevistado

Idade: 69 anos

Sexo: Feminino

Nacionalidade: Portuguesa

Estado Civil: Viúva (há 2 anos)

Profissão: Professora de matemática (reformada há 6 anos)

2. Percorso habitacional do entrevistado

Estas torres foram construídas nos anos 80 para jovens famílias e era tudo submetido a concurso. As divisões são pequenas, e todas estas casas tinham 4 quartos (eram T5), só que quase toda a gente passou imediatamente a ter 4. Ou seja, havia nesta sala uma assolhada dentro desta. Não era nada nada prática porque tinha duas portas, seria um escritório... Mas nem na casa que eu habitei primeiro (2 anos depois de ter sido construída) nem nesta casa, havia já esta 5ª assolhada (as pessoas já tinham deitado abaixo). Quase toda a gente deitou abaixo logo.

Desde quando é que está nesta casa?

Aqui estou desde 2007, só que eu estava na torre ao lado e não consegui também adquirir casa por concurso (porque eram montanhas de pessoas e eu fiquei de fora), mas comprei-a uns moradores a quem calhou e passaram-me a posição porque tinham 4 filhos e não cabiam lá bem...

E para essa primeira casa foi quando?

Fui há 30 anos para a torre ao lado (1987).

A casa era igual?

Era exactamente igual a esta, com menos um ou dois pormenores. Há ali dois quartos tão pequenos, que havia uma porta de correr entre eles (seriam quartos para crianças, talvez...), e eu fechei nesta casa. Na primeira para onde fui, onde estiveram os primeiros moradores 2 anos, já não encontrei essa parede com a porta. Eu fechei e eles também fecharam: quase toda a gente fecha. Porque depois ficava sem paredes para arrumar coisas.

Estas casas eram económicas, isto era da EPUL. Mas sem roupeiros, algumas tinham recantos mas não tinham roupeiros, e cada pessoa adaptou a seu modo.

Quando veio para aqui viver pela primeira vez (em 1987), porque é que escolheu esta casa?

Foi pelo sítio, era uma pacatez incrível: não havia autocarros, não havia estes cafés, só havia as torres e umas moradias ao início do bairro, perto do Sporting, que também não existia. Não existia nada disto, desta urbanização. Não havia Continente. Eu ia andar de bicicleta aqui para o Eixo Norte-Sul, que eram caminhos de cabras; havia pastores...

Eu fui da primeira geração de jovens famílias que viemos para aqui ter filhos. Agora estão a morar cá principalmente os filhos desta geração: os pais reformaram-se, mudaram de casa, foram para as suas terras de origem e os filhos vieram para este bairro. Nós assistimos à construção de tudo, tudo, tudo aqui à volta. E ainda por cima eu estava colocada num escola a 5 minutos a pé daqui, já cá estava colocada e portanto achamos que este era um espaço verde e óptimo para criar filhos, e eles andavam de bicicleta, iam a pé para a escola (começaram-se a construir escolas: agora já há desde pré-primária até várias secundárias, mas na altura não, só havia primárias). Portanto, foi um bairro muito, muito confortável para viver.

3. Caracterização do agregado doméstico

Quando foi para essa primeira casa, quem é que vivia consigo?

Já tinha nascido o Francisco (filho), mas eu estava a cooperar em Cabo Verde (fui para lá dar aulas por 1 ano e acabei por ficar 3). Entretanto nasce a outra a filha e depois quando o mais velho estava em idade escolar, aterrámos então aqui no bairro.

A arquitectura destes prédios: isto é um paralelepípedo que ao fim do 2º andar cortam-lhe os 4 cantos, e fica ali um vazio nos 4 cantos. Cantos esses que correspondem à dimensão destas janelas (da sala), portanto os andares acima têm aqui uma varanda, neste quadrado, tem só um por cima de mim, porque os outros não têm nada, é vazio. E é nos cantos que estão as salas, quer dizer que todas as salas tinham menos esta área, parece que não é nada, mas...

E antes vivia em que andar?

Era no 6º, virado para a 2ª Circular: um ruído infernal, os quartos virados para lá e começamos a ficar um bocadinho perturbados; a adorar Telheiras, os meus filhos não queriam sair daqui... E era muito difícil vagar um destes andares, porque só há dois por torre (os que têm os cantos como área útil – é só o 1º e o 2º andar); um dia via escritos nesta casa e fiquei louca: primeiro porque tinha verde, não precisava de cortinas, e segundo porque este quadrado (do canto) era útil e ali (na primeira casa) não era; e além disso temos amigos fumadores, e nós também eramos (o meu marido já morreu entretanto) e a mini varandinha, porque isto foi feito assim pelos mínimos, existe, tenho aqui uma e ali outra.

E a outra casa não tinha?

Não, agora só há por cima de mim (no 3º andar). Depois é zero, só janelas, sem esta porta: isto para mim fez uma diferença muitíssimo grande.

Em 2007, quando mudou para aqui, quem é que vivia consigo?

Eu e o meu marido, os meus filhos muito pouco tempo: o Francisco já não, já estava a viver fora; a Ana só para aí 1 ano. E agora tenho um em cada parte do mundo: um em Macau e outra na Sicília.

4. Alterações ao fogo

Na outra casa, como foi lá que nós criamos os nossos filhos... eu gosto muito de cozinhas grandes e aquela era um corredor pequenino (é a única transformação de relevo): era um corredor com bancada de um lado e parede do outro; e nós não podíamos tomar as refeições lá. E eu gosto de cozinhas com luz, de maneira que já na outra casa, decidi roubar uma fatia à sala para alargar a cozinha, achei fundamental! E ter uma mesa assim ao centro, na cozinha, para tomar as refeições, para ser prático. E quando cheguei aqui, apesar dos filhos já estarem crescidos, não me consegui imaginar outra vez numa cozinha pequena.

E esta sala era maior, prolongava-se mais um metro, mas apesar de tudo eu quis partir esta parede para ter as refeições ali com aquela luz (está virado a sul); e faço da cozinha, que não é assim tão grande, um local de bricolage, gosto de me sentar ali com sol e costurar (que é um dos meus hobbies), ou fazer outras coisas, e não estar cingida a andar toda a vida com os pratos para a aqui para a sala, e da sala para a cozinha...

Fez a alteração igual à que tinha feito na outra casa?

Não, na outra casa só alarguei a direito, porque não tinha a janela (cabia uma mesa no centro com dois bancos de correr). Nesta casa era diferente, porque ali fora há uma varandinha que vai até à cozinha, esta sala era ainda mais luminosa. E eu alarguei a largura da porta, no fundo o que eu transformei foi perder aquela janela aqui (na sala), e não me arrependi. E agora que estou com 4 netos, estou encantada de ter esta solução. E nós tomamos as refeições todas aqui, excepto quando estamos todos, aí só o pequeno-almoço é que tomamos aqui, porque agora somos muitos.

Acho que melhorei muito! Tenho sol aqui até há bocado (17h). Por isso, não me faz diferença nenhuma não ter esta fatia acolá (na sala). E como não é a direito, ganhei aqui (na sala) imenso espaço para arrumar estas tralhas da música.

Isto tinha de ser, tinha de ser feito!

E tive ainda com muitas dúvidas de fazer a cozinha com open space, mas depois achei que não... os cheiros...

(marquise na cozinha)

Para isto não parecer tanto uma marquise, pus ali aqueles vidrinhos, fiz um estendal de subir e descer. Eu retirei as duas portas que havia aqui, embora a casa seja fria no inverno... tenho de resolver isso.

E esta alteração foi em que ano?

Em 2007/2008. Quando comprei esta casa, felizmente ainda podia ter a outra, estas obras e esta mudança foi confortável. E ganhei ausência de ruído e este jardim: eu estou todo o Inverno a ver verde, e para mim foi muito bom!

E fez logo essa alteração porque já tinha a experiência da outra casa...

Sim! Eu não consigo viver num corredor de uma cozinha. Gosto de estar ali a cozinhar e ter uma mesa aberta. Então quando as crianças eram pequenas, aquilo era fundamental, porque os filhos tiveram o privilégio de almoçar todos os dias em casa (vir e voltar para a escola). Ora, uma cozinha com uma mesa para nos servir assim rapidamente, faz toda a diferença, porque senão tínhamos de ficar apertadinhos (mas não cabíamos!).

Embora à época a casa tivesse sido “cara” para nós, foi muito barata. Era possível um casal jovem comprar, era estimulado a comprar, não era como agora... E agora você quer aqui um andar para comprar, só um, e não existem.

E o resto da casa manteve igual?

Sim, sim, sim. Só mudei os roupeiros, mas isso é porque eu não gostava nada dos roupeiros deles. Então mandei fazer, e desenhei estes puxadores sem pega-mãos, que também me deu conforto. São pequenas coisas que a mim me deram prazer.

Mantive a estrutura toda, estive muito hesitante se partia esta parede (que separa a casa de banho da entrada da despensa) e fazia uma casa de banho maior, com banheira, tive muito hesitante... Mas também acho que as despensas são fundamentais, portanto não deitei abaixo. Se fosse para vender, se calhar tinha deitado abaixo para apresentar duas banheiras, mas como é para eu viver...

Aqui alterei só a porta da despensa, porque abria para dentro e por isso não dava para estar uma pessoa lá, ou era eu ou a porta... Então, pu-la a abrir para fora.

(Quarto 1)

Este é o quarto maior, como vê os quartos não são muito grandes... Ah! Aqui fiz outra alteração, que também já tinha feito na outra casa e quando aqui cheguei ainda estava o original: a porta do quarto dava directamente para o corredor, era em frente à porta de entrada em casa. Acho um erro incrível! Porque quem entrava em casa via directamente para dentro do quarto... E então passei a porta para aqui (para o outro lado, ficando protegida do corredor de entrada).

(Hall dos quartos)

Na outra casa, como os filhos eram pequenos, isso não parecia um corredor, porque eu prescindi deste roupeiro. Agora é um corredor, mas era um grande quadrado: era um hall grande e aqui estava uma secretária com um computador, eu própria para corrigir testes ou assim, tinha aqui uma hipótese. Mas aqui (nesta casa), como eles já estavam a ir para fora de casa, preferi arrumações e não fiz essa transformação.

(Quarto 2)

Aqui havia uma porta de correr, que ainda cá estava em 2007, (que ligava ao quarto 3) que eu retirei. Na outra da casa já tinham tirado a porta quando eu fui para lá, mas todos tinham esta porta. Portanto devia ser, se fosse o quarto dos pais era para as crianças, ou se fosse de filhos era para comunicar... Mas depois não podia fazer nada se tivesse aqui uma porta de correr, bem larga ainda, tudo o que encostasse lá não dava.

(Sala)

Aqui ganhei este canto, que parecendo que não, é muito bom. Porque as salas são anestéticas, porque têm um ângulo, é muito estranho...

Aqui havia uma outra divisão, era um T4, o 4º quarto estava dentro da sala.

E este quarto tinha duas portas?

Tinha, tinha. Mas isso aí foi unânime, toda a gente ficou com uma mancha no tecto, que era o desenho desse quarto.

Porque isto parece que a construção é boa, que isto foi construído com cabeça. Realmente, só tenho humidade numa parede... Mas a casa tem 30 e tal anos, e não há um bocadinho de bolor, está mesmo boa. Acho que foi uma construção boa, mas pelos mínimos.

E quando veio para aqui, a sala já estava assim?

Sim, em todas as casas que eu conheço a 5ª assolhada já desapareceu.

Então, todas as alterações que fez foram nesse período entre comprar a casa e vir para cá viver?

Sim, foi tudo nessa altura.

E depois de vir para cá definitivamente, não alterou mais nada?

Não, não alterei mais nada. Alterei o chão, mas isso foi um azar, porque houve uma inundação.

Haveria alguma coisa que ainda gostasse mudar, aqui em casa?

Aliás quando compramos esta casa, já havia aí em Telheiras, torres muito modernas, novas, claro que custavam o dobro do preço... Mas não me atraiu, porque os meus filhos já estavam a sair de casa e o espaço que foi exíguo quando eles eram pequenos, não era agora que precisava de mais. Gostava mais de não sair do sítio onde tenho amigos do que ir isolar-me numa torre de luxo, ou muito melhor do que esta. Porque as condições de luz, e agora que estou no 2º andar até posso, se não quiser, não usar elevador; depois construíram ali o Continente e vou a pé... estou bem!

E a casa em si, o desenho da casa, não alterava nada?

Olhe, eu ando sempre ao contrário, há algumas amigas minhas que mudam a disposição da sala mil vezes. Mas cada vez que eu tento (e mudo às vezes), fica pior. Como eu acho que as condições de luz, quer para ler o jornal, e para ter a vista com verde, as melhores são estas; e como a mesa, que normalmente é para servir jantares, que é indiferente ser de noite ou de dia, a mesa poderia estar ali mais perto da luz, mas entretanto retirava o lugar ao sofá, onde se faz uma leitura mais confortável. Portanto, eu não tenho muita hipótese de mudar, porque esta casa não tem muitos recantos. E depois há o trano das salas – as televisões – que têm de estar ligadas àquela ficha e os sofás ficam logo a ter que estar virados para ali.

Não... eu estou bem, estou satisfeita., não exijo mais. Vejo casas lindíssimas, bem acabadas... Só mudava uma coisa: eu fui muito parva, porque estas obras decorram enquanto eu fui à China ver o meu filho, e como já era Primavera, e como não tinha frio, não pensei no aquecimento desta casa. Havia toda a hipótese de pôr aquecimento e não tenho, pus uns aquecimentos a posteriori. Ou até ar condicionado, na outra casa tinha na sala e na cozinha, os quartos não precisam, e até gosto de ajudar o planeta. Mas já houve aqui Verões, absolutamente incríveis. Seria a única coisa que eu faria, pôr ar condicionado sobretudo para poder usar calor no Inverno. Mas essa transformação não está feita, o aspecto do quente/frio nesta casa não foi salvaguardado.

5. Caracterização da vida em casa

- Em que espaços é que desenvolve estas actividades, maioritariamente?

> Actividades domésticas: estender a roupa, passar a ferro, etc

É na cozinha, é muito boa porque dá espaço para abrir uma tábua, para fazer tudo ali.

> Refeições

Se somos mais do que 4, ou se é uma visita, é sempre aqui na sala. Se somos eu, os meus filhos e os meus netos, é ali na cozinha. Mas basta que convidemos uma pessoa ou duas e é na sala.

> Dormir

Nos quartos.

> Convívio em família

Na sala.

> Receber visitas

Na sala.

> Trabalhar

Eu fujo para a luz e para a sol: aquela mesa de madeira da cozinha também é muito boa para assentar papel e estar a trabalhar. Se fosse esta mesa que estivesse ali a apanhar aquela luz e aquele sol, seria na sala. Eu fujo para onde há muita luz, há mais conforto.

Tenho um escritório com uma grande mesa, mas não me dá ir para ali porque não tem sol. Praticamente só me sento lá ao computador.

> Estudar (crianças)

Nos quartos, cada um no seu quarto.

> Brincar (crianças)

Na rua! Este bairro foi fantástico; Eu costumava dizer, quando alguém vinha a minha casa, que a melhor assolhada destas casas era a exterior. Até porque há um conjunto de arrecadações que se desenvolvem à volta das torres, que fazem com que haja uma área reservada, que os miúdos quando eram pequenos podiam estar ali circunscritos a andar de bicicleta, a jogar à bola... Depois quando eram mais crescidos já andavam no bairro, de bicicleta, de skate. Embora sujeitos a muitos roubos, de miúdos de outros bairros que vinham aqui.

Mas foram criados completamente na rua, a ir ter com o vizinho do lado, isso é que foi fantástico!

> Hobbies

Os meus hobbies, trabalhos manuais, é tudo na cozinha. Porque aquela cozinha está virada a sul e é um gosto entrar lá: sol, sol, sol, luz, está-se lá muito bem. Agora, ler, estar a ouvir música, é aqui na sala. E os serões também.

6. “Avaliação” do trabalho do arquitecto

Acha que a sua casa, esta e outra, estavam bem desenhadas pelo arquitecto?

Não, acho que não... Estamos a falar de há 40 e tal anos, e para um preço justo, e o preço foi bem justo, até porque não havia casas à venda, era por concurso, o número de pessoas que queriam e que precisavam de casa era muitíssimo superior ao número de casas que havia disponíveis. Portanto, na altura achamo-las queridas, mas achamos que tinham muitos defeitos. Olhe, há para aí umas casas, não é o caso destas, em que faziam a seguinte asneira horrorosa: uma casa de banho tinha lavatório e bidé, sem sanita, e a outra, ao lado, tinha banheira e sanita – onde é que isto já se viu, onde?! Por muito pequena que seja a segunda casa de banho, pelo menos sanita têm que ter as duas, porque numa casa onde cabem 4 pessoas, era fundamental. Muitos erros dessa natureza, assim como não havia roupeiros, ficaram lá os vãos para quem quisesse pôr. O preço era baixo exactamente porque os acabamentos eram fracas. As cozinhas também eram muito fracas, os acabamentos das cozinhas. Agora nós sabíamos que estávamos a comprar uma construção já anti-sísmica, já com alguns cuidados para a altura, e isso agradou-nos. Portanto, eram umas casas com os mínimos.

Que aspectos, na sua opinião, estão mal pensados/desenhados?

A 5ª assolhada: chamarem um T4 àquilo era uma coisa absolutamente incrível. Toda a gente achava de mais. Eles até puseram duas portinhas e tudo nessa mini-assolhada, era a desculpa do escritório, portanto era uma sala com um escritório: mas acabou por não funcionar, porque deitando as paredes abaixo, quem quiser compra uma escrivaninha e fica lá com um escritório dentro, sem aqueles muros. Portanto, as áreas eram mínimas, sobretudo há quartos com 9 m² e tal. É evidente que é muito confortável ter um quarto com casa de banho, se uma pessoa tem visitas, ou mesmo que não tenha, tem a sua privacidade ali. Mas estamos a falar de casas que foram construídas para satisfazer uma população jovem que fazia

empréstimos, concorria e tinha a sua casa. Portanto, olhando para a filosofia do projecto, não se exigia mais.

7. Satisfação com a casa

Então está satisfeita com a casa?

Estou, estou satisfeita. Claro que um quarto maior é mais confortável, não estar com problemas de quase bater na esquina da casa, porque só tenho meio metro para passar no fundo dos pés... mas as pessoas adaptam-se.

E desta casa, o que é que gosta mais e menos?

Gosto da situação geográfica, da exposição solar. Está num andar baixo com uma boa vista e uma exposição solar invejável, que é nascente-sul, não pode ser melhor: de manhã esta sala tem sol até aqui, e a cozinha é só sul portanto é fantástico, e dois quartos também para nascente.

E o que é que gosta menos?

Podia ter um poliban na casa de banho pequenina, porque agora já somos muitos; quanto tenho cá netos e filhos, só se pode tomar banho numa casa de banho. Era mais prático haver mais, pelo menos, um poliban. Mas também não vou modificar, até porque os meus filhos não vivem cá, esta casa não é deles, é de passagem.

Se fosse hoje, voltaria a escolher a mesma casa?

Sim, porque não queria sair aqui de Telheiras: eu vi nascer isto tudo, desde aquele Continente; os correios; o primeiro autocarro; a primeira escola primária, depois a segunda, depois a terceira, depois todas; quer dizer, já é o meu bairro.

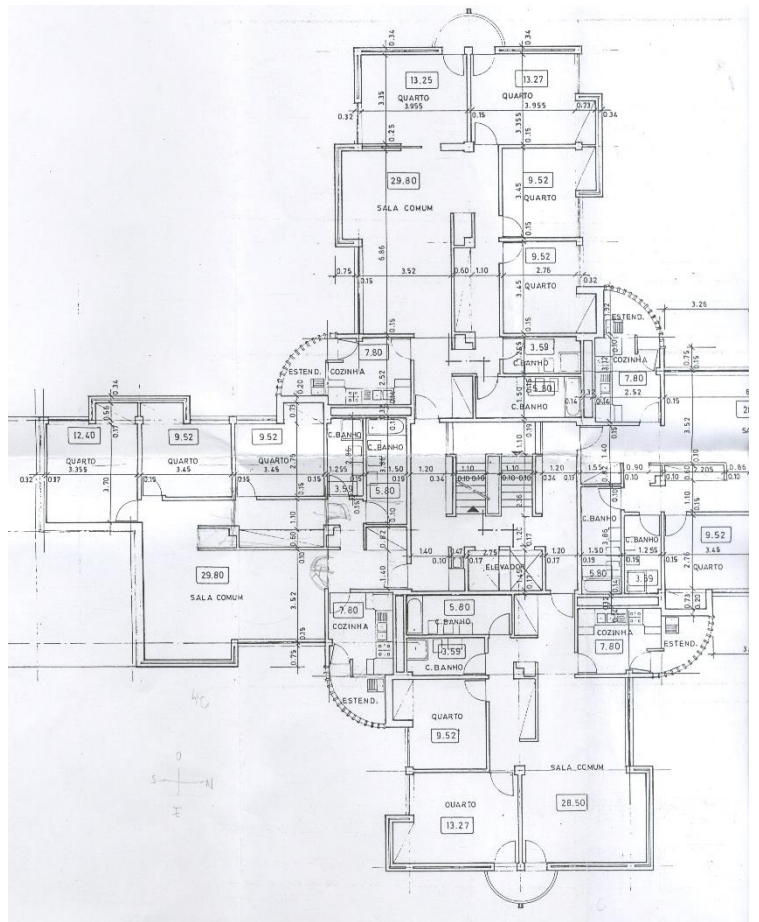
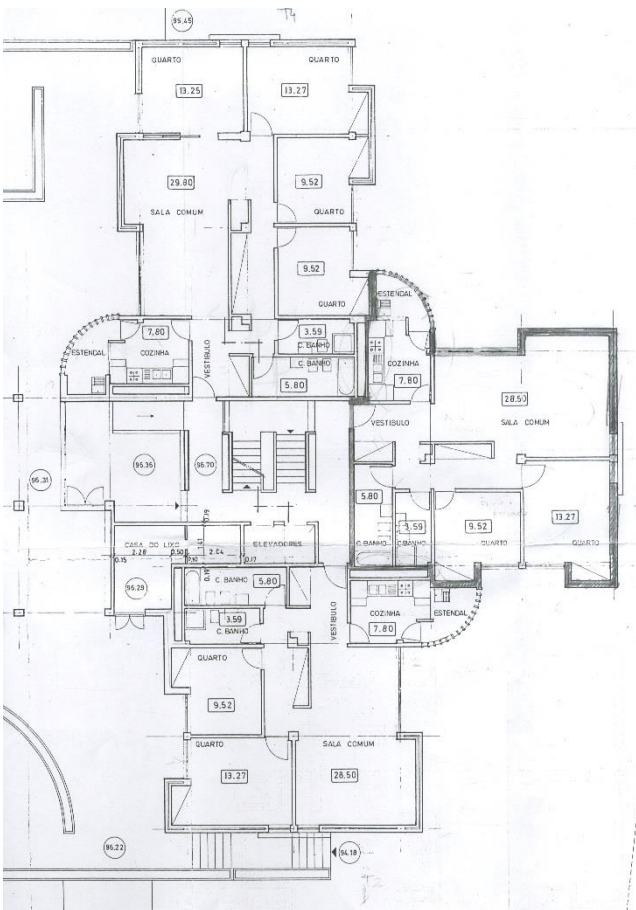
E a primeira casa, voltava a escolher a mesma?

Eu vinha de Campo de Ourique, que era o meu bairro preferido de Lisboa, e é um bairro ainda hoje apaixonante; onde tinha uma casa muito pequenina – só a sala e um quarto. E como depois nasceu o meu filho, era impossível continuar em Campo de Ourique; fui cooperar para Cabo Verde, deixei Campo de Ourique e vim, ainda jovem, tinha hipótese de comprar esta casa. Hoje quem me dera que os meus filhos fizessem o mesmo com essa facilidade, sem ajuda de pais. Portanto, deixei o bairro de Campo de Ourique, onde tinha tudo desde o sapateiro, ao senhor que arranja chapéus-de-chuva, tudo, tudo, tudo! Um bairro completo, antigo, lindo, perto da


Estrela, centralíssimo, fantástico, e custou-me muito vir para aqui. Mas ao mesmo tempo, não havia ruído, vinham só casais jovens, só se viam miúdos lá fora, era uma algariada, eram só mulheres grávidas, primeiros filhos, e vários amigos. Isso era muito importante, e eu estava numa escola aqui – primeiro em Telheiras e depois em Carnide – portanto, eu sempre trabalhei de andar a pé e até de bicicleta. Foi uma qualidade de vida extraordinária, que para mim isto é que é qualidade de vida; e os filhos vinham almoçar a casa, não tinham que andar de transportes. Amigos que viviam em Campo de Ourique viemos todos para aqui na mesma altura, portanto os nossos filhos cresceram aqui, são amigos: são estas as qualidades a que me refiro.

ANEXO II

EDIFÍCIO 1: Planta Piso 0 e Piso 4



EDIFÍCIO 1: Memória Descritiva

 EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA	MEMÓRIA DESCRITIVA	E. P. U. L. - EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA Folha: 3 Proc.º 6090/08/100.3...2...
<p style="text-align: center;">2 6090 3 EDIFÍCIO K5 D</p> <p>1. - LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO</p> <p>O edifício K5 D localiza-se na célula 1, na periferia Norte-Nascente, num terreno delimitado pelas Ruas Hermano Neves, R. Carvalhão Duarte e R. José Escada. A modulação do terreno a que dá lugar resulta da necessidade de respeitar níveis pré-determinados das ruas e os níveis de pavimentos da construção dos estacionamentos e pisos vazados que garantem o acesso aos fogos e definem um espaço público coberto.</p> <p>2. - ESQUEMA DISTRIBUTIVO</p> <p>O edifício K5 D é composto por um núcleo central que permite o acesso aos fogos, composto por uma escada, dois ascensores, uma coluna de descarga de lixos, colunas e contadores de água, gás, electricidade e telefones, acessíveis dos patins.</p> <p>Os conjuntos de caixas de correio, instalação da recepção de lixos, sala de condomínio e quadro eléctrico geral situam-se no piso de entrada.</p> <p>Este núcleo serve os vários pisos do edifício por patins que dão normalmente acesso a quatro fogos. A nível do primeiro e últimos pisos o número de fogos por patim é variável.</p> <p>3. - CARACTERIZAÇÃO TIPOLÓGICA</p> <p>O edifício K5 D, agrupa um total de 24 fogos. Destes distinguem-se 13 T2 A, 6 T3 e 5 T4.</p> <p>A organização destes fogos resulta da compatibilização de opções básicas, que são:</p> <p>a - A distribuição dos fogos à volta do núcleo central de modo que entre edifícios resultem espaços com características e escala própria.</p> <p>b - A procura de privacidade dos fogos, devido em parte ao</p>		<p>partido tomado, pelo recuo da penetração relativamente ao plano da fachada e por uma distância considerada suficiente e regulamentar das fachadas paralelas.</p> <p>c - Concentração à volta das coretes dos blocos de águas (instalações sanitárias, cozinha e zona de lavagens) de modo a reduzir e simplificar percursos, facilitar a construção e minimizar riscos de avarias.</p> <p>d - A alteração de esquemas de organização do espaço interior que definem zonas de fogo com características próprias, a zona comum, a zona privada e a zona de serviço.</p> <p>e - A alteração de relações favoráveis área habitável/área útil/área bruta.</p> <p>4. - EXPRESSÃO ARQUITECTÓNICA</p> <p>A composição volumétrica deste edifício não pode ser vista sem ter em consideração todos os edifícios do conjunto.</p> <p>Assim procurou-se afirmar a organização vertical dos fogos jogando na oposição entre as superfícies envidraçadas e as superfícies de parede.</p> <p>A organização dos fogos à volta do núcleo central com o seu desenvolvimento em 4 direcções permitiu a criação de espaço entre os edifícios.</p> <p>A variação do número de pisos, a criação de pisos vazados, tipologias dos fogos diferentes e esquemas cromáticos a estudar caracterizam cada um destes espaços pela sua dimensão, escala, transparência, orientação e cor.</p> <p>Limitações de carácter financeiro obrigam a certa pobreza dos acabamentos, fundamentalmente rebocos pintados, algum betão à vista também pintado, caixilharia de alumínio e guardas de ferro pintado.</p> <p>5. - CONSTRUÇÃO</p> <p>A construção do edifício baseia-se na estrutura reticulada normal em betão armado usando-se as lajes maciças como elemento de reparação horizontal.</p> <p>As paredes interiores são em blocos Leca para estucar e as exteriores em alvenaria mista de tijolo e blocos Leca com caixa de ar para estucar interiormente e rebocar e pintar exterior</p>

E. P. U. L. - EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA

mente.

A cobertura é composta de chapas de fibrocimento, apoiadas em vigotas pré-fabricadas assentes em pilaretes de betão armado.

As caleiras funcionam lateralmente junto às fachadas constituídas por manto butílico e asfáltico e betonilha de protecção e descarga por meio de tubos P.V.C.

A laje de esteira é isolada com 10 cm de Leca.

Nos interiores os acabamentos previstos são:

Pavimentos em parquet de cortiça, rodapé portas e roupeiros em madeira de mogno, paredes e tectos para pintar a tinta de água e revestimento a azulejo na cozinha e casas de banho.

4
lojo 1183
...3...

6. - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O edifício será dotado de antena colectiva para rádio e T.V., de sistema para evacuação de lixos por condutas verticais, de grupo de dois ascensores, de receptáculos postais e de coretes para esgotos, fugas de chaminé, água, gás e electricidade e telefone.

Cada fogo possui redes de águas quentes e frias, de esgoto doméstico, de gás, de iluminação eléctrica e de telefones ligados às respectivas coretes.

TJR

VIS

E. P. U. L. - EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA

EDIFÍCIOS K5 - DADOS NUMÉRICOS

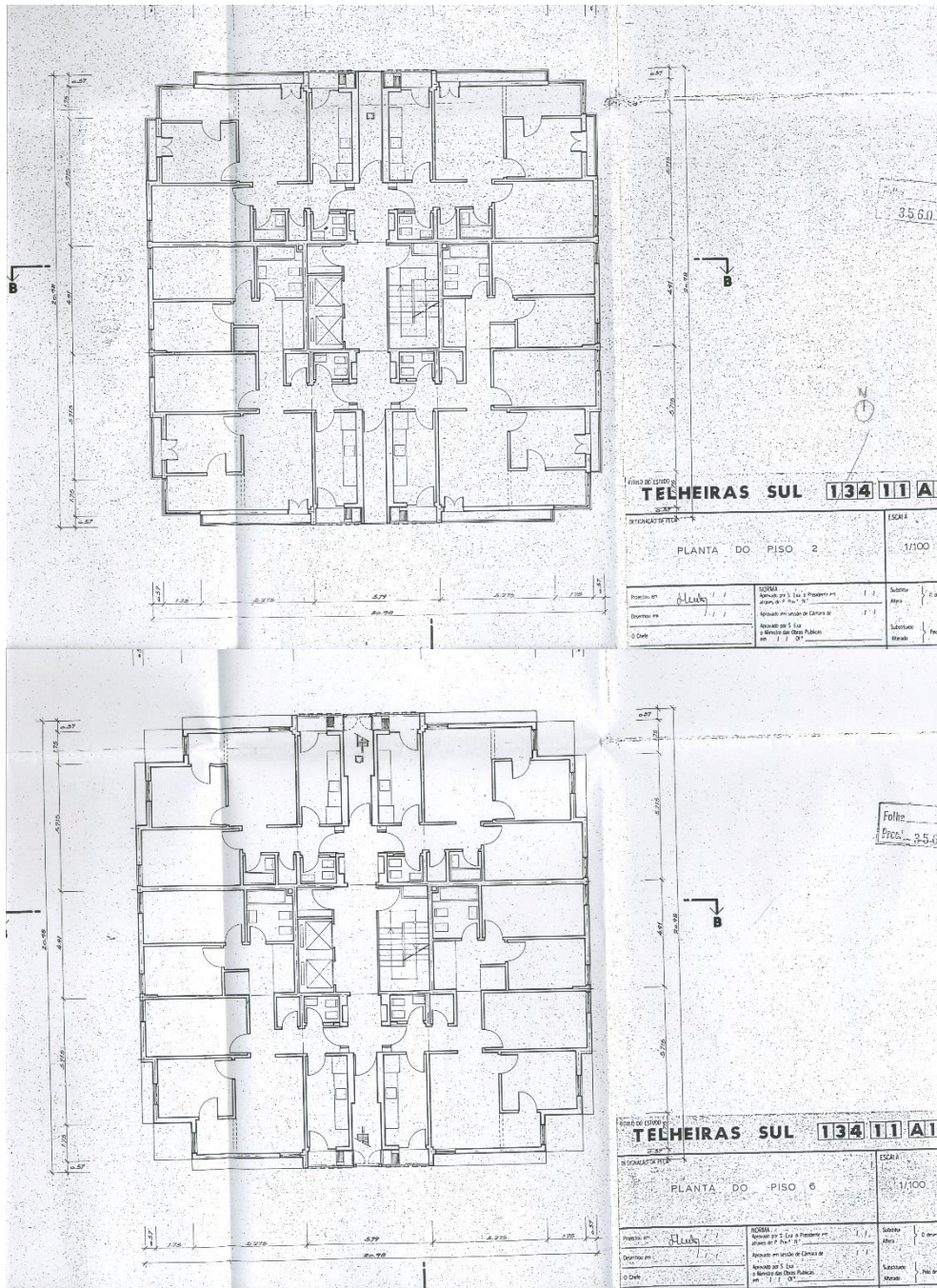
5
lojo 3
San. colectivos, 15, 100mm, etc

CORPO D



<u>Nº. de Fogos</u>	<u>Área Útil dos Fogos</u>	<u>Área habitável dos Fogos</u>
T2A 11	T2A 84,6 m2	T2A 58,8 m2
T3 4	T3 96,95 m2	T3 69,10 m2
T4 4	T4 109,00 m2	T4 82,20 m2
TOTAL.... 19		
<u>Área bruta dos Fogos</u>		
T2A	114,00 m2	
T3	131,00 m2	
T4	148,5 m2	
<u>Área bruta total dos fogos</u> 2372,00 m2		
<u>Área bruta das caves</u> 225,60 m2		
<u>Área bruta de estacionamento</u> 419,30 m2		
<u>Área de Implantação</u> 644,9 m2		
<u>Nº. de postos de estacionamento coberto</u> 10		
nº. de postos de estacionamento exterior (media) .. 11		

VIS

EDIFÍCIO 2: Planta Piso 2 e Piso 6



EDIFÍCIO 2: Memória Descritiva

 EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA		 EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA	
<p style="text-align: center;">URBANIZAÇÃO DE TELHEIRAS-SUL CELULA 8 TORRES A_1, A_2 e A_3 MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA</p>		<div style="text-align: right; border: 1px solid black; padding: 2px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> 3 Proc. 3560/08/1977 </div> <p>1 - Localização e implantação</p> <p>As sete torres da célula 8 constituem um conjunto a que se entendeu dar unidade através de cartas disposições construtivas e formais.</p> <p>Assim, partindo dos condicionamentos do plano, nomeadamente aqueles que derivam da relação do edifício com o solo envolvente, procuramos uma solução que interpretasse esses dados da maneira mais racional, atingindo ao mesmo tempo o objectivo citado no primeiro parágrafo.</p> <p>O resultado, em termos construtivos e funcionais, foi a criação dum embasamento constituído por cubículos para arrecadação de objectos de pouca utilidade (ex: malas de viagem) e brinquedos de dimensões apreciáveis (ex: bicicletas) que possam ser utilizados frequentemente pelas crianças, quer no piso vasado, quer no espaço exterior circunvisânho e cujo transporte para os fogos dos pisos mais elevados apresenta sempre dificuldades.</p> <p>Este dispositivo permite:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - limitar claramente a área do piso 0 2 - resolver os problemas da modulação altimétrica imposta pelo plano. 3 - assegurar um espaço de arrumos suplementar, situado ao nível do solo. <p>As torres A_1, A_2 e A_3 a que se refere a presente memória descritiva e justificativa são as mais altas do conjunto, apresentando a primeira um piso vasado e dez pisos habitados e as duas últimas um piso vasado e nove pisos habitados.</p> <p>A torre A_1 é servida pelo impasse 15-A</p> <p>As torres A_2 e A_3 são servidas pelo impasse 15-D.</p>	

2 - Esquema distributivo e caracterização tipológica.

Dada a natureza tipológica dos edifícios, o acesso faz-se por uma escada interior e por uma bateria de 2 elevadores, sendo isto localizado no núcleo central.

Existem ainda duas pequenas escadas de emergência que põem em comunicação os pisos situados acima do piso 6, inclusivé.

A entrada para a zona habitacional situa-se ao nível do piso 0, cujo perímetro é limitado pela cortina constituída pelos cubículos já citados.

As colunas montantes e os tubos de queda encontram-se geralmente confinados em courettes, sendo as principais visitáveis ao nível de cada piso.

Estas torres foram projectadas de acordo com os Standards propostos pelas "Instruções provisórias para a categoria habitacional única" e a organização e tipologia dos fogos é a mesma, apresentando 2 fogos T₂ e 2 fogos T₄ por piso habitado.

A organização interna dos fogos é convencional, apenas se verificando em alguns deles certas variações que se devem ao aproveitamento dos cantos do paralelepípedo circunscrito.

3 - Expressão arquitectónica.

Tratando-se de edifício que, como já foi dito, se integram num conjunto de alturas variáveis, teve-se isso em consideração ao nível da forma geral de cada um deles, em que os quatro pisos mais baixos se apresentam com determinados acedentes volumétricos que se repetem uniformemente em todas as torres da célula em causa.

4 - Construção.

Os elementos horizontais da estrutura são lajes sem vigas do tipo nervurado e os elementos verticais são constituídos por um forte núcleo central e uma série de pilares periféricos de dimensão apreciável. Tal solução responde às exigências de apoio da laje escolhida e resolve certos pressupostos que o projectista da arquitectura considerou importantes. Assim, o utilizador pode alterar ou suprimir paredes interiores sem que isso represente qualquer problema. Por outro lado, as ca-

racterísticas da laje, nomeadamente a sua espessura, dotam-se de excelentes qualidades de isolamento acústico, quer para sons aéreos, quer para ruídos de impacto.

A consequente necessidade de baixar o pé direito para os valores mínimos admitidos nas "Instruções" não é, de nosso ponto de vista, inconveniente de monta.

Os revestimentos exteriores são rebocos.

A cobertura será executada em chapas de amiantocimento e calceira central do mesmo material.

Para anular os inconvenientes atribuídos a esta solução, a laje de esteira leva um enchimento de argila expandida ligada com argamassa, com inclinação para as fachadas do edifício e com saídas para a água que eventualmente venha a atingir a laje, outro acontecimento imprevisível.

5 - Instalações e equipamento.

Os edifícios serão dotados de antenas colectivas para rádio e televisão, de sistema de evacuação de lixos por conduta vertical e dum mecanismo de comando manual para evacuação dos fumos da escada principal, no caso de incêndio.

Os fogos são dotados de redes de água quente e de gás da cidade, para além das redes habitacionais.

O equipamento fixo a instalar nas cozinhas é bastante reduzido e prevê-se que seja o locatário a completá-lo. Existem, também, instalações para telefone com ligação à rede.

6 - Dados numéricos.

Torre A ₁	
Número de fogos	20 T ₂ + 20 T ₄
Área bruta do edifício	4.304 m ²
Área bruta do piso vasado (incluindo os cubículos de arrumos)	224 m ²
Área bruta da zona habitacional	102m ² /fogo